

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia**

**O estudo da comunidade do Canal do Anil
acerca do Desenvolvimento Local**

Ana Cristina Rodrigues Vale

EICOS/UFRJ

2006

**O estudo da comunidade do Canal do Anil acerca do
Desenvolvimento Local**

Ana Cristina Rodrigues Vale

**Tese apresentada ao Programa
EICOS do Instituto de
Psicologia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor.**

Orientadora: Prof^a Dr^a Tania Maria de Freitas Barros Maciel

**Rio de Janeiro
2006**

Vale, Ana Cristina Rodrigues.

O estudo da comunidade do Canal do Anil acerca do Desenvolvimento Local/ Ana Cristina Rodrigues Vale, 2006.

xi, 191 f.:il.

Tese de doutorado (Doutorado em Psicossociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia, Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, 2006.

Orientadora: Tania Maria de Freitas Barros Maciel

1.Desenvolvimento Local 2. Comunidade 3. Globalização
4. Representação Social 5. Pesquisa Qualitativa II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. EICOS. III. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO**O estudo da comunidade do Canal do Anil
acerca do Desenvolvimento Local**

Autor: Ana Cristina Rodrigues Vale

Tese submetida ao corpo docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

Prof. Dr^a _____
Tania Maria de Freitas Barros Maciel
Instituto de Psicologia – UFRJ
Orientadora

Prof. Dr^a _____
Maria Inácia D'Ávila Neto
Instituto de Psicologia – UFRJ

Prof. Dr^a _____
Maria Cecília de Mello e Souza
Instituto de Psicologia – UFRJ

Prof. Dr^a _____
Denize Cristina de Oliveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. _____
Luis Antonio Monteiro Campos
Universidade Estácio de Sá

Rio de Janeiro

2006

Dedicatória

**À minha família, pela amizade e
pelo apoio ao longo de minha
existência.**

AGRADECIMENTOS

À Deus que sempre tem me guiado e dado forças para buscar caminhos que possibilitem justiça e igualdade para todos.

À professora Tania Maria de Freitas Barros Maciel que tem sido, ao longo, do meu percurso acadêmico mais que uma orientadora, tem sido um modelo de luta pela busca de um país mais justo e solidário. Agradeço, enfim, pela sua dedicação, pela sua amizade e pelo seu carinho.

À minha mãe que é uma pessoa especial em minha vida, e além de ter me apoiado ao longo da minha formação, tem sido um modelo de generosidade e de busca de um mundo mais humano. Agradeço em especial por ter me ajudado com os cuidados de minha filha, Rafaela, para que este trabalho pudesse ser concluído. E agradeço ao meu pai, por ter me ensinado a gostar de estudar e por sempre ter acreditado em mim.

Agradeço ao meu marido Robson pela ajuda e pela paciência nos momentos de angústia, e por ser uma pessoa que compartilha dos meus ideais. E a Rafaela, minha filha, pela colaboração nos muitos momentos em que precisei me dedicar à realização deste trabalho.

Agradeço ao meu irmão pela amizade e pelo carinho ao longo de nossa existência, e pela ajuda nos momentos de angústia. E a minha sogra Denice, por ter, ao longo desses quatro anos me auxiliado nos cuidados com minha filha, pelo carinho e disponibilidade para ajudar.

Às pessoas da comunidade do Canal do Anil que dividiram comigo seus pensamentos e suas existências nos momentos de convivência.

Aos professores que gentilmente aceitaram participar da banca examinadora deste trabalho, obrigada pela disponibilidade.

À todos os amigos que estiveram comigo durante este processo, em especial à Jupiaria e Paulo, e a todos que contribuíram para que este trabalho se realizasse. Muito obrigada.

RESUMO

VALE, Ana Cristina Rodrigues. O estudo da comunidade do Canal do Anil acerca do Desenvolvimento Local. Orientadora: Tania Maria de Freitas Barros Maciel. Rio de Janeiro: UFRJ/IP/EICOS, 2006. Tese de doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

O presente estudo propõe analisar a representação social da comunidade do Canal do Anil em relação ao desenvolvimento local e elementos a ela relacionados. Os estudos na área de desenvolvimento local constituem um dos elementos desse trabalho, onde a localidade funciona como espaço para o planejamento e as ações de desenvolvimento e possui como aspectos importantes a participação do grupo e as características da cultura local. A valorização do espaço local surgiu dentro do contexto amplo do processo de globalização/mundialização, onde as relações econômicas, sociais e culturais são valorizadas, ao mesmo tempo em que geram questões conflituosas. A compreensão do desenvolvimento local da comunidade foi levantada através das simbolizações sobre o universo cotidiano. O trabalho de campo foi realizado na comunidade do Canal do Anil localizada no bairro do Gardênia Azul, na baixada de Jacarepaguá, através das técnicas de observação participante e de entrevista. Os resultados indicam que houve desenvolvimento da comunidade no que tange a representação social dos moradores. Eles percebem que houve melhorias em aspectos como educação, saúde, tratamento do lixo e qualidade das moradias.

SUMMARY

VALE, Ana Cristina Rodrigues. The Canal do Anil community study about Local Development. Advisor: Tania Maria de Freitas Barros Maciel. Rio de Janeiro. UFRJ/IP/EICOS, 2006. Doctorate thesis in Psychosociology of Communities and Social Ecology.

The present study aims to analyse the social representation of the Canal do Anil Community in relation to its local development and the elements related to it. The studies in the area of the local development constitute one of the elements of this work, where the local functions as a space for the planning and for the development of actions, which has as important aspects the group participation and the characteristics of the local culture. The valorization of the local space appeared inside a wide context of the globalization process, where the economic, social and cultural relations are highly regarded, at the same time that gears problematic questions among peoples and places with different cultures. The understanding of the local development of the community was noticed through the comprehension of the daily universe. The field task was held in the Canal do Anil community located in the district of Gardênia Azul, in Jacarepaguá, through the participant observation and the interview. The results indicate that the social representation of the inhabitants is of that had development of the community. They perceive that there had improvements in aspects like education, health, treatment garbage and housings quality.

RÉSUMÉ

VALE, Ana Cristina Rodrigues. Le étude de communauté de Canal do Anil sur Développement Local. Guider: Tania Maria de Freitas Barros Maciel. Rio de Janeiro: UFRJ/IP/EICOS, 2006. Thèse du doctorat en Phychossociologie de Communautés et Écologie Sociale.

Cet étude propose d'analyser la représentation sociale de la communauté de Canal do Anil par rapport au développement local et aux éléments à lui associés. Les études sur le développement local constituent un des éléments de ce travail où la communauté travaille comme espace pour l'organisation et les actions du développement qu'ont comme des aspects importants la participation du groupe et les caractéristiques de la culture locale. La valorisation de l'espace local est née dans le contexte general du processus de globalisation/mondialisation où les rapports économique, social et culturel sont évalués, en même temps qu'ils produisent des sujets incompatibles entre les gens et les places avec les cultures différentes. La compréhension du développement local de la communauté a été soulevée à travers de la compréhension de l'univers quotidien. Le travail de champ a été réalisé dans la communauté de Canal do Anil localisée dans le quartier de Gardênia Azul, dans la baixada de Jacarepaguá. À travers de l'observation du participant et des entrevues. Les résultats indiquent qu'il y a eu du développement de la communauté dans laquelle concerne la représentation sociale des habitants. Ils perçoivent qu'il y a eu des améliorations dans des aspects comme l'éducation, la santé, le traitement des déchets et la qualité des logements.

LISTA DE SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimento

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUC – Pontífice Universidade Católica

PVNC – Pré-vestibular para Negros e Carentes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	PÁGINAS
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. O DESENVOLVIMENTO E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ESPAÇO LOCAL.....	11
2.1 A construção da concepção de desenvolvimento.....	11
2.2 O desenvolvimento tecno-industrial e o meio ambiente: uma reflexão necessária.....	15
2.3 Novas perspectivas para o desenvolvimento.....	19
2.4 O Local como espaço privilegiado para o desenvolvimento.....	27
2.4.1 Compreendendo o Desenvolvimento Local.....	29
2.4.2 O homem como centro do Desenvolvimento Local.....	31
2.4.3 A importância da cultura para o Desenvolvimento Local...	33
2.4.4 Participação e Mobilização.....	34
3. O ESPAÇO LOCAL: SUA CULTURA E ORGANIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE.....	37
3.1 Comunidade: uma perspectiva histórica.....	37
3.2 Pós-modernidade: a noção de pertencimento em questão.....	44
3.2.1 Identidade.....	46
3.2.2 Pertencimento efêmero.....	47
3.2.3 Comunidade Estética.....	49
3.2.4 Segurança.....	51
3.3 Comunidade e Localidade.....	53

4. A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO NA	
CULTURA LOCAL.....	56
4.1 Globalização: um fenômeno econômico, social e cultural.....	56
4.1.1 O lugar do Local na Globalização.....	58
4.2 Contextualizando o processo de globalização.....	59
4.3 A cultura local em tempos de globalização.....	64
4.3.1 A homogeneização e a xenofobia como conseqüências da globalização.....	66
4.4 A importância da valorização cultural.....	71
5. PROPOSTA METODOLÓGICA.....	74
5.1. Representação Social: fundamentação teórico-metodológica.....	74
5.1.1 Representação Social: a construção de uma teoria.....	74
5.1.2 Definindo as representações sociais.....	80
5.1.3 O processo de construção das representações sociais.....	82
5.1.4 Ancoragem e Objetivação.....	86
5.2. Pesquisa Qualitativa.....	91
5.3 Coleta de Dados: instrumentos utilizados.....	94
5.3.1 Observação Participante.....	94
5.3.2 Entrevista.....	96
5.4 Análise dos Dados.....	98
6. RESULTADOS.....	100
6.1 Caracterização da comunidade.....	100
6.2 A Representação Social do Desenvolvimento Local.....	121
6.3 A Auto-representação da comunidade do Canal do Anil.....	147
6.4 A Representação Social da Comunidade do Jardim Anil.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172
ANEXOS.....	186

LISTA DE ANEXOS

	Páginas
Anexo 1. Roteiro de Entrevista	186
Anexo 2. Fotos da comunidade do Canal do Anil e do Jardim Anil.....	188
Anexo 3 Fotos aéreas da comunidade do Canal do Anil.....	191

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa é fruto de uma trajetória, acadêmica e pessoal, que inclui estudo e prática em trabalhos comunitários. Há cerca de vinte anos, iniciei minhas atividades junto a comunidades de baixa renda. Naquele momento ainda não me encontrava no curso de graduação em Psicologia e, portanto, não possuía escopo teórico que desse suporte aos trabalhos que realizava. No entanto, sentia que já havia despertado em mim um comprometimento com a mudança da realidade social do país.

As questões sociais e políticas¹, sempre foram significativas e, como não poderia deixar de ser, estiveram presentes em minha vida e em meu percurso acadêmico. Quando ainda era estudante do curso de Psicologia da UFRJ, iniciei, com outros colegas da iniciação científica de quem me lembro com carinho, a minha aventura nos labirintos da realidade social brasileira, em especial nos aspectos que tangem o tema do desenvolvimento, termo este indissociável da idéia de qualidade de vida². Nessa trajetória, compreender os diferentes aspectos envolvidos nos modelos de

¹ A política consiste no conjunto de fenômenos e de práticas relativas ao Estado ou a uma sociedade. (Ferreira, 2005)

² O conceito de qualidade de vida é um constructo interdisciplinar e, portanto, diferentes áreas do conhecimento têm contribuído para o seu aprimoramento, tanto no que concerne ao conceito quanto no que concerne ao método de avaliação.

Os estudos teóricos acerca da qualidade de vida, inicialmente, consideravam apenas os recursos materiais disponíveis para determinado indivíduo ou sociedade. Na atualidade, observam-se esforços para definir esse conceito de forma mais ampla e integradora, ou seja, os valores materiais não bastam, fazendo-se necessário também que o indivíduo se perceba e se aproprie de melhor qualidade de vida. Porém não podemos deixar de considerar que qualquer fenômeno social deve ser avaliado em um contexto histórico e em uma conjuntura econômica, política e cultural. (Sliwiany, 1997)

A qualidade de vida considera tanto os aspectos da percepção do sujeito quanto os aspectos de caráter multidimensional que a englobam. A OMS – Organização Mundial de Saúde -considera cinco dimensões na determinação dos níveis de qualidade de vida, a saber: 1. saúde física; 2. saúde psicológica; 3. nível de independência (em aspectos de mobilidade, atividades diárias, dependência de medicamentos); 4. relações sociais; 5. meio ambiente. (Seidl, 2004)

Neste estudo, o conceito de qualidade de vida está sendo compreendido como a condição biopsicossocial de bem-estar, considerando as experiências objetivas e subjetivas dentro de determinado contexto, sendo multidimensional e considerando, portanto, os diferentes determinantes da condição humana.

desenvolvimento e, mais ainda, compreender a importância da cultura nesse processo enriqueceram imensamente a minha visão da sociedade.

A temática do desenvolvimento, que durante muito tempo estava circunscrita ao campo da economia, passou a contemplar o social (Desenvolvimento Social na década de 90 – UNESCO; Índice de Desenvolvimento Humano) e tornou-se objeto de campos de estudo diversos, como a Biologia, a Geografia, o Urbanismo, o Direito, a Psicologia Social, entre outros. Maciel (2003, p.50) assinala que:

“A interface entre as questões do desenvolvimento e a Psicologia se encontra justamente no ponto em que dizem respeito ao homem. A Psicologia é uma ciência que estuda o homem tanto no nível subjetivo quanto no nível interpessoal e na sua relação com o meio, de modo que tudo o que influencia a vida do homem ou está em relação com este é objeto da Psicologia. As concepções de desenvolvimento e as ideologias que a perpassam influenciam de forma direta a vida e os valores do homem, a sua relação com o meio e a sua sobrevivência”.

Portanto, as reflexões acerca do funcionamento da sociedade globalizada e das desigualdades existentes no mundo, que atingem as pessoas e os grupos humanos, são foco da Psicologia Social (Maciel, 1998). Tais reflexões contemplam as questões do desenvolvimento no nível local e global.³

“A relação entre o homem e o seu meio, as influências recíprocas, a dinâmica cultural, a relação com o meio ambiente, todos esses fatores são objetos de estudo da Psicologia social. Assim, as ideologias que perpassam as concepções de desenvolvimento estão em estreita relação com o homem e seu modo de vida.” (Maciel, 2003a, p. 60)

No Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social (Eicos), e em seu corpo docente, encontrei pessoas interessadas em estudar, pesquisar e

³ A esse respeito ver: Soczka, L. Para uma perspectiva ecológica em Psicologia Social. In: Vala, J.; Monteiro, M. **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste, 1993.

discutir questões sociais de grande relevância. Eu sempre acreditei na importância de conjugar teoria e prática e por isso encontrei no Eicos um lugar onde o meu objeto de estudo pudesse estar próximo da prática.

Enquanto era bolsista de iniciação científica, sob orientação da professora Denise Jodelet, conheci a Teoria das Representações Sociais através de estudo realizado, com os professores da UFRJ, acerca das representações sociais do meio ambiente. Posteriormente, tive a grande oportunidade de aprofundar o conhecimento dessa teoria em curso ministrado pela mesma, no Eicos, em 1998, quando aluna de mestrado. As representações sociais são uma forma de conhecimento e, por isso, constituem elemento importante para a compreensão de diferentes grupos sociais.

Os estudos no campo das representações sociais abrangem uma complexidade de fenômenos: sua construção através da comunicação entre os sujeitos nas relações interpessoais e nos meios de comunicação, sua circulação e sua difusão no grupo social. Assim, esse campo de estudo procura compreender as origens, a estrutura e o impacto das representações sociais no meio sociocultural ao qual pertencem.

As representações sociais possuem dois processos formadores que são a objetivação e a ancoragem. O primeiro constitui-se no processo de materialização da representação social, quando a produção simbólica do grupo ganha concretude; a ancoragem, por sua vez, é o processo de classificação do não-familiar tendo como referência as categorias já conhecidas e que auxiliam na compreensão e assimilação do mesmo. Ao classificar e nomear um objeto, estamos tornando-o familiar. (Moscovici, 2005)

As representações sociais são conceituadas como um modo de conhecimento do senso comum, e incluem a forma como o grupo social compreende a realidade que o

cerca, as idéias, os símbolos e as imagens que constrói para explicar o seu universo cotidiano. Essa forma de conhecimento é fundamental para que os membros de um grupo social consigam comunicar-se e pertencer a um mesmo universo. O conhecimento do senso comum se ajusta aos objetivos de compreensão do cotidiano, no qual a forma de pensamento é econômica, no sentido de exigir pouco esforço para a compreensão dos elementos e fatos do cotidiano. (Moscovici, 2005)

Neste trabalho, portanto, o conceito de representação social é compreendido segundo os termos de Moscovici (1978, p. 26) como “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”.

O grupo social elabora um conjunto de informações acerca de um objeto que possibilita perceber, dar sentido e influenciar as ações dos sujeitos sobre a realidade. São diversos os temas sobre os quais as representações sociais se constroem. Neste trabalho, as representações acerca do desenvolvimento local na comunidade do Canal do Anil, no bairro do Gardênia Azul, baixada de Jacarepaguá, são o foco de meu estudo.

O desenvolvimento tem sido objeto de muitos estudos, desde o século XX, sob a perspectiva econômica, social e humana. No Ocidente, a ênfase no desenvolvimento econômico foi predominante até a década de 60 e influenciava toda a estrutura social. (Rist, 1996) A partir das transformações sociais ocorridas na década de 60, essa perspectiva econômica, como era apresentada, passou a ser questionada e desde então, outros modelos de desenvolvimento foram propostos. A construção destes envolveu tanto os governos e suas instituições, quanto a sociedade civil e as organizações não-governamentais.

Um dos pontos questionados no modelo do desenvolvimento econômico foi a transferência do modo de vida e consumo dos países desenvolvidos para os países periféricos. Os modelos de desenvolvimento que surgiram na época, entre eles o Desenvolvimento Endógeno, consideram importante a valorização da cultura regional que se constitui ao longo do tempo e é fruto da história local. (Hô, 1988)

Sobre a valorização das culturas locais no processo de desenvolvimento, Edgard Morin (1995) afirma que:

“A idéia desenvolvimentista foi e é cega às riquezas culturais das sociedades arcaicas ou tradicionais que só foram vistas através das lentes economicistas e quantitativas. Ela reconheceu nessas culturas apenas idéias falsas, ignorância, superstição, sem imaginar que continham instituições profundas, saberes milenares acumulados, sabedorias de vida e valores étnicos atrofiados entre nós” (Morin e Kern, 1995, p. 84)

Ao assumir práticas e valores desconectados da sua realidade, as comunidades locais bloqueiam sua própria criatividade, sua cultura e tudo mais que possibilitaria a descoberta de um caminho de desenvolvimento diferente, próprio e em harmonia com sua história. A aplicação desses esquemas em países histórica e culturalmente diferentes não é bem sucedida, por faltar adequação à realidade local, o que nos leva à questão da importância da cultura local no processo de desenvolvimento.

Nos últimos 30 anos, alguns conceitos tornaram-se paradigmas e influenciaram a construção de modelos de desenvolvimento que não consideram apenas o fator econômico. Podemos destacar, entre esses novos paradigmas, a importância da preservação da natureza, a sustentabilidade, a ética e o local como espaço para o desenvolvimento.

A valorização do local como espaço para o planejamento do desenvolvimento traz como questões importantes nesse processo a importância da cultura local, como já

pontuamos, a questão da participação da população e o homem como objetivo do desenvolvimento. No que tange à questão da participação, devemos considerar que as pessoas da localidade são portadoras da cultura local e conhecem as necessidades de seu grupo social, portanto elas devem participar como agentes tanto no processo de planejamento, onde serão definidos os objetivos e a forma de alcançá-los, quanto na execução e gerenciamento. Devemos considerar que, nesse processo, a existência de lideranças locais ou a capacitação das mesmas são aspectos importantes.

O projeto de desenvolvimento local deve ter a qualidade de vida da população envolvida como objetivo e, como citado anteriormente, caberá aos membros dessa população definir o que é qualidade de vida segundo a percepção que possuem de suas necessidades. Desse modo, se as necessidades e aspirações do grupo envolvido no processo de busca por desenvolvimento forem contempladas, a qualidade de vida será o objetivo do desenvolvimento local. Neste trabalho, o desenvolvimento local está sendo definido como a melhoria da qualidade de vida de um grupo social situado em um território delimitado. A melhoria pode ocorrer no campo econômico ou social (saúde, educação e lazer)

Com a intensificação do processo de globalização, no final do século XX, emergiu a questão do espaço local e a valorização deste no processo de desenvolvimento. Assim, espaço local, cultura e desenvolvimento tornaram-se temas inter-relacionados e indissociáveis do processo de globalização. Pensar o desenvolvimento na atualidade é pensar a relação entre o local e o global. E pensar o local é compreender a cultura existente e a articulação desta com as mudanças da sociedade globalizada, questão que abordaremos no terceiro capítulo deste trabalho.

Embora o tema do desenvolvimento seja amplo, no presente trabalho detenho-me na vertente do desenvolvimento local comunitário e numa perspectiva psicossociológica, pela qual procuro compreender os aspectos humanos, de grupo e cultura.

A presente pesquisa é um estudo de caso acerca de uma comunidade, termo aqui compreendido como um espaço territorial onde as relações estão baseadas em laços familiares, de amizade e de vizinhança que são construídos pela proximidade e ao longo do tempo de residência no lugar. A organização social comunitária possui aspectos simbólicos próprios, que constituem a cultura onde existem representações sociais, tradições, regras e modos de vida construídos nas inter-relações ao longo do tempo. (Nisbet, 1977) Na vida em comunidade formam-se laços afetivos onde repousa o sentimento de estar plenamente implicado na existência do outro. Desse engajamento no grupo emergem símbolos e representações que influenciam o comportamento pessoal no meio ambiente, bem como suas relações com este.

O trabalho de campo ocorreu na comunidade do Canal do Anil, situada no bairro do Gardênia Azul. A partir do trabalho realizado nessa comunidade observei um investimento das pessoas em projetos que tinham como objetivo a geração de renda, a melhoria da saúde e a melhoria da educação dos membros desse grupo social. O trabalho de campo foi realizado através da técnica de observação participante e entrevistas semi-estruturadas⁴, com questões formuladas a partir de temas centralizadores. Essas ferramentas permitiram a busca de elementos que caracterizassem a representação social da comunidade do Canal do Anil acerca de si própria, acerca do processo de desenvolvimento local e acerca da comunidade do Jardim Anil.

⁴ A técnica de entrevista e a observação participante foram utilizadas para a coleta de dados porque as representações sociais produzidas nas relações interpessoais estão presentes nos discursos dos sujeitos.

Consideramos importante compreender a representação do grupo social acerca de si próprio por acreditar que esse aspecto possui relevância para o investimento na busca do desenvolvimento local. Uma comunidade que não possua aspectos valorizados pelos seus moradores poderá não ser objeto de investimento.

A representação social do Desenvolvimento Local da Comunidade do Canal do Anil constitui um objetivo deste trabalho. O desenvolvimento de uma localidade é um processo compreendido num espaço de tempo determinado. Na comunidade do Canal do Anil, procuramos entender como os sujeitos entrevistados percebem o desenvolvimento da comunidade num intervalo de tempo de dez anos, entre 1996 e 2006. Esse período foi escolhido em função de ter ocorrido uma inundação na região, a partir da qual alguns projetos comunitários tiveram início.

O desenvolvimento local pode ser influenciado por diversos elementos: aspectos relacionados com a dinâmica do grupo social e aspectos referentes à relação com os processos de globalização/mundialização.

Em 1999, parte da comunidade que se localizava na margem esquerda do rio Anil foi removida pela Prefeitura, o que, por consequência, provocou mudanças na organização social do grupo, na dinâmica comunitária e possivelmente na percepção do grupo social sobre si mesmo. Parte do grupo de moradores removidos negociaram com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a construção de casas próximo à comunidade do Canal do Anil. Tais casas passaram a constituir um novo grupo social, com uma organização, uma Associação de Moradores e uma denominação próprias - Jardim Anil. Assim, procuramos compreender como os entrevistados percebem o impacto da remoção das casas e a construção de uma nova comunidade no desenvolvimento da localidade.

A compreensão da representação social da comunidade do Canal do Anil acerca do Jardim Anil constitui-se num objetivo que visa apreender a relação estabelecida entre esses grupos sociais e considerar, igualmente, como essa percepção sobre o outro pode influenciar a comunidade e seu desenvolvimento.

A partir desses objetos, procuramos compreender a representação dos moradores acerca do Desenvolvimento Local e elementos que possuem relação com esse processo ao longo dos últimos dez anos.

Assim, os objetivos que norteiam o trabalho de pesquisa são compreender:

- A representação social que a comunidade do Canal do Anil possui acerca de seu processo de desenvolvimento local.

- A percepção que os moradores têm sobre a comunidade do Canal do Anil e sobre a comunidade do Jardim Anil.

Os dados coletados nas entrevistas foram trabalhados através da análise de conteúdo, que se constitui como um método qualitativo e possibilita compreender a produção simbólica do grupo através dos relatos dos entrevistados.

Os resultados deste estudo são importantes para que se possa compreender o processo de desenvolvimento local da comunidade, ressaltando-se o que influencia esse processo segundo a percepção de seus moradores. Compreender a representação social que os grupos possuem sobre o investimento na melhoria da qualidade de vida pode auxiliar na compreensão de aspectos importantes para a construção de um projeto de desenvolvimento local. Esses resultados poderão ser objeto de novas pesquisas e aprofundamento na compreensão do desenvolvimento local comunitário.

Em países considerados em vias de desenvolvimento, que buscam obter uma melhoria na qualidade de vida de sua população, esse tema é merecedor de grande importância. O desenvolvimento do espaço local é considerado, atualmente, fundamental para a melhoria na qualidade de vida, e deve, nesse processo, preservar as tradições locais, sobretudo, tendo em vista as transformações sociais e econômicas ocorridas a partir do processo de globalização/mundialização.

CAPÍTULO 2. O DESENVOLVIMENTO E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ESPAÇO LOCAL

“A visão dialética das potencialidades de um Brasil grande, em função da ética e da solidariedade com o seu povo, sua biodiversidade, sua cultura e sua história, deve fazer parte não apenas dos nossos sonhos, mas também das nossas escolhas.” (Lessa, 2004, p. 15)

Neste capítulo, abordaremos a concepção de desenvolvimento econômico enquanto valor construído social e culturalmente, bem como as alterações sofridas por essa concepção nos últimos quarenta anos, com a modificação de paradigmas significativos que são frutos da mudança da cultura ocidental. Por fim, daremos ênfase ao modelo do desenvolvimento local.

2.1 A CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento é um conceito recente, com pouco mais de 150 anos, que passou a ser utilizado como critério de avaliação das sociedades ocidentais e orientais, dividindo as nações entre desenvolvidas e subdesenvolvidas.⁵ O termo desenvolvimento surge com a Revolução Industrial e usa como corolário a idéia de progresso e de evolução, que possuem uma conotação marcadamente positiva. Atualmente, esse termo está perpassado pelas noções de bem-estar, justiça social, crescimento econômico, desenvolvimento pessoal e equilíbrio ecológico. (Rist, 1996) O termo, portanto, é hoje portador dos valores e da organização social que

⁵ Antes disso, entretanto, já se faziam comparações entre diferentes culturas por meio de termos como *evoluído* ou *primitivo*, *civilizado* ou *bárbaro*.

compõem as sociedades ocidentais que funcionam como modelos para os demais países.

A idéia de desenvolvimento é, para o Ocidente, um mito composto pela crença num crescimento gradativo, numa determinada direção, que se supõe poder ser alcançado. Essa concepção adquiriu força com a passagem para o antropocentrismo e a ciência cartesiana, que surgiu como a detentora do saber e a mola propulsora do progresso. (Rist, 1996)

Nessa conjuntura, a idéia de desenvolvimento torna-se um objetivo norteador e balizador da avaliação das culturas segundo os critérios ocidentais, convertendo-se em uma crença de grande valor social. No entanto, faz-se necessário notar que para uma cultura reconhecer o desenvolvimento e os valores nele implicados – educação, status, poder econômico – como sendo positivos e desejáveis pelo grupo social, é preciso que ela tenha passado pelo processo de ocidentalização⁶.

Todo encontro entre culturas impõe interpretações à realidade desconhecida, transformando-a em unidades de conhecimento. Tenta-se compreender o desconhecido a partir do que já se conhece. Desse modo, a Europa, ao se deparar com outras culturas e regiões, sempre fazia comparações com suas próprias características e considerava tudo o que não era europeu como inferior. Assim, sua forma de organização social, sua religião, sua cor e seu idioma eram sempre melhores que os das outras culturas, o que dava a ela o “direito” de dominar e dar a essas outras culturas a possibilidade de evolução (ocidentalização/europeização). (Said, 1990 e Todorov, 1993)

⁶ Processo através do qual uma cultura não-ocidental assimila e incorpora os valores e as crenças da cultura ocidental a seu modo de vida.

Desde o início, foi o europeu quem proferiu o discurso acerca do “descoberto” e, dessa forma, a história vem sendo contada por e através dele. (Orlandi, 1990) Assim, o discurso tem sido proferido sempre numa mesma direção, que é da Europa para o Brasil, ou de forma similar dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos. Esse discurso procura atestar um saber, um modo de vida que se pretende universal, porque “superior”, e que, portanto, deve ser almejado pelos que ainda não o alcançaram. Eis aí onde se inicia o nosso desejo pelo desenvolvimento.

No encontro com a Europa, o povo “americano” (indígenas) foi silenciado e se construiu um discurso de que a Europa era civilizada e por isso melhor que a América. Esta, por sua vez, assimilou e encarnou esse discurso do dominador e construiu uma identidade inferior ao longo de sua história (definida pelo que não se é) e alimentou um desejo de ser como o europeu, o que traz conseqüências até hoje. Se no início o desejo era de ser civilizado, posteriormente passou ao de ser desenvolvido. (Rist, 1996;Todorov, 1993)

Toda cultura é construída por crenças, idéias e valores. O conceito de desenvolvimento assume na cultura Ocidental um valor de positividade, em que a mudança, o novo, a tecnologia são almejados e possuem um valor positivo. No entanto, nas últimas décadas, várias pesquisas e relatórios científicos vêm indicando problemas ambientais, sociais e humanos na atualidade e uma falência do planeta Terra em longo prazo. Vemos, assim, que os paradigmas do desenvolvimento começam a ser questionados, mas a idéia de desenvolvimento e o desejo de ser desenvolvido continuam sendo uma crença inabalável. (Rist, 1996)

(...) crê-se nele porque se crê que todo mundo crê nisso, porque não se pode fazer de outra forma do que crer, desde que todo mundo o diz (“a retomada econômica resolverá o problema do emprego”, “os progressos técnicos permitirão resolver os problemas do momento”, “a maioria dos cidadãos sustenta o governo”, etc.) Trata-se logo de “proposições flutuantes” que relevam de autoridades obscuras (as pesquisas, os experts) legitimados por fragmentos de crenças antigas”. (Rist, 1996, p. 42)

Falamos sobre o mito, porém cientes de que seu questionamento e desconstrução não são ainda uma realidade social. Pelo contrário, ele está no âmago da nossa constituição social. A sociedade contemporânea o repensa, o reconstrói, mas não o abandona. Porém, faz-se necessário considerar que quando começamos a questionar uma idéia ou um valor ela paulatinamente muda.

No momento histórico em que vivemos, a idéia de desenvolvimento está associada a um discurso de qualidade de vida, pois, supostamente, quanto mais desenvolvido é um país ou uma localidade melhor será sua qualidade de vida. Porém, quando observamos os índices da OMS de avaliação da qualidade de vida, verificamos que existem aspectos subjetivos que consideram a percepção do sujeito sobre sua vida. O modo de vida ocidental, que valoriza o consumo, o dinheiro, o status e o poder, muitas vezes não gera bem-estar subjetivo ou mesmo saúde física, porque eleva o estresse e gera problemas emocionais e físicos. É nesse contexto que o ócio e o lazer, que exigem tempo dispensado para eles, tornam-se relevantes. Qualidade de vida inclui: tempo pessoal para o cuidado de si, das relações e do lazer e não somente tempo para o trabalho e para os seus derivados (dinheiro, status e consumo). (Demazi, 2001)

Concluimos, assim, que desenvolvimento não é sinônimo de qualidade de vida e que, além disso, ela depende também da escala de valores que o indivíduo e o grupo social possuem. A noção de desenvolvimento construída no Ocidente e hoje

mundializada, direciona as sociedades para o progresso e o bem-estar segundo os critérios e valores ocidentais (Rist, 1996).

O que atualmente é chamado de globalização foi por Morin (2001) caracterizado como o aspecto atual do processo de expansão da Europa na conquista da América e da África. Como vimos anteriormente, ainda hoje se vive o processo de Ocidentalização, sendo os Estados Unidos da América os principais propulsores de seus modelos e valores.

Como nos apontam Orlandi (1990), Todorov (1993), Rist (1996) e Morin (2001), entre outros, desejamos ser desenvolvidos e vemos o desenvolvimento de forma positiva porque fomos ocidentalizados, assimilamos o modelo de sociedade e os valores dos povos que nos colonizaram e temos incorporado em nossa cultura seus ideais de evolução e desenvolvimento.

2.2 O DESENVOLVIMENTO TECNOINDUSTRIAL E O MEIO AMBIENTE: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

A modernidade começa a se constituir com a queda da visão sacra acerca do mundo. Surge, a partir daí, a valorização do saber científico e uma nova visão de homem, na qual este assume a direção da história e acredita poder dominar a natureza e o seu próprio destino. Isso instaura uma nova relação entre o homem e a natureza, pela qual este pode se utilizar dos recursos naturais da forma que desejar. O mesmo tipo de relação passa a existir na produção. Tal mudança histórica levou ao modelo de desenvolvimento tecnointustrial. (Gumucio, 1995)

O desenrolar da modernidade, aliado à ciência e à técnica, fornece garantias ao progresso ao avaliar o mercado e o Estado como elementos aliados e organizadores da sociedade que devem atuar no sentido de realizar a vocação inovadora do homem moderno. Ao romper com as amarras da tradição, esse homem deve a tudo e a todos transformar, incansavelmente, para saciar os seus desejos e enriquecer a nação. A ciência é quem pode fornecer ao homem um amparo moral e ético, uma crença, enfim, não mais em Deus, mas no próprio homem. Essa idéia pode ser identificada nas raízes das diversas escolas da teoria do desenvolvimento/modernização, clássicas e contemporâneas, cujas bases teóricas e práticas são atualmente questionadas pelas críticas ao projeto da modernidade. (Brito ; Ribeiro, 2003)

Se a valorização do saber racional-científico possibilitou a formação de uma nova visão de mundo que deu origem à modernidade (Ferrer, 1995), essa nova forma de se relacionar com o meio ambiente permitiu ao homem assumir o papel de dominador e, assim, se utilizar dos elementos da natureza e do próprio homem de forma abusiva e irracional . As principais causas dos processos de desequilíbrio e degradação ambiental são atribuídas às formas predatórias de ocupação do ambiente e de utilização dos recursos naturais como matéria-prima e fonte de energia.

A racionalidade construída ao longo da modernidade começou a ser questionada⁷, e modelos alternativos da relação homem-natureza começaram a ser propostos, surgindo assim os modelos que procuram preservar o meio ambiente, ou propor um uso menos predatório dos recursos ambientais, e colocar o homem como o

⁷ A racionalidade científica passa a ser questionada, porque teve como consequência a destruição da natureza e do próprio homem. A questão não está na ciência como forma de saber e sim no uso que se fez dessa nova visão de mundo. A racionalidade científica foi aliada à lógica capitalista, passando, assim, a ter o capital como objetivo do desenvolvimento e não o ser humano. (Houtart, 1995)

centro do desenvolvimento. (Sachs, 1986 e Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991)

A percepção da sociedade de que os processos econômicos dominam as práticas de ação sobre o meio ambiente levou à promoção de ideais de conservação e proteção, centrais para o embasamento dos novos paradigmas de desenvolvimento. Na década de 60, começaram a surgir questionamentos a esse modelo de desenvolvimento. Nas décadas de 70 e 80, as discussões cresceram e surgiram propostas de novos modelos e, na década de 90, essas propostas já haviam conquistado um importante espaço em diferentes níveis sociais: grupos ecológicos, associações de moradores, escolas, empresas de transporte, de produtos químicos, entre outras.

A presença cada vez maior de setores governamentais e do capital privado no debate foi proporcional ao aumento da pressão da sociedade civil, da opinião pública e da comunidade científica. Todavia, esse fato também deve ser interpretado como resultado da necessidade de garantia das condições materiais de reprodução do sistema econômico. Foi a convergência entre demandas sociais e as do próprio sistema político-econômico mundial que favoreceu a elaboração de novas estratégias. Ecologia e economia deixaram de ser questões excludentes e passaram a coexistir na noção de Ecodesenvolvimento, sobretudo sob o argumento de que grande parte dos países ainda se encontra em estágios atrasados.

A necessidade de novas estratégias ecologicamente viáveis correspondeu ao deslocamento do ambientalismo de uma posição periférica, e muitas vezes negativa, para outra mais positiva, no centro da arena internacional das chamadas políticas de

desenvolvimento.⁸ Dado que a questão ambiental demanda novos parâmetros para a economia em escala planetária, incidindo diretamente sobre o modelo de desenvolvimento global, ela se torna mais ampla, profunda e extremamente complexa. Dessa forma, várias definições da problemática ambiental não se restringem a fatores meramente técnicos e econômicos, mas abarcam a totalidade da realidade em suas múltiplas dimensões – econômica, científico-tecnológica, política, ideológica, social e cultural – intrinsecamente relacionadas. (Sachs, 1986)

A problemática ambiental também compreende uma diversidade de agentes sociais, na medida em que mobiliza a sociedade civil, o mercado, o Estado e o sistema político internacional. Entre os vários agentes envolvidos, incluem-se populações locais atingidas tanto pelos problemas de degradação ambiental como pelas iniciativas de intervenção contra elas; movimentos sociais ambientalistas e outros que também se engajaram na questão ambiental, estabelecendo paralelos entre esta e seus temas mais específicos; organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas e outras que também se vinculam ao ambientalismo; comunidades científicas; partidos políticos; organismos internacionais e supranacionais; e representantes do capital privado, que englobam desde pequenas empresas até grandes corporações.

A identificação dessa diversidade implica a necessidade de explicitação da não neutralidade desse processo, de como se desenrola ao longo de um intenso jogo de interesses de diversas naturezas, deflagrando forças de diferentes diretrizes político-ideológicas que se articulam em maior ou menor grau, integrando os níveis local, nacional e global e apresentando pesos diferentes face às negociações.

⁸ A perspectiva ambiental ganhou visibilidade com o Desenvolvimento Sustentável a partir do relatório Nosso Futuro Comum e passou a ser um modelo compartilhado por diversos segmentos sociais.

Os novos modelos de desenvolvimento, surgidos do questionamento do modelo tecnoindustrial, passaram a incluir os novos paradigmas vigentes, entre eles a preocupação em preservar o meio ambiente, o homem como objetivo do desenvolvimento e o espaço local como lugar privilegiado para o desenvolvimento. A nova ordem mundial emergente possui alguns novos aspectos sociais, entre eles: a noção de solidariedade, que visa garantir “necessidades comuns”, presentes e futuras e a formação de uma comunidade ética.

2.3 NOVAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO

A sociedade ocidental percebeu na idéia de modernização e progresso algo que pudesse contribuir para a melhoria da qualidade de vida. O processo de industrialização e urbanização gerava emprego, produtos para o consumo e maior conforto para parte da população. A partir dessa compreensão, o desenvolvimento tornou-se mais do que uma idéia, passou a ser um valor; almejado e defendido como algo positivo e capaz de gerar qualidade de vida. Em última instância, o que era buscado como valor era a melhoria da qualidade de vida, para a qual o progresso era um veículo/meio.

Esse valor, no entanto, perdeu-se ao longo do tempo, e o que era veículo/meio tornou-se valor em si. No final do século XX, com críticas e prejuízos ao meio ambiente e ao próprio homem, a sociedade começou a questionar esse modelo e recolocar o homem e sua qualidade de vida como valores primordiais. Atualmente, podemos afirmar que até mesmo o uso mais racional dos recursos do meio ambiente tem, em última instância, como objetivo o bem-estar humano e a manutenção da vida na Terra.

Quando falamos nos novos paradigmas do desenvolvimento, tais como a sustentabilidade, a valorização da cultura, o espaço local, as relações sociais, a ética, a solidariedade e o meio ambiente entre outros, estamos falando de novos valores, de novas idéias e, porque não dizer, de novas crenças. (Maciel, 2003b)

A questão dos valores é sempre central na construção da sociedade humana, pois eles estão na base dos empreendimentos e dos rumos sociais. A díade idéias-valores move o universo humano, e se os valores constroem as idéias e estas também constroem os valores, ambos começaram a ser reavaliados no que tange ao desenvolvimento. A sociedade ocidental, ao questionar as conseqüências da industrialização, está questionando a si própria, suas idéias, valores e crenças e, ao mesmo tempo, traçando os rumos do que acredita que levará a uma maior qualidade de vida para todos.

Dentro desses questionamentos, podemos citar também o caminho de uniformização, de homogeneização criado pela industrialização, que produz em série e, por isso, precisa de indivíduos que tenham necessidades e desejos comuns que se ajustem à produção. Nos novos paradigmas do desenvolvimento, podemos verificar a valorização da diversidade e, conseqüentemente, da tolerância à diferença; um valor que realmente precisa ser solidificado, sobretudo na arena política internacional, pois não será possível alcançar uma evolução da humanidade se não existir respeito à diferença e solidariedade com as regiões em vias de desenvolvimento (a África, o Oriente Médio e a América Latina) que foram trazidos à tona pelo processo de globalização, que são ricos em diversidade cultural e buscam modelos de desenvolvimento que possibilitem trazer qualidade de vida para sua população.

Nesse ponto, cito Maciel, que fala sobre a necessidade que a humanidade tem de construir uma nova direção para o futuro,

“onde esta necessidade de padronização pelo econômico se desfça e se considerem outros valores e aspirações próprias do humano (solidariedade, respeito às tradições locais, aspirações de realização enquanto grupo social). De qualquer perspectiva, a preocupação central precisa ser os valores humanos, que orientem as políticas, tanto globais quanto nacionais e locais.” (Maciel, 2003b, p. 15-16)

A partir dessas perspectivas, surgiram novos modelos de desenvolvimento, entre eles: o Desenvolvimento Endógeno, o Ecodesenvolvimento, o Desenvolvimento Sustentável, o Desenvolvimento Humano Durável e o Desenvolvimento Local. Cada um desses modelos incorporou paulatinamente as novas perspectivas que foram surgindo ao longo das últimas décadas.

O Desenvolvimento Endógeno foi a primeira concepção que surgiu na década de 70. É uma abordagem que valoriza a cultura e as características populacionais para a busca de alternativas. Para essa concepção, os objetivos do desenvolvimento não devem mais ser a produção e o lucro, mas sim o homem e o seu bem-estar. Deve-se conseguir um desenvolvimento no qual haja equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e culturais. (Kovács, 1994)

Nessa concepção, o desenvolvimento deve partir do que é próprio da cultura local, considerando como fatores de relevância as crenças, os valores, os desejos, as necessidades e as tecnologias locais. Para essa abordagem, o meio ambiente é um aspecto relevante somente quando é um aspecto importante para a região em questão. (Cao Trí, 1988)

O Desenvolvimento Endógeno é uma abordagem importante para os países subdesenvolvidos porque questiona a transferência de tecnologia sem uma adaptação à cultura local. Segundo essa concepção, a utilização de um modelo de desenvolvimento

que importa a tecnologia de outras regiões pode trazer desequilíbrios para a cultura local, bem como desvalorizar a tecnologia produzida localmente. (Hô, 2006)

Para essa concepção, a cultura é o motor e o determinante do desenvolvimento. É de acordo com as características da comunidade e de suas necessidades e aspirações que se determinarão a forma e os objetivos do desenvolvimento a ser construído. (Hô, 2006)

A participação da população é fundamental nessa concepção, pois ela é a portadora da cultura e a porta-voz das suas necessidades e aspirações. Não há como realizar o Desenvolvimento Endógeno sem que haja a participação ativa da população em questão, participação essa que funciona tanto no nível decisório, acerca dos aspectos a serem trabalhados, quanto no nível da execução dos projetos de desenvolvimento.

É importante destacar que, na década de 70, o Desenvolvimento Endógeno já colocava o homem como a finalidade do desenvolvimento. Esse aspecto começou a ser construído nessa concepção de desenvolvimento, teve seu foco desviado para o meio ambiente na década de 80 e ressurgiu no discurso do Desenvolvimento Humano Durável na década de 90.

O Ecodesenvolvimento foi outro modelo que surgiu do questionamento do modelo economicista. Ele consiste numa abordagem que transfere o foco do desenvolvimento para a satisfação das necessidades do homem. Essa concepção considera que os recursos não-renováveis e também as tecnologias poluentes devem ser utilizadas de forma reduzida. Além disso, valoriza os recursos e saberes próprios da região em questão. Segundo Sachs (1986), o Ecodesenvolvimento deve partir das necessidades da localidade e contar com suas próprias forças e seus próprios recursos.

A participação da população envolvida também é fundamental nessa concepção para que se possa identificar as necessidades e encontrar as soluções possíveis dentro dessa realidade. Esse é um aspecto que ocorre naturalmente quando a busca do desenvolvimento é de iniciativa local. Quando a iniciativa é governamental, por outro lado, faz-se necessária uma política de descentralização que possibilite maior autonomia local. (Sachs, 1986)

Com a Conferência de Estocolmo sobre Meio ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1972, começa a ser construída a idéia de um meio ambiente sustentável. Essa idéia foi fortalecida, no final da década de 80, com o surgimento da concepção do Desenvolvimento Sustentável e a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁹, constituída pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1983. Em 1992, uma conferência realizada no Rio de Janeiro consolidou a concepção do Desenvolvimento Sustentável como um dos principais modelos de desenvolvimento dentro dos novos paradigmas. Essa proposta de desenvolvimento tinha como princípios fundamentais a satisfação das necessidades humanas, a preservação da natureza e o local como espaço de ação.

No âmbito do Desenvolvimento Sustentável, encontramos duas perspectivas: uma que acredita na compatibilidade desse modelo com o neoliberalismo, desde que os efeitos negativos sobre o meio ambiente possam ser amenizados ou revertidos; e outra que prevalece, sobretudo na América Latina, que só considera possível um Desenvolvimento Sustentável se houver uma transformação social que leve à equidade

⁹ A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1983 a fim de realizar um estudo sobre a situação ambiental e econômica nas diferentes partes do mundo. Esses estudos tiveram como resultado o relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987.

social e à redistribuição de renda para que as necessidades de todos possam ser satisfeitas. Esta última perspectiva do Desenvolvimento Sustentável é a que mais se aproxima do Desenvolvimento Endógeno e do Ecodesenvolvimento, porque tem o homem e suas necessidades como objetivos, além propor a preservação do meio ambiente. É uma perspectiva que questiona a lógica de mercado e o lucro como objetivos. (Gumucio, 1995)

O Desenvolvimento Sustentável possui diferentes concepções, entre elas podemos citar o modelo político-administrativo, o do papel do Estado e o do potencial democrático inerente às abordagens propostas. São analisadas primeiro aquelas concepções que apostam no mercado como força reguladora do desenvolvimento. Um segundo modelo considera o Estado e suas instituições de regulação e de planejamento como instrumentos indispensáveis para garantir a prevalência do bem comum no processo de desenvolvimento. E, finalmente, o modelo que salienta a necessidade de uma ampla mobilização política e um maior envolvimento da própria população e das organizações da sociedade civil na busca de um modo sustentável de desenvolvimento. (Frey, 2001)

Na década de 90, surge o Desenvolvimento Humano Durável, que problematiza a questão da ética no desenvolvimento e recoloca o homem como centro deste. Sen (2000) ressalta que a economia deve se aproximar da ética para poder proporcionar uma vida melhor para todos, pois, segundo afirma, o crescimento é importante, mas não é suficiente para garantir o desenvolvimento social. Tanto para Sen quanto para Sachs a igualdade, a equidade e a solidariedade são partes integrantes do conceito de desenvolvimento. Segundo Sachs:

“Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância.” (Sachs, 2004, p. 14)

Percebe-se, assim, que a idéia de desenvolvimento começa a incorporar, além do meio ambiente e da cultura, a ética, o homem e sua condição de vida como fatores centrais.

Bartoli (1999) considera que o desenvolvimento é um direito do homem e que a economia é um instrumento que deve estar à serviço do bem-estar humano. Ele considera que o Desenvolvimento Humano Durável, além de ter o homem como centro do desenvolvimento, deve considerar também os aspectos ecológicos e culturais de cada povo.

“(…) o novo paradigma exige que nós nos dediquemos à busca da organização da totalidade dos atores da vida econômica e social ao serviço da totalidade dos homens nas nações e no mundo inteiro, sempre buscando, no nível instrumental, soluções econômicas eficazes, assim como a proteção adequada do meio ambiente. A escolha de uma estratégia de desenvolvimento é então primordial. (Bartoli, 1999, p.35)

Segundo Veiga (2005), crescimento e desenvolvimento não são sinônimos. O primeiro é mais restrito às questões econômicas e medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), enquanto o segundo é mais amplo e pluridimensional, sendo atualmente medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).¹⁰

¹⁰ O desenvolvimento de uma região não pode ser medido somente pelo PIB que avalia a produção material. A partir do Desenvolvimento Humano Durável foram incluídos como componentes para avaliação do desenvolvimento humano a longevidade, a alfabetização, a educação e o padrão de vida. O conceito de Desenvolvimento Humano foi a base para construção do índice de Desenvolvimento Humano que considera, além dos aspectos econômicos, os aspectos sociais e culturais que influenciam a qualidade de vida.

Para avaliar o desenvolvimento humano, é necessário que se criem indicadores como o IDH, proposto em 1990 pelo relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e que surgiu como uma grande contribuição metodológica, incluindo como índices a alfabetização e educação; a longevidade e o padrão de vida. Assim, quanto maior a qualidade de vida das pessoas, maior o processo de desenvolvimento, significando que se atingiu a escala humana, satisfazendo suas necessidades.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentou, em 1990, um relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Ele considerou a esperança de vida ao nascer como indicador de longevidade; a taxa de alfabetização dos adultos (com peso 2) e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior (peso 1) como indicadores de nível educacional; e a renda per capita e o poder de compra (baseado no PIB per capita, ajustado ao custo de vida local) como indicadores de acesso aos recursos. (IPEA, 1995)

Hoje, podemos dizer que é consenso mundial a idéia de que desenvolvimento é um conceito mais amplo que crescimento econômico. Para que haja desenvolvimento, não é suficiente o aumento do PIB. É necessário, principalmente, que a riqueza circule e eleve o poder aquisitivo e a qualidade de vida de todos os grupos sociais e não somente de alguns grupos sociais. Como nos assinala Bartoli (2006, p.146):

“O desenvolvimento não se limita ao crescimento. Humano, ele soma a esse crescimento a melhoria do bem-estar material nos países de baixa renda, quer se trate de alimentação, da saúde, da educação, da duração e dignidade da vida, isto é, deve ser acrescido dos elementos que não o acompanham inelutavelmente”.

Essa visão é compartilhada também por Sachs (2004) e Sen (2000), ou seja, o crescimento é importante para que possa haver o desenvolvimento, porém este não é redutível àquele.

“Num mundo globalizado, nenhum país pode ficar isolado do sistema internacional. Mas ao mesmo tempo o Desenvolvimento Sustentável repousa essencialmente sobre a força endógena de transformação de cada sociedade, sobre a mobilização de seu potencial humano, sobre a afirmação de sua identidade cultural e sobre a possibilidade de colocar ordem em sua própria casa”. (Ferrer, 1995, p. 174):

Em resumo, a noção de desenvolvimento implica uma mudança, uma melhora na qualidade de vida, econômica e social, ocorrida numa determinada localidade e delimitada no tempo. O que vai determinar o investimento na melhoria de alguns aspectos são as necessidades e/ou aspirações da comunidade, como nos aponta o Ecodesenvolvimento, bem como a constatação de que a mudança alcançada possa ser sustentável e não agrida o meio ambiente como nos aponta o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, é importante que a melhoria da qualidade de vida seja o objetivo principal, uma vez que o objetivo último do desenvolvimento deve ser o bem-estar humano, como nos aponta o Desenvolvimento Humano Durável. Este último, de forma cumulativa, possui também os novos paradigmas.

“(…) o aumento da capacidade endógena de desabrochamento dos recursos humanos através da educação em todos os níveis e de forma contínua, a participação democrática no governo, a incorporação dos fatores culturais nas estratégias de desenvolvimento, a tomada de consciência dos problemas de meio ambiente e a adaptação da ciência e da tecnologia às tarefas próprias do desenvolvimento.” (Bartoli, 1999, p. 6)

E não posso deixar de citar o primeiro desses modelos que é o Desenvolvimento Endógeno que trouxe como paradigma a importância de se considerar a cultura local, seus significados e símbolos e, conseqüentemente, a participação da população.

A seguir um destaque especial será dado ao Desenvolvimento Local que é o modelo de maior relevância neste trabalho.

2.4 O LOCAL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA O DESENVOLVIMENTO

Nas últimas duas décadas, temos assistido a uma mudança de paradigma no que se refere à questão do espaço, do desenvolvimento e da identidade. Até a década de 70, havia uma valorização de lugares como a nação e o Estado. As estratégias de desenvolvimento e a construção das identidades culturais ocorriam em relação a esses espaços. Nas décadas de 80 e 90, assistiu-se a uma mudança desse paradigma: surgiu a valorização gradativa dos espaços menores, ditos locais, tais como municípios, bairros e comunidades. É para eles que passam a ser produzidos os planejamentos e que passam a existir estratégias de desenvolvimento e de valorização da cultura local.

Essa mudança de paradigma exige uma reflexão profunda, sobretudo porque surge dentro de um contexto histórico em que a globalização é a palavra de ordem. No momento em que ocorre a valorização da intensificação das trocas comerciais e culturais, ocorre quase que concomitantemente a valorização dos espaços locais, formando-se assim uma dinâmica específica entre o global e o local na contemporaneidade.

O Desenvolvimento Sustentável propôs uma idéia acerca dessa questão que foi muito difundida na década de 90: o “pensar globalmente e agir localmente”, que abriu espaço para a proposição de estratégias que dariam as diretrizes globais e estratégias locais que estariam de acordo com as diretrizes globais. Uma questão importante de ser pensada acerca dessa dinâmica é que existem ideologias que perpassam as diretrizes globais e que estas podem ser importantes para países que já alcançaram determinado nível de desenvolvimento, mas que talvez não devessem ser as diretrizes de países e mesmo continentes, como é o caso da África e da América Latina, que se encontram em outro nível de desenvolvimento e, conseqüentemente, têm outras prioridades/necessidades. (Ferrer, 1995)

No processo de globalização, houve uma mudança no que se refere ao local. Inicialmente, ele foi desvalorizado e, posteriormente, foi incorporado ao próprio discurso da globalização. Com a valorização dos espaços locais, vemos as teorias acerca do desenvolvimento também se voltarem para esses espaços e um número crescente de trabalhos abordarem a importância das características, da cultura e da participação da população para a construção do desenvolvimento local.

A perspectiva do Desenvolvimento Endógeno, abordada anteriormente, já apontava para a valorização da cultura e as diferentes perspectivas do desenvolvimento de localidades. No entanto somente com a mudança do paradigma é que essas teorias acerca do desenvolvimento passaram a ser mais consideradas.

Os novos modelos de desenvolvimento passaram a ser influenciados pela valorização do espaço local, que passou a ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento. Podemos considerar que a valorização do espaço local encontra-se

num conjunto de mudanças paradigmáticas que influenciaram os novos modelos de desenvolvimento.

2.4.1 Compreendendo o Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local possui muitos aspectos, tais como o social, o ambiental, o cultural, o político-institucional e o científico-tecnológico. Podemos perceber, que são muitas as dimensões existentes no desenvolvimento local, além da econômica. Além disso, o desenvolvimento do aspecto econômico não garante, sozinho, desenvolvimento dos demais.

Especificamente em relação ao aspecto econômico, o Desenvolvimento Local é um modelo que procura criar novos estilos de política econômica que possam gerar emprego e renda e atuar também no campo da proteção social com programas

emergenciais, com descentralização de poder e de forma que se possa promover a inclusão social. Neste trabalho, discutirei os aspectos referentes ao desenvolvimento social de uma localidade e citarei apenas alguns aspectos do desenvolvimento econômico.

No momento histórico em que vivemos, pensar o desenvolvimento do país é pensar também o desenvolvimento das localidades, e isso não é apenas responsabilidade do Estado. É também responsabilidade das empresas e organizações do terceiro setor e do cidadão que vive na localidade. A implementação de um desenvolvimento local pode ser organizada de diferentes formas e por diferentes órgãos: pela comunidade local, através de suas lideranças; por organizações não governamentais; por organismos de cooperação internacional ou pelo governo local.

Quando o desenvolvimento local é de iniciativa comunitária, faz-se necessário considerar a atitude de planejamento das lideranças locais; a mobilização e participação dos atores locais; e a elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento. Quando o desenvolvimento local é de planejamento estatal, faz-se necessário considerar a coordenação de programas e instrumentos de fomento; e a atitude pró-ativa do governo local.

A implementação de um projeto de desenvolvimento é composta por algumas etapas que podem incluir um diagnóstico participativo para conhecer o local e identificar seus problemas e potencialidades de investimento; a realização de um plano de desenvolvimento que deverá conter objetivos e ações para cada setor envolvido (prefeitura, organizações da sociedade civil, associação de moradores, etc.); a criação de um fórum democrático de discussão; e a capacitação de lideranças locais para a gestão

do processo de desenvolvimento. Esses constituem o plano básico para um programa de desenvolvimento local. (Pecqueur, 2000)

Autores como Arocena (1986) e Teisserenc (1994) defendem a idéia de que quando o Desenvolvimento Local é de iniciativa governamental ou de instituições externas à comunidade, deve-se realizar um diagnóstico/análise da comunidade, de seus recursos materiais e humanos, de sua cultura, geografia e história para que se possa posteriormente planejar as ações de desenvolvimento.

Na implantação de uma iniciativa de desenvolvimento local, seja ela de origem comunitária ou governamental, é importante que haja, por parte do ator social, um sentimento de pertencimento à localidade, pois sem este ele não investirá na melhoria da localidade. Se reconhecer pertencendo a um determinado universo cultural possibilita o sentimento de identidade coletiva, mas quando a identidade coletiva se encontra deteriorada, um trabalho de reconstrução da mesma faz-se necessário. A cultura de um grupo social é construída ao longo de um processo histórico e exprime os sistemas de vida e trabalho. (Verhelst, 1992)

Vimos anteriormente, que a concepção do Desenvolvimento Local está permeada pelos novos modelos de desenvolvimento que surgiram. E para que este possa ocorrer é necessário que diversos fatores estejam presentes: o homem como centro através do desejo de melhorar a qualidade de vida da população, a valorização da cultura local e a participação dos atores sociais.

2.4.2 O homem como centro do desenvolvimento local

O modelo do Desenvolvimento Local assume paradigmas dos modelos anteriormente discutidos, entre eles ter o homem como centro desse desenvolvimento. Organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Food and Agriculture Organization (FAO) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) já o têm incorporado em seus discursos, porém a implementação de ações concretas ainda tem resultados esparsos.

Para Dowbor (1996, p. 44),

“A humanização do desenvolvimento, ou a sua re-humanização, passa pela reconstituição dos espaços comunitários. O próprio resgate dos valores e a reconstrução da dimensão ética do desenvolvimento exigem que para o ser humano o outro volte a ser um ser humano, um indivíduo, uma pessoa com os seus sorrisos e as suas lágrimas”.

Cada proposta de desenvolvimento possui uma visão de homem e de sociedade desejada. Boff (1999, p. 19) faz esse questionamento de qual é a imagem de homem subjacente aos processos de desenvolvimento. Vemos que, para o desenvolvimento econômico, o homem é apenas um produtor e consumidor, o que faz com que haja a exclusão de quem não pode exercer essas funções. Já para o desenvolvimento humano, o homem é um sujeito histórico dotado de direitos e deveres, um ator social que participa, ou deveria participar, e pode mudar a realidade histórica. (Boff, 1999)

Para conseguirmos um desenvolvimento local em seus aspectos sociais, o desenvolvimento precisa estar voltado para as necessidades humanas e preocupar-se em tornar as pessoas independentes e habilitadas para o uso das tecnologias como forma de

entrada no mercado de trabalho nesse mundo que cada vez mais se moderniza. Isso implica desenvolvimento dos indivíduos como pessoas e como grupos, capacitados para o trabalho e organizados como sociedade civil para se tornarem protagonistas de seu desenvolvimento.

2.4.3 A importância da cultura para o desenvolvimento local

Para que o desenvolvimento possa ocorrer, é importante que o homem, seus símbolos e sua organização social sejam considerados. O Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento Endógeno colocam a cultura num lugar privilegiado porque ela é fundamental para que se alcancem os objetivos do desenvolvimento. A obtenção das melhorias da localidade precisa estar em harmonia com as tradições, os valores e as tecnologias da cultura local. Assim, as ações e pesquisas voltadas para o desenvolvimento não devem ser homogêneas e sim específicas, adaptadas às características de cada grupo ou região, de modo a que se alcance um desenvolvimento compatível com as aspirações e as necessidades próprias daquela dada realidade.

O Desenvolvimento Local deve possibilitar a preservação cultural. À primeira vista, desenvolvimento e preservação parecem objetivos opostos, mas, na verdade, são complementares, porque a mudança ocorre sobre uma base cultural. Preservar a cultura local é importante para que haja a manutenção da confiança em sua capacidade e a valorização de suas características. O desenvolvimento local é uma iniciativa importante para as regiões frente à mudança estrutural trazida pela globalização. A forma como as

localidades enfrentam essa mudança estrutural está pautada em alguns princípios como: participação, sustentabilidade e valorização de recursos endógenos.

O desenvolvimento local é uma estratégia que envolve a comunidade na busca da construção de alternativas para melhorar a vida do homem do lugar. Pode-se começar por implementar iniciativas de revalorização do lugar e das pessoas, bem como desenvolver atividades que visem à melhora da economia local e de fatores do bem-estar social, como a saúde, a educação e o lazer. Esse processo busca valorizar as pessoas e os lugares. (Coriolano, 1998)

No processo de desenvolvimento, é importante considerar e ter como informação a história local, a configuração de elementos culturais de identidade territorial para compreender as relações que existem na localidade e para poder avaliar as ações possíveis. É bem verdade que a participação dos atores locais na discussão e ação sobre os problemas da localidade colabora também para o processo de construção dessa identidade compartilhada, que não é cristalizada, bem como na construção social da própria localidade em questão.

Em seu livro *Auto-Estima e Desenvolvimento Social* (2004), Carlos Lessa mostra a importância da auto-estima do grupo social, que se revela através da valorização de sua identidade para o desenvolvimento. O autor analisa nesse livro a relação entre a valorização da cultura nacional e da identidade do povo brasileiro e a possibilidade de se alcançar o desenvolvimento. Podemos traçar um paralelo com o aspecto local e nos perguntarmos se a valorização da cultura e da identidade local também são elementos importantes para o desenvolvimento da localidade.

2.4.4 Participação e Mobilização

A realização dos objetivos que norteiam o desenvolvimento só é possível se a população em questão estiver envolvida e sua cultura e identidade forem consideradas no processo de busca do desenvolvimento. É através da participação que se alcançará um desenvolvimento mais adequado às realidades locais. Segundo Kovacs (1994), para que seja considerada a dimensão cultural do desenvolvimento, faz-se necessária a participação da população.

A questão da participação é importante na perspectiva do desenvolvimento local. Participar é mobilizar sua vontade para agir na direção daquilo que se deseja alcançar, que se definiu como objetivo. Quando a importância da participação é compreendida e efetivada por vários sujeitos, sobretudo em situações de grupo, a mudança da realidade social torna-se possível. Pudemos ver essas mudanças ocorrendo através da participação em movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) e as comunidades eclesiais de base, entre outras iniciativas que possibilitaram o espaço para participação através da educação política em que se constrói a cidadania.

A participação é importante para que se alcance o desenvolvimento social¹¹ porque a economia, deixada a si mesma, não é capaz de democratizar a riqueza e ocorre, então, a concentração de riqueza e renda, além da concentração de conhecimento e poder. A economia não é capaz de democratizar a riqueza porque não estabelece oportunidades iguais de acesso à educação e capacitação, produtividade e

¹¹ De acordo com a Carta de Copenhague (declaração e programa de ação assinado por todos os países membros da ONU na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em 1995 na Dinamarca), os países devem criar medidas que visem o desenvolvimento do homem e das sociedades, criando ambientes econômicos, políticos e legais que permitam que os povos alcancem o desenvolvimento sustentável; erradiquem a pobreza através de ações concretas; promovam a integração social e a protejam os direitos humanos.

gerenciamento. Por isso, a participação e a organização em grupos sociais fazem-se importantes para o processo democrático que busca igualdade para todos os cidadãos. (Nascimento, 1997)

Para que a participação consiga ser eficaz para atingir o desenvolvimento, faz-se necessário que haja uma organização dos sujeitos bem como uma capacitação dos agentes comunitários para a gestão do desenvolvimento, sobretudo das lideranças locais que possuam uma ação empreendedora, o que é fundamental para buscar mudanças. As lideranças devem ter uma formação que lhes possibilite tomar iniciativas, assumir responsabilidades e buscar recursos em parceria com a sociedade e o estado. (Bourdin, 2001)

O desenvolvimento é, enfim, uma idéia que surgiu como valor na sociedade ocidental e que, em cada momento histórico, é modificado e assume os contornos próprios das necessidades de cada tempo. Hoje, quando perguntamos que tipo de desenvolvimento queremos, encontramos como resposta a idéia de que:

“É preciso investir na busca de um modelo de desenvolvimento que seja simultaneamente desejável, em termos sociais; prudente, em termos ecológicos e viável, em termos econômicos. Algo que resgate as culturas locais, investindo em qualidade de vida sustentada por laços sociais (solidariedade) e fundamentada em valores éticos”. (Maciel, 2006, p. 15)

E embora os novos paradigmas sejam pensados para regiões como países, também são importantes na construção do desenvolvimento das localidades. Assim, buscar um desenvolvimento que tenha o homem como centro, que possibilite a melhoria da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e que esteja alicerçado na cultura local é o objetivo norteador do planejamento e da implementação de um desenvolvimento local com a participação do grupo envolvido no processo.

CAPÍTULO 3. O ESPAÇO LOCAL: SUA CULTURA E ORGANIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

“Esses e outros supostos semelhantes formavam, por assim dizer, o ‘fundamento epistemológico’ da experiência de *comunidade* seríamos tentados a dizer “de uma comunidade bem tecida”, se a expressão não fosse pleonástica – nenhum agregado de seres humanos é sentido como “comunidade” a menos que seja “bem tecido” de biografias compartilhadas ao longo de uma história duradoura e uma expectativa ainda mais longa de interação freqüente e intensa.” (Bauman, 2003, p. 47)

O espaço local é constituído por uma complexa teia de interrelações que constituem, por sua vez, a organização social contemporânea. Neste capítulo, abordaremos as questões relativas à comunidade e à noção de pertencimento e seus vieses na pós-modernidade.

3.1 COMUNIDADE: UMA BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA

A comunidade tornou-se objeto de debate na modernidade, onde haviam, de um lado, os que se opunham a ela, porque consideravam que era prejudicial ao progresso. E de outro lado, os que a defendiam porque não concordavam com os aspectos relacionais e de valores trazidos pela modernização.

Historicamente, no século XIX, houve uma hostilização à idéia de comunidade porque os pensadores da época tinham a intenção de mudar a ordem social, de modo que o homem se tornasse mais independente do modelo feudal onde se vinculava a corporações ou ao campesinato. A nova ordem social exigia homens livres que se vinculassem, de forma racional, às associações. (Sawaia, 2002)

“Esse movimento anticomunitário, assentado no desejo de destruir a ordem feudal injusta, foi reforçado pelas duas revoluções, francesa e industrial, e encontrou apoio também entre os que recusavam a idéia de contrato e defendiam a doutrina egoísta racional e, conseqüentemente, o racionalismo econômico.” (Sawaia, 2002, p. 37)

Com o advento da ordem moderna, houve a destruição dos laços comunitários e a mudança no ritmo de vida que não mais se sustentava na comunidade; os indivíduos passaram a uma rotina de vida mais distanciada, sustentada pela coação, com um regime disciplinar rigoroso e supervisionado que passou a preencher o vácuo que ficou com o desaparecimento da “compreensão natural” e do consentimento da vida comunitária. (Bauman, 2003)

Segundo Bauman (2003, p. 47), com a modernidade terminou

“a maioria dos pontos firmes e solidamente marcados de orientação que sugeriam uma situação social que era mais duradoura, mais segura e mais confiável do que o tempo de uma vida individual. Foi-se a certeza de que “nos veremos outra vez”, de que nos encontramos repetidamente e por um longo porvir – e com ela a de que podemos supor que a sociedade tem uma longa memória e de que o que fazemos aos outros hoje virá a nos confortar ou perturbar no futuro; de que o que fazemos aos outros tem significado mais do que episódico, dado que as conseqüências de nossos atos permanecerão conosco por muito tempo depois do fim aparente do ato – sobrevivendo nas mentes e efeitos de testemunhas que não desaparecerão.”

Essas transformações levaram ao surgimento de utopias comunitárias, onde se procurou recuperar o modelo comunitário como sendo uma forma de organização social melhor que a sociedade. Surgiu assim, uma nostalgia comunitária (Nisbet, 1977). Quanto mais o tempo avançava maior era o sentimento de que o passado era um lugar bom, mais amistoso e pacífico, onde as relações sociais eram mais pessoais.

A esse respeito Fearherstone (1996, p. 15) cita que “gerações sucessivas investiram numa forma de nostalgia em que o passado é visto numa imagem de coerência e ordem, algo que era mais simples e mais gratificante emocionalmente, com relações diretas e integradas”.

A comunidade era vista como uma situação ideal, onde as relações eram boas e seguras e o homem a perdeu. Ela era representada como um lugar que se inclinava ao bem, quase uma perfeição que não havia o que mudar.

Essa nostalgia comunitária tem sido reeditada na pós-modernidade, onde as relações de pertencimento se tornaram mais fugazes. A esse respeito Sawaia (2002) e Bauman (2003) apontam que:

“Hoje, comunidade aparece como a utopia do final do século para enfrentar o processo de globalização, considerado o grande vilão da vida em comum e solidária, mas uma utopia reacionária, saudosista, que em vez de orientar ações voltadas ao futuro, remete ao passado, como uma espécie de lamento”. (Sawaia, 2002, p.36)

Essa nostalgia pós-moderna é fruto de um “afrouxamento” ainda maior dos laços sociais e do comprometimento entre os indivíduos na sociedade. A ausência de laços sociais

“é essa experiência que falta hoje em dia, e é sua ausência que é referida como “decadência”, “desaparecimento” ou “eclipse” da comunidade (...) As lealdades pessoais diminuem seu âmbito com o enfraquecimento sucessivo dos laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança, de família e, finalmente, dos laços que nos liga a uma imagem coerente de nós mesmo.” (Bauman, 2003, p.48)

Desde o século XIX, a questão do local (comunidade) tem sido tratada em relação à questão do global (sociedade). As mudanças ocorridas nas relações sociais levaram

diferentes teóricos entre eles, Durkheim (1975) - solidariedade mecânica e solidariedade orgânica¹² - e Tönnies - Gemeinschaft e Gesellschaft¹³ - a pensar sobre essas duas possibilidades de organização social.

A comunidade é concebida como uma associação de pessoas que participam de forma profunda da vida do grupo, onde existem relações familiares, de amizade, de vizinhança e onde os membros compartilham suas vidas, conhecimentos e sentimentos. Já na sociedade os membros colocam em comum suas capacidades técnicas ou dinheiro, onde as relações são menos profundas. Tönnies realizou em suas obras iniciais:

Segundo Sawaia (2002, p. 40), na concepção de Tönnies

“A Gemeinschaft está baseada em três eixos: o sangue, o lugar e o espírito ou o parentesco, a vizinhança e a amizade, respectivamente, sendo o sangue o seu elemento constitutivo e o trabalho e a crença comuns, a sua base de construção. Todos os sentimentos nobres como o amor, a lealdade, a honra, a amizade são emoções de Gemeinschaft sendo que na Gesellschaft não há nada de positivo do ponto de vista moral. Nela, homens não estão vinculados, mas divididos.”

¹² A solidariedade mecânica é característica da fase primitiva da organização social que se origina das semelhanças psíquicas e sociais entre os membros individuais. Para a manutenção dessa igualdade, necessária à sobrevivência do grupo, deve a coerção social, baseada na consciência coletiva ser severa e repressiva. O progresso da divisão do trabalho faz com que a sociedade de solidariedade mecânica se transforme.

A solidariedade orgânica é característica das sociedades mais desenvolvidas, gera um novo tipo de solidariedade, não mais baseado na semelhança entre os componentes (solidariedade mecânica), mas na complementação de partes diversificadas. O encontro de interesses complementares cria um laço social novo, ou seja, um outro tipo de princípio de solidariedade, com moral própria, e que dá origem a uma nova organização social – solidariedade orgânica. Sendo seu fundamento a diversidade, a solidariedade orgânica implica maior autonomia, com uma consciência individual mais livre.

¹³ A Gemeinschaft é composta por um grupo de indivíduos que estão unidos por laços naturais como sangue, ou são indivíduos unidos por laços espontâneos como o lugar, a vizinhança, a amizade; ou são compostas por indivíduos que possuem um objetivo comum que transcendem os interesses particulares de cada pessoa. Os integrantes estão ligados por simpatia e afinidade, e o sentimento de pertencer ao grupo domina o pensamento e as ações das pessoas, assegurando a união do grupo e a cooperação de cada membro.

A Gesellschaft é composta por grupos baseados na vontade livre das pessoas que os integram, ou que formam uma associação deliberada para a consecução de determinados fins (políticos, econômicos etc.). Os membros pertencem à associação, em virtude de uma decisão voluntária, por estarem de acordo com seus fins; os contatos entre os indivíduos estabelecem-se na base dos interesses individuais, consistindo em relações de competição, de concorrência ou com um cunho de indiferença.

Na tradição sociológica, o termo comunidade e seus derivados têm sido em geral associados à noção de um espaço particular delimitado, com seu conjunto de relações sociais estreitas baseadas em fortes laços familiares e tempo de residência. Presume-se, normalmente, uma identidade cultural estável, homogênea e integrada, ao mesmo tempo duradoura e única. Neste sentido, freqüentemente pensou-se que os membros de uma localidade formavam uma comunidade distinta com sua própria cultura o que faz com que o local das interações cotidianas seja um “lugar” e não um mero espaço físico.

O termo comunidade é usado em sentidos diversos. No dicionário crítico de sociologia, a definição de comunidade supõe a participação mínima dos sujeitos nos negócios comuns de forma direta ou indireta e, para que um agrupamento humano possa ser caracterizado como comunidade, é necessário que haja alguns elementos fundamentais: uma rede de interações sociais, certos “laços sagrados” que possam ser objeto de identificações simbólicas e que o grupo se ajuste sem choque ao sistema de interdependência. (Baurricaud, 1993)

O termo comunidade pode ser conceituado também como

“uma coletividade de pessoas numa dada área geográfica; pessoas que se ocupavam em conjunto de atividades econômicas e políticas e principalmente que constituíam uma unidade social com o governo próprio e alguns valores comuns e que experimentavam sentimentos de estima mútua. Os exemplos dados são os de uma cidade, uma vila, uma aldeia ou uma freguesia.” (Mitchel, 1968, p. 99)

As comunidades possuem um conjunto de “valores nucleares” ou pressupostos comuns enraizados em práticas cotidianas e em rituais, cerimônias e memórias coletivas

que dão sustentação emocional e reforçam o sentido de identidade coletiva, de família, de comunidade e de nacionalidade.

A construção de laços entre os indivíduos de uma localidade ocorre através das relações e dos discursos que constroem e reforçam similaridades entre os membros do grupo e diferenças em relação à outros grupos. Os discursos dão sentido para os fatos que podem ser transformados em vitórias ou derrotas, em valorização ou desvalorização do grupo de acordo com a construção discursiva. Um mesmo fato pode ter diferentes significados e o grupo escolherá o seu de acordo com sua cultura e história.

O entendimento comum que ocorre naturalmente na comunidade é a característica que a separa da competição e dos desentendimentos. Esse aspecto é pontuado por Bauman quando refere que:

“O entendimento ao estilo comunitário, casual (Zuhanden, como diria Martin Heidegger), não precisa ser procurado e muito menos construído: esse entendimento já “está lá”, completo e pronto para ser usado – de tal modo que nos entendemos “sem palavras” e nunca precisamos perguntar, com apreensão, “o que você quer dizer”? O tipo de entendimento em que se baseia precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante”- “a vontade real e própria daqueles que se unem”; e é graças a esse entendimento e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam”. (Bauman, 2003, p. 15)

Os aspectos até aqui apresentados são pontuados por Nisbet (1977, p. 48) como fundamentais à organização comunitária.

“Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral (...) e continuado no tempo. Ela encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva duma motivação profunda e realiza-se na fusão das vontades

individuais, o que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição”.

O elemento que lhe dá vida e movimento é a dialética da individualidade e da coletividade.

As definições clássicas de comunidade consideram o espaço territorial e a proximidade como elementos básicos de definição, na contemporaneidade surgem problemáticas acerca desses elementos a partir do aumento do individualismo. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte que viabilizam uma maior mobilidade, surgem novas formas de sociabilidade e estruturas comunitárias em indivíduos que vivem em espaços longínquos, como ocorre hoje com as comunidades virtuais. (Paiva, 1998.) Essas ainda são objeto de discussões, sobretudo se é possível chamar-se de comunidade um agrupamento onde os aspectos simbólicos substituem o aspecto físico para a formação de laços.

Apesar dessa discussão acerca da idéia de comunidade ser preconizada na atualidade, ela coexiste com comunidades baseadas no território, sobretudo àqueles agrupamentos humanos de baixa renda que não têm acesso aos modernos meios de comunicação. Para estes, o espaço territorial e os laços de sangue e vizinhança são os principais modeladores das relações.

Não podemos, no entanto, reduzir as definições de comunidade a partir de suas oposições, sobretudo porque estas foram construídas num outro momento histórico onde houve a passagem de um modelo de organização social comunitária para a forma de sociedade, com a revolução industrial. Naquele contexto, pensar a definição de um em contraposição ao outro era um caminho pertinente. Atualmente, temos na definição em si questões de extrema relevância e sem necessariamente fazer oposição entre elas.

Para encerrar essa digressão acerca da noção de comunidade, é importante considerar na atualidade a questão do pertencimento a um grupo social e a questão da identidade e da segurança na contemporaneidade. Esses aspectos serão abordados nos itens que se seguem.

3.2 PÓS-MODERNIDADE: A NOÇÃO DE PERTENCIMENTO EM QUESTÃO

Toda grande mudança social traz questões acerca da organização dos indivíduos e suas formas de relação. Com a globalização e a pós-modernidade, que são duas grandes mudanças sociais, a idéia de pertencimento a uma comunidade tornou-se uma questão de relevância.

A pós-modernidade pode ser considerada a “consciência crescente” dos limites do projeto de modernidade. Que se refere à percepção social de que existe uma complexidade cultural, o que antes estava dividido em categorias bem organizadas, agora parece ser desordem porque não cabe em nenhuma classificação existente. Podemos, ainda, salientar a perda da confiança nas construções das idéias de progresso e racionalidade que eram centrais no pensamento da modernidade. A confiança na universalidade desse projeto foi substituída pela ênfase na contingência, na incoerência e na ambivalência. (Bauman, 1999)

A modernidade tinha como característica a ordenação da realidade através da disciplina e da eliminação, ou melhor, da tentativa de eliminação de qualquer forma de ambigüidade, pela crença e construção de uma história linear composta por passado, presente e futuro. Em contrapartida a pós-modernidade irá se caracterizar pela contingência, por um presente sem passado ou futuro, pelo acidental, pelo descentrado, pela ausência de

ordem, pela primazia da ambivalência, do fragmento, dos micropoderes e microtextos. Além desse aspecto, surge também a possibilidade de se construírem identidades transnacionais que estão para além das fronteiras do Estado-nação. (Bauman, 1999) Essas são algumas das questões referentes às mudanças constituídas pela pós-modernidade.

No que tange a questão do pertencimento, podemos considerar que toda comunidade possui características culturais que se constroem através das inter-relações e dos diferentes veículos de transmissão da informação, desde os mais tradicionais como as histórias orais e os mitos até os mais elaborados como a imprensa escrita, o rádio e a TV. Através dessas construções, forma-se o imaginário social comum, que compõe a história do grupo e do indivíduo, gerando um sentido de pertencimento.

Podemos dizer que o processo de mundialização estabelece uma nova relação do indivíduo com o mundo, desde o aspecto econômico, passando pela relação com as novas tecnologias e redefinindo as formas de pertença social cuja localidade é uma das modalidades.

“A hipótese pós-moderna consiste em dizer que a relação proximidade/distância perde todo significado e, dessa forma, a proximidade não tem mais sentido. A isso se opõe a hipótese de radicalização da modernidade que, pelo menos neste caso, me parece mais pertinente: a relação proximidade/distância conserva seu caráter estruturante, mas as coações da distância (e da proximidade) geográfica se tornam totalmente substituíveis: posso falar imediatamente com alguém que se encontra do outro lado do mundo, ir ao seu encontro em algumas horas (...). Posso da mesma forma viver sem nenhum contato com meus vizinhos. Se de repente a produção social da proximidade não é mais uma novidade, são as condições desta produção que mudam.” (Bourdin, 2001, p. 14)

A localidade é composta também por um sistema de valores que organizam as relações entre o lugar de pertencimento e o outro. A proximidade possui relações com a

identificação com o outro, com o sentimento de pertencimento, com a confiança e a mobilização em torno de um objetivo comum.

A relação do homem com seu entorno imediato é fundamental para a constituição de sua identidade, sobretudo no seu primeiro momento de socialização, onde as coisas/objetos e o grupo são indissociáveis e constituem a representação do sujeito acerca do meio, bem como de si próprio nesse contexto e em relação com outros meios.

3.2.1 Identidade

A questão do pertencimento traz à cena a idéia de identidade que está vinculada à reconhecer-se com características pertencentes à determinado grupo. A construção da identidade é um processo que se inicia conjuntamente com o princípio da vida e a introdução em um grupo social. O indivíduo compreende a si próprio como possuidor de características pessoais que, em parte, foram assimiladas do grupo social e que o faz sentir-se semelhante e pertencendo a determinado universo de relações, valores e símbolos.

“Nossa identidade, até a mais individual, é construída a partir de um grupo de pertença. Esse último, ainda que afetado por fatores macrossociais, é ou se torna sua própria origem, neste sentido grupo nativo ou auto-referente, que pode, por exemplo, definir o termo “etnia”. Todo grupo de pertença é um por princípio associado a um território.” (Bourdin, 2001, p. 34).

Na contemporaneidade, podemos observar que a estabilidade social fornecida pelo pertencimento a um grupo começa a sucumbir com a diluição das identidades como eram conhecidas e novas formas de identidade surgem na pós-modernidade, mas sem a

configuração capaz de criar um sentimento forte de pertencimento e uma estabilidade social.

Hall, S. (2001, p. 9) argumenta que as identidades modernas estão se fragmentando:

“Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isto está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados”.

A identidade passa a ter um caráter flexível e está sempre passível de experimentação e mudança.

No momento histórico em que vivemos, as identidades tornaram-se mais flexíveis, mais passíveis de experimentação e mudança, como diz Bauman (2003, p.62) devem

“ser o tipo de identidade até ‘nova ordem’. A facilidade de desfazer-se de uma identidade no momento que ela deixa de ser satisfatória, ou deixa de ser atraente pela competição com outra identidade mais sedutora, é muito mais importante do que o “realismo” da identidade buscada ou momentaneamente apropriada”.(Bauman, 2003, p. 62).

As comunidades passam a ter um caráter efêmero, assim como as identidades e devem ser fáceis de serem decompostas e reconstruídas, no mais legítimo modo “zap”¹⁴ da sociedade contemporânea.

3.2.2 Pertencimento efêmero

¹⁴ O termo zap está sendo compreendido como a passagem de um momento à outro de forma rápida.

No seu livro comunidade, a busca por segurança no mundo atual, Bauman (2003) aborda a questão da sociedade globalizada que forma indivíduos que para poder viver com liberdade e sem comprometimento com outras pessoas, desprezam o pertencimento a uma comunidade, são os chamados “cidadãos do mundo”, sujeitos “extraterritoriais”, para usar o termo do autor. É claro que esses sujeitos que transitam pelo mundo, que têm acesso aos meios de comunicação e transporte de alta tecnologia constituem uma minoria social. Porém uma minoria que percebe o pertencimento e a organização comunitária como um prejuízo. (Bauman, 2003)

“O mundo habitado pela nova elite não é porém definido por seu “endereço permanente” (no antigo sentido físico e topográfico). Seu mundo não tem outro “endereço permanente” que não o e-mail e o número de telefone celular. A nova elite não é definida por qualquer localidade: é em verdade e plenamente extraterritorial. Só a extraterritorialidade é garantida contra a comunidade, e a nova “elite global” que, exceto pela companhia inevitável (e às vezes agradável) dos maîtres, arrumadeiras e garçons, é sua única detentora e quer que assim seja.” (Bauman, 2003, p. 53)

Bauman fala do modo “cool” (distanciado), como sendo a característica dos sujeitos bem-sucedidos. Esse termo significa, segundo o autor, fuga ao sentimento e a intimidade, onde as relações não possessivas e sem comprometimento com o outro regem as escolhas. A ausência de compromisso permite a liberdade de movimento. Para esses sujeitos, as relações comunitárias com intimidades e compromissos impedem a liberdade. Os compromissos são substituídos por relações fugazes e passageiras sem um envolvimento na vida do outro. Como diz Bauman (2003, p.51) a vida é “vivida como uma sucessão de episódios e uma série de recomeços.”

O “cosmopolitismo dos bem-sucedidos”, que são a elite global dos negócios e da indústria cultural, foge da comunidade porque repugna a idéia de “obrigação fraterna”, onde se partilha os bens independente dos talentos ou importância dos seus membros. Os “bem-sucedidos” consideram os sujeitos que fazem parte da comunidade como fracos que não são capazes de praticar a individualidade. (Bauman, 2003)

“Os poderosos e bem-sucedidos podem ressentir-se, ao contrário dos fracos e derrotados, dos laços comunitários – mas da mesma forma que os demais homens e mulheres podem achar que a vida vivida sem comunidade é precária, amiúde insatisfatória e algumas vezes assustadora. Liberdade e comunidade podem chocar-se e entrar em conflito, mas uma composição que faltem uma ou outra não leva a uma vida satisfatória.” (Bauman, 2003, p. 57)

Assim, embora haja uma nostalgia comunitária para alguns, há também uma fuga de compromissos fraternos para outros. Ambas as reações coexistem numa mesma sociedade e em relação à forma de organização comunitária.

3.2.3 Comunidade Estética

Na contemporaneidade, a idéia de pertencimento a determinado grupo que caracterizava a comunidade está sendo reinventado. Hoje, preconiza-se a comunidade virtual formada por pessoas em localidades diferentes, mas que possuem o sentimento de pertencimento a determinado grupo por terem características similares e estabelecerem, através da rede de comunicação, relações e trocas, que podem ter um caráter mais superficial ou mais profundo.

Bauman (2003) fala de comunidade estética na atualidade composta por uma forma flexível de identidade onde os compromissos estabelecidos não são irrevogáveis. A comunidade virtual é uma forma de comunidade estética.

“Uma coisa que a comunidade estética definitivamente não faz é tecer entre seus membros uma rede de *responsabilidade éticas* e, portanto, de *compromissos* a longo prazo. Quaisquer que sejam os laços estabelecidos na explosiva e breve vida da comunidade estética, eles não vinculam verdadeiramente: eles são literalmente “vínculos sem conseqüências.” (Bauman, 2003, p. 67).

Esse autor opõe comunidade estética à comunidade ética, a primeira seria marcada pela identificação com características de um dado grupo e pelo não compromisso com o outro. A segunda seria para Bauman “tecida de compromissos de longo prazo onde haveria um compartilhar fraterno que poderia trazer aos indivíduos um sentimento de segurança diante das desventuras da vida.” (Bauman, 2003, p. 68)

Atualmente, têm surgido nas grandes metrópoles grupos que proporcionam um sentido de localismo e identificação emocional. São grupos efêmeros onde os indivíduos possuem relações transitórias e constroem identificações temporárias. Esses grupos têm sido classificados de neotribos e se movem num fluxo de permanente construção de novos laços sociais. Os indivíduos transitam por novos grupos de tempos em tempos. Essa nova forma de pertencimento é para Bauman uma forma de comunidade estética.

A questão do pertencimento na atualidade é complexa e envolve tanto os grupos que constituem laços sociais e comunitários, quanto pessoas que se ressentem pela ausência dele e possuem um sentimento nostálgico em relação ao passado, por indivíduos que se vinculam temporariamente a determinados grupos, porém sem um comprometimento de

maior ordem como no caso da comunidade estética, por indivíduos que repugnam o sentimento de pertencimento que são os “cidadãos do mundo”, a elite global sem comprometimento com grupo algum. Bauman (2003), no entanto, acredita que mesmo estes necessitam de um lugar seguro onde possam se estabelecer para poder resistir as tensões cotidianas.

Na atualidade, mesmo os indivíduos mais distanciados do comprometimento com o grupo necessitam de um lugar seguro onde possam se reabastecer para poder resistir às tensões cotidianas. (Bauman, 2003)

“O lugar como tal pode ter perdido importância para elite “voadora”, hoje capaz de olhar todos os lugares com distanciamento e sem envolvimento, como já se considerou ser privilégio dos pássaros. Mas mesmo os membros dessa elite precisam de intervalos nas angustiantes e estressantes viagens, momentos de relaxamento e descanso, de reabastecimento da capacidade de resistir à tensão cotidiana – e para isso precisam de um lugar seguro.” (Bauman, 2003, p. 102)

A temática da segurança é entrelaçada com os laços sociais; estes possibilitariam o sentimento de segurança num mundo eminentemente fugaz. Como obter segurança num universo sem comprometimento? Essa é uma das questões que hoje provocam angústia nos sujeitos e na sociedade contemporânea.

3.2.4 Segurança

A sociedade, há tempos atrás, era percebida como uma entidade capaz de proteger os sujeitos, através de disposições previdenciárias onde os “não produtivos” poderiam encontrar confiança contra os infortúnios da vida. Como diz Bauman (2003, p. 101), “A

sociedade era imaginada como o pai poderoso, rigoroso e às vezes implacável, mas sempre pai, alguém a quem se podia recorrer em busca de ajuda em caso de problema”. Porém, com a perda da centralização do Estado-nação, a sociedade perdeu esse referencial e entrou numa nova perspectiva de desamparo.

O conforto de uma segurança garantida pelo estado já não existe mais, os indivíduos não percebem o Estado e a sociedade como tendo um papel de amparo.

Houve um gradual dismantelamento das relações de segurança, inicialmente, com o advento da modernidade, as comunidades e, mais recentemente, com a globalização, a segurança advinda do Estado. Essa nova configuração social tem levado a um aumento do valor do lugar, para alguns, onde possa haver o sentimento de pertencimento, compromisso e lealdade. (Bauman, 2003, p. 101)

“A segurança, como todos os outros aspectos da vida humana num mundo inexorável individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca cada indivíduo. A “defesa do lugar”, vista como condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão do bairro, um “assunto comunitário”. Onde o Estado fracassou, poderá a comunidade - a comunidade local, uma comunidade corporificada num território habitado por seus membros e ninguém mais (ninguém que “não faça parte”) - fornecer aquele “estar seguro” que o mundo claramente conspira para destruir?” (Bauman, 2003, p. 102)

A comunidade na contemporaneidade possui características que a distinguem da comunidade existente na modernidade, ou mesmo da utopia comunitária do início do século XX. Bauman (2003) cita em relação ao entendimento comum de seus membros que

“mesmo se alcançada, permanecerá portanto frágil e vulnerável, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa. Pessoas que sonham com a comunidade na esperança de encontrar a segurança de longo prazo que tão dolorosa falta lhes faz em suas atividades cotidianas, e de libertar-se da enfadonha tarefa de escolhas sempre novas e arriscadas, serão desapontadas. A paz de espírito, se a alcançarem, será do tipo “até segunda ordem”. Mais do que comum a ilha de “entendimento

natural”, ou um "círculo aconchegante” onde se pode depor as armas e parar de lutar, a comunidade *realmente existente* se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e freqüentemente assolada pela discórdia interna; trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchego, a simplicidade e a tranqüilidade comunitária terão que passar a maior parte de seu tempo.” (Bauman, 2003, p.19)

A sociedade contemporânea, na busca por segurança, investe seu sonho na construção de condomínios fechados, ambientes sem ladrões e à prova de invasores que possam causar danos aos seus habitantes. Nesses condomínios, proximidade física significa separação, isolamento, vigilância, portões fechados e circulação vigiada e não comunidade.

“A promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança. Mas segurança sem liberdade equivale a escravidão (e, além disso, sem uma injeção de liberdade, acaba por ser afinal do tipo muito inseguro de segurança); e a liberdade sem segurança equivalente a estar perdido e abandonado (e, no limite, sem uma injeção de segurança, acaba por ser uma liberdade muito pouco livre).” (Bauman, 2003, p. 24)

O sentimento de estar seguro na sociedade contemporânea constitui-se num paradoxo, onde o indivíduo necessita de uma rede de apoio social – família, grupo social, comunidade e estado – e, ao mesmo tempo, deseja estar livre de comprometimentos, sobretudo porque estes demandam tempo e envolvimento. A segurança construída pelos condomínios fechados e vigiados é somente contra os ladrões, mas não suprem o apoio necessário diante dos infortúnios da vida. Esse sentimento de estar amparado e seguro somente é construído através de uma rede de laços sociais solidamente entremeados e para isso é preciso dar-se ao outro para dele receber.

3.3. COMUNIDADE E LOCALIDADE

O espaço local tanto pode ser uma circunscrição organizada pelas autoridades, em função do espaço geográfico ou da história, quanto pode conter mais do que simplesmente uma denominação e ser um lugar de encontro diário, de proximidade e da existência de aspectos sociais e culturais compartilhados. (Bourdin, 2001).

“O local é uma forma social que constitui um nível de integração das ações e dos atores, dos grupos e das trocas. Essa forma é caracterizada pela relação privilegiada com um lugar, que varia em sua intensidade e em seu conteúdo. A questão se desloca então da definição substancial do local à articulação dos diferentes lugares de integração, a sua importância, à riqueza de seu conteúdo”. (Bourdin, 2001, p. 56).

O surgimento do termo local, em contraponto à global, acabou abarcando nomenclaturas clássicas como a cidade, a aldeia e a comunidade. Todas essas denominações podem hoje, estar contidas no termo local, porque estão delimitadas num território. Inclusive o termo comunidade que hoje é utilizado independente do território, encontra no espaço local uma referência ao território.

Assim, os diferentes espaços locais possuem um território delimitado, com uma determinada forma de articulação entre as entidades, com uma hierarquia e com relações de pertencimento, com um modelo de ação e com um gerenciamento local. Esses elementos variam conforme a localidade seja uma cidade, uma aldeia, um bairro ou uma comunidade.

O espaço territorial favorece a formação de relações mais próximas e estabelecimento de vínculos de lealdade e sentimento de pertencimento a determinado lugar. Este é mais do que o território, pois se constitui do que existe nele e como essas coisas se articulam. (Bourdin, 2001)

“Os princípios de recorte dos territórios deixam neles um grande espaço ao aleatório, mas um território local deve corresponder ao espaço de vida de uma comunidade ou de um conjunto das comunidades que o partilham, definindo-se aqui a comunidade por ao menos dois dos três fatores seguintes: fortes interações entre seus membros do cotidiano, proximidade dos modos e; ou estilos de vida, acentuadas referências comuns (identitárias, religiosas, sociais), bem pela capacidade de exprimir esta proximidade em instituições coletivas.” (Bourdin, 2001, p. 200)

Podemos dizer que um espaço local pode ter diferentes configurações que possuem em comum um território demarcado.

Assim, ao falarmos do local podemos nos referir a diferentes modos de organização social delimitados pelo território, ou mesmo quando falarmos de desenvolvimento local podemos estar nos referindo às cidades, aldeias, bairros ou comunidades. Em função da necessidade de especificação do tipo de localidade à qual nos referimos, nesta tese estarei me referindo ao termo comunidade por tratar-se, o trabalho, de uma reflexão acerca do modelo de desenvolvimento em uma dada comunidade que é delimitada por um espaço territorial (localidade).

Para finalizar esse capítulo, faz-se importante a visão do todo. A organização social na contemporaneidade está em intensa transformação. Podemos considerar que a globalização é como uma ampliação das transformações da Gessellschaft enquanto a valorização do local é a variação moderna da valorização da organização comunitária ocorrida no final do século XIX. Todas essas mudanças trazem como questão a constituição do homem que depende do grupo e das relações sociais.

Pode-se observar um interesse crescente nas reflexões acerca da construção de identidades coletivas ou na preservação de culturas locais. A organização e construção do coletivo tem sido cada vez mais objeto de reflexão, num mundo em que as relações e o sentimento de pertencimento estão em transformação. É como se houvesse um momento de indefinição acerca de como os indivíduos estão se organizando enquanto coletividade.

Essa é uma preocupação legítima, uma vez que o homem sempre foi compreendido como um ser social. É o pertencimento a um grupo numa dada cultura que lhe possibilita um nível simbólico. Ora, se o indivíduo necessita do grupo para se tornar um ser social, é legítimo perguntar como essa organização está se transformando e que tipo de indivíduo está sendo constituído.

CAPÍTULO 4. A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO NA CULTURA LOCAL

“De fato se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.” (Santos, 2000, p. 18)

A idéia de desenvolvimento tem sido a precursora da expansão da cultura ocidental que é denominada de globalização ou mundialização¹⁵. Este último termo é mais utilizado em referência à expansão sócio-cultural. A globalização é um fenômeno complexo e com múltiplas possibilidades de análise e de relação; para esta tese considero importante aprofundar as questões relativas à cultura local: o contato entre diferentes culturas, os processos de homogeneização e o seu contraponto que é o fechamento diante do outro, e a importância da valorização da cultura nesse processo.

¹⁵ A palavra mundialização é a tradução francesa do termo globalização. A palavra globo tem um sentido mais geográfico, enquanto a palavra mundo tem um sentido mais social. Assim os autores europeus alargaram o sentido da palavra globalização ao traduzirem por mundialização e darem à ela um sentido sócio-cultural. (Matouk, 2005)

4.1 GLOBALIZAÇÃO: UM FENÔMENO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL

Na fase atual da globalização, é possível referir-se ao desenvolvimento de uma cultura global considerando-se dois aspectos do processo de globalização: a existência de um conjunto de práticas, corpos de conhecimentos, convenções e estilos de vida que se desenvolveram de forma transnacional (instituições e agentes que não funcionam como representantes de um Estado-nação) e um outro aspecto que se pode considerar é a existência de uma cultura global, onde a terra é um espaço delimitado, um espaço comum sobre o qual todos são responsáveis.

A globalização implica uma ampliação do contato entre os sujeitos e a consciência de que o mundo é um só lugar. É claro que esse fenômeno pode ter diferentes interpretações e significados nas diferentes culturas, significados esses, formulados a partir da perspectiva de tradições diferentes. No entanto, podemos considerar que esse termo possui um significado comum a muitos países. Segundo Robertson (2000):

“O significado atual transmitido em muitos contextos pela palavra ‘globalização’ parece repousar em duas idéias básicas: a de que globalização é um conceito capitalista global dominado por um pequeno número de empresas multinacionais e pelos estados-nação; segundo, a idéia de que a globalização, portanto, ameaça não apenas o futuro econômico de muitos estados-nação, mas também as suas tradições culturais e as suas identidades.” (Robertson, 2000, p. 11)

Essas duas idéias básicas contêm as principais questões discutidas no meio acadêmico e na sociedade.

Podemos dizer que, até o presente momento do processo, a globalização tem tido um modelo neo-liberal, onde as empresas multinacionais têm se projetado e influenciado sobremaneira as diferentes culturas. (Ianni, 2002) Constitui-se, assim, num processo de globalização perpassado por essa ideologia, que possui dois aspectos proeminentes o financeiro e o da informação, como enfatiza Santos (2000):

“Consideramos, em primeiro lugar, a emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo ethos as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas. A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala. Tem as mesmas origens a produção, na base mesma da vida social, de uma violência estrutural, facilmente visível nas formas de agir dos Estados, das empresas e dos indivíduos.” (Santos, 2000, p. 37)

Pensar sobre os aspectos negativos, a fim de sobrepô-los ou minimizá-los, é tarefa urgente no atual contexto histórico.

4.1.1 O lugar do local na globalização

Um aspecto interessante da globalização é a sua relação com o local. Quando surgiu a idéia de globalização, de universalização, ela trouxe consigo a valorização dos intercâmbios e a desvalorização do local, sobretudo, aquele que se fechava ou resistia às influências externas.

“Tanto o liberalismo quanto o marxismo, em suas diferentes formas, davam a entender que o apego ao local e ao particular dariam gradualmente vez a valores e identidades mais

universalistas e cosmopolitas ou internacionais; que o nacionalismo e a etnia eram formas arcaicas de apego – a espécie de coisa que seria “dissolvida” pela força revolucionária da modernidade. De acordo com essas “metanarrativas” da modernidade, os apegos irracionais ao local e ao particular, à tradição e às raízes, aos mitos nacionais e às “comunidades imaginadas”, seriam gradualmente substituídos por identidades mais racionais e universalistas, do “local”.” (Hall, 2001, p. 97)

Com o passar do tempo, foi havendo uma mudança nos discursos no que se referia ao local, este paulatinamente foi adquirindo valor nessa dinâmica e foi sendo incorporado a ela. Essa complexidade cultural que gera insegurança nos sujeitos e grupos é uma das razões pelas qual o “localismo” torna-se um tema importante. (Robertson, 2001)

As diversas combinações e fusões de processos aparentemente opostos e incompatíveis como homogeneização/fragmentação e globalização/localização tentam conceber o global em termos de um esquema singular integrado e unificado. Porém identificar o conceito de globalização como sendo um só lugar e dar-lhe a idéia falsa de uma unidade é um equívoco. Estamos, na realidade, falando de um conjunto diverso existindo em um dado espaço, então necessariamente temos maior discordância, conflito e confronto de perspectivas e não apenas trabalho conjunto e consenso. Essa diversidade sempre existe, tanto em espaços micro, como é o caso da comunidade, como em espaços macro, como é o caso da nação ou do próprio globo. A cultura global é na verdade um mosaico de particularidades que constitui um todo. O global e o local não são separados no espaço e no tempo; os processos de globalização e localização são partes integrantes de um mesmo processo: indissociável e intercambiável.

4.2 CONTEXTUALIZANDO O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

A globalização surge dentro de uma determinada realidade histórico-cultural. Nascimento (1997) caracteriza a globalização como um processo que se inicia com a expansão européia e continua de forma aperfeiçoada até o presente momento histórico:

“A sociedade moderna nasce com a primeira expansão européia; é conhecido como o comércio triangular e foi essencial para o processo de acumulação primitiva, as viagens transoceânicas foram fundamentais para o desenvolvimento da ciência e a descoberta de novos continentes contribuíram decisivamente para a mudança da mentalidade européia. A segunda expansão européia consolida este processo, possibilitando à industrialização, novos horizontes, dando surgimento ao imperialismo e, no século seguinte, criando as condições para o processo de descolonização: o domínio de outras nações passa a ser exercido por intermédio do capital financeiro. Deste ponto de vista, a globalização, ou mundialização, não é um fenômeno novo, é inerente ao sistema capitalista, que por sua natureza não respeita nem espaços nem crenças.” (Nascimento, 1997, p. 85)

Percebemos, assim, que o processo de globalização não é, para alguns autores (Robertson, 2000 e Nascimento, 1997), fenômeno recente.

Robertson (2000) compreende a globalização como um processo que tem suas origens a partir de mudanças sócio-culturais que se iniciam no século XV e que teve uma aceleração a partir do século XX. Ele divide o histórico do processo de globalização em cinco fases: a primeira, que ocorreu entre o século XV e o século XVIII, que é denominado de embrionária, onde crescem as comunidades nacionais, começa a cair o sistema feudal, começa a se acentuar a idéia de indivíduo e o humano começa a tomar o centro das questões; a segunda fase, que ocorreu entre a metade do

século XVIII e 1870, denominada de fase incipiente, onde se fortalece a idéia de estado unitário homogêneo, os indivíduos passam a ter status de cidadão, ocorre o aumento de convenções e de agências com a finalidade de regulamentar a comunicação internacional e as questões entre a nacional e o internacional; a terceira fase, que ocorreu entre 1870 até 1920, denominada de decolagem, onde ocorrera as primeiras tematizações sobre modernidade, onde a idéia de gênero humano/humanidade se fortalece, onde há o aumento acentuado das formas globais de comunicação e o início do movimento ecumênico; a quarta fase, que ocorreu entre 1920 e 1960, onde ocorreram guerras e, em seqüência, a Guerra Fria onde duas ideologias disputavam o globo – o capitalismo e o socialismo - a criação das Nações Unidas, a criação de uma prospecção do futuro guiada pela bomba atômica e pelo holocausto, e a consolidação do terceiro mundo; a quinta fase, que ocorreu entre 1960 e 1990, denominada de incerteza, onde ocorreu a intensificação de uma consciência global, a acentuação das questões acerca dos direitos, o aumento de movimentos que tomam dimensões globais, a rápida aceleração nos meios de comunicação global, o sistema internacional se torna mais fluido, o crescimento dos movimentos ambientalistas, o crescimento da preocupação com o gênero humano e o Encontro Mundial no Rio de Janeiro¹⁶. (Robertson, 2000)

Nesse processo, quatro pontos se desenvolveram desde o século XV: as sociedades nacionais, o sistema internacional, os indivíduos e a humanidade.

Esses são alguns dos elementos que, ao longo de séculos, mudaram a percepção dos indivíduos sobre si próprios, sobre a idéia de humanidade e sobre as relações, os direitos e os deveres no espaço mundo.

¹⁶ Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e o desenvolvimento (CNUMAD) ocorrida em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, da qual participaram 114 chefes de Estado e a sociedade civil organizada.

Ao longo desse processo podemos perceber que o fluxo da globalização não é igualitário, que há um desequilíbrio nas relações entre as diferentes partes do mundo. (Hall, 2001) Podemos considerar que o fenômeno da globalização é ocidental e possui uma ideologia que tende a favorecer os países ditos desenvolvidos. A globalização, nos moldes que têm ocorrido, tem sido uma mundialização de valores e formas de vida ocidentais. Robins citado por Hall (2001, p. 79) afirma que:

“Embora tenha se projetado a si próprio como trans-histórico e transnacional, como a força transcendente e universalizadora da modernização e da modernidade, o capitalismo global é, na verdade, um processo de ocidentalização – a exportação das mercadorias, dos valores, das prioridades, das formas de vida ocidentais. Em um processo de desencontro cultural desigual, as populações “estrangeiras” têm sido compelidas a ser os sujeitos e os subalternos do império ocidental, ao mesmo tempo em que, de forma não menos importante, o Ocidente vê-se face a face com a cultura “alienígena” e “exótica” de seu “Outro”. A globalização, à medida que dissolve as barreiras da distância, torna o encontro entre o centro colonial e a periferia colonizada imediato e intenso”. (Robins, 1999, p. 25)

As trocas culturais são mais intensas do centro para a periferia que, por questões históricas, estão mais abertas às influências culturais dos países considerados desenvolvidos, enquanto estes tendem a considerar o que vem dos países subdesenvolvidos como inferior ou exótico, tanto no que se refere ao comércio quanto às características culturais. A desigualdade no sistema de trocas global mantém a relação colonizador/colonizado de outrora e as representações sociais que estão implicadas nessa relação.

A troca entre culturas possibilita um enriquecimento para os diferentes grupos envolvidos. No entanto, em função de sua história, os países que foram colonizados como é o caso do Brasil e dos demais países da América Latina e África, não

conseguem se impor nem comercialmente, nem culturalmente, perpetuando o lugar de receptor - “colônia” - de valorização da cultura estrangeira desenvolvida e de desvalorização das suas próprias características como se reproduzissem o discurso do colonizador. Podemos ver que a dinâmica que sempre existiu na relação entre subdesenvolvidos e desenvolvidos se perpetua e se agrava com a globalização. O resultado que vemos dessa dinâmica é um profundo desequilíbrio e uma profunda desigualdade social. Como nos aponta Dowbor (1997):

“O estado moderno não pode se limitar a tentar gerir o absurdo. A reforma do Estado tem um ‘norte’ fundamental: humanizar e reequilibrar a sociedade. E as empresas têm de assumir a sua responsabilidade social e ambiental neste processo. Mas isto são os desejos. A realidade é que enquanto o planeta encolhe e tudo se torna mais próximo, e as populações se encavalam nos espaços urbanos, o precipício econômico e social entre estas populações aumenta rapidamente. Esta proximidade e convívio íntimo entre riqueza miséria, luxo e privações, constitui uma mistura explosiva e insustentável a médio prazo. O equilíbrio do terror já não é mais entre potências, se manifesta na porta das nossas casas.” (Dowbor, 1997, p. 11)

Milton Santos (2000) nos fala da globalização como fábula, que seria a compreensão da globalização como uma fantasia onde haveria uma aldeia global, onde a difusão da informação seria instantânea e uniforme e onde haveria o encurtamento das distâncias para todos. Esse é o olhar de positividade sobre a globalização como se não houvesse o outro lado que o autor irá denominar de globalização perversa, onde ocorre um desemprego crescente, aumento da pobreza, a continuação da mortalidade infantil – apesar dos progressos médicos – onde o Estado cada vez mais se torna ausente dos cuidados com a população cuja vida se torna cada vez mais difícil. (Santos, 2000)

“Assim, frente à imensa riqueza dos ‘fatos sociais’, optamos aqui por privilegiar cinco tendências que nos parecem ser as tendências ‘estruturadoras’ do nosso futuro: a tecnologia, a globalização, a polarização econômica, a urbanização e a transformação do trabalho. E cada uma destas tendências traz embutida uma contradição central. As tecnologias avançam rapidamente enquanto as instituições correspondentes avançam lentamente, e esta mistura é explosiva. A economia se globaliza enquanto os sistemas de governo permanecem sendo de âmbito nacional, gerando uma perda geral de governabilidade. A distância entre pobres e ricos aumenta dramaticamente, enquanto o planeta encolhe e a urbanização junta os pólos extremos da sociedade, levando a convívios contraditórios cada vez menos sustentáveis”.(Dowbor, 1997, p. 15)

A conclusão que podemos ter da visão de conjunto, a partir das consequências da forma como o processo de globalização tem sido conduzido, é que se faz necessário que haja instrumentos institucionais que transformem os avanços científicos em avanços e desenvolvimento humano e que a ideologia que conduz o processo tenha como foco o humano e o social e não tão somente o capital. A globalização é um processo irreversível e, portanto, faz-se necessário pensar em como torna-lo mais igualitário e, por consequência, libertador, em oposição à dominador.

4.3 A CULTURA LOCAL EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

O homem tornou-se um ser social e isso implica numa série de aquisições complexas como a linguagem escrita e falada e a organização do espaço de convivência com valores e regras. É através das relações sociais que a cultura se constitui e, ao mesmo tempo, constitui o homem. O olhar que temos sobre o mundo é perpassado pela cultura em que vivemos e esta, por sua vez, é uma teia em constante transformação.

Neste trabalho, utilizo o termo cultura na perspectiva antropológica, que considera a cultura como sendo os significados simbólicos que organizam todo o

sistema social, desde a linguagem até os sistemas de regras e representações sociais. Isso abrange desde a sistematização do conhecimento que possibilitou a evolução da humanidade até a criação de instituições e organizações de uma sociedade, incluindo modos de agir, costumes, valores, entre outros. (Azevedo, 1996)

Nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre o intenso ritmo de mudança da humanidade e as conseqüências disso para o homem, sobretudo em termos de adaptação. O aumento de doenças cardíacas e do estresse nos últimos anos e a degradação ambiental são aspectos que apontam para um descompasso entre as novas exigências da sociedade pós-moderna e a qualidade de vida humana. Geramos tecnologia para melhorar a qualidade de vida (conforto e saúde), mas será que estamos conseguindo esse objetivo? O homem tem tecnologia para ter conforto, mas não tem tempo para usufruir dele, tem tecnologia para curar doenças, mas o seu modo de vida também as produz.

E num nível mais profundo, precisamos refletir sobre as mudanças intensas e rápidas provocadas nos sistemas de valores e crenças que são o alicerce dos grupos humanos. A modernidade trouxe como valor a idéia de que o progresso e a mudança eram capazes de gerar qualidade de vida, no entanto diante do quadro de falência dessa crença, precisamos buscar novos valores que possam nortear a humanidade.

A intensificação dos contatos produziu uma nova realidade social, novas formas de organização, construção de identidades e valores, chamada atualmente de pós-modernidade. (Bauman, 1999) A modernidade com suas características é um fenômeno ocidental. Muitos países orientais e mesmo africanos e sul americanos mantiveram-se em lógicas de funcionamento social (autoritarismo, ausência de cidadania, etc) diferentes da modernidade. Com a globalização, esses locais passam a ter contato com

uma lógica pós-moderna e neo-liberal, sem ter passado pela assimilação da modernidade, o que provoca um choque cultural e a rejeição desse sistema diferente dos sistemas tradicionais (tribos, comunidades, etc.)

Hall (2001, P.92) aponta para existência de:

“Fortes tentativas para se reconstruírem identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o “fechamento”, e a tradição, frente ao hibridismo e à diversidade. Dois exemplos são o ressurgimento do nacionalismo na Europa Oriental e o crescimento do fundamentalismo”.

O processo de globalização, com a intensificação dos contatos e trocas, tem como consequência a diluição das fronteiras, como nos aponta Ortiz (1997): “A globalização das sociedades e a mundialização da cultura rompe com a integridade espacial, tornando cada vez mais difícil discernir os limites de cada povo ou cultura. A desterritorialização promove uma diluição das fronteiras.” (Ortiz, 1997, p. 271)

Esse aspecto do processo traz para as localidades questões culturais de grande relevância: a homogeneização e a fragmentação cultural e o fechamento e a xenofobia¹⁷.

4.3.1 A homogeneização e a xenofobia como conseqüências da globalização

No processo de globalização, a cultura dos centros dissolve as distâncias e torna o encontro com o outro mais intenso, porém ainda unilateral como no período colonial. O consumismo difundido enquanto idéia e valor pelos países do globo é o que torna possível esse contato com outras culturas através do consumo de produtos culturais e

¹⁷ Termo que significa aversão à pessoas e coisas estrangeiras.(Ferreira, 2005, p. 827)

dos meios de comunicação e informação. Os mesmos que servem para intensificar a cultura do local onde é produzido.

“Uma face importante da realidade política global compreende a formação e a atuação das corporações transnacionais da mídia. Elas organizam e agilizam não só os meios de comunicação e informação, mas também a eleição, seleção e interpretação dos fatos, sejam eles sociais, econômicos, políticos ou culturais. Muito do que ocorre no mundo, da África e Indonésia ao Caribe ou do Oriente ao Ocidente, seja importante ou irrelevante, divulga-se pelos quatro cantos do mundo por intermédio dos recursos e das diretrizes das corporações da mídia, compreendendo as modalidades impressas e eletrônicas. É a mídia que forma e conforma, ou influencia decisivamente, as mentes e os corações de muitos, da grande maioria, em todo o mundo, compreendendo tribos, nações e nacionalidades, ou continentes, ilhas e arquipélagos.” (Ianni, 2002, p. 21)

Isso não significa que o sujeito que vive no contexto histórico atual seja passivo, ele possui, possibilidades de análise e de filtro das mensagens transmitidas, porém devemos considerar que a mídia e a indústria cultural possuem atualmente muita força na construção de idéias e ideais de vida.

Encontramos teorias sobre imperialismo cultural e imperialismo dos meios de comunicação pressupondo que as culturas locais são necessariamente destruídas pela proliferação de mercadorias, publicidade e programas de meios de comunicação nascidos no Ocidente. O que não é necessariamente a realidade, uma vez que as culturas periféricas podem adotar estratégias de absorção, assimilação e resistência diante de imagens e bens culturais originados nos centros metropolitanos. (Ianni, 2002) Porém também é possível que o processo de globalização, através do intercâmbio cultural, prejudique a sobrevivência das culturas locais que podem progressivamente adotar outros costumes e valores deslocados de sua história, levando, assim, à atrofia e mesmo ao esfacelamento do grupo em questão. (Kovacs, 1994)

A intensificação dos contatos externos possibilita que outras culturas se tornem conhecidas, muitas vezes, pelo consumo de produtos como filmes, seriados, músicas entre outros, que carregam aspectos da cultura local de origem e que são absorvidos e incorporados pela cultura destinatária. (Villas, 1995) Esse aspecto da globalização torna difícil conservar as culturas locais e pode levar a um enfraquecimento das mesmas.

A esse respeito Bourdin (2001) cita que:

“Insistiu-se sucessivamente nos poderes de unificação da televisão, na igualdade trazida pelo teletrabalho, na recuperação dos atrasos tecnológicos, econômicos e culturais graças à informática, na Internet como instrumento de liberdade e igualdade diante da informação, nas maravilhas da ubiqüidade telefônica. A cada vez, devemos reduzir tais pretensões, com o risco de jogar fora o bebê com a água do banho, pois se as novas tecnologias não produzem o que seria de esperar, elas tampouco se contentam em se inserir nos quadros existenciais sem mudá-los.” (Bourdin, 2001, p. 70).

Quando falamos de homogeneização cultural, isto não significa que os diferentes grupos sociais ao longo do mundo se tornam iguais e sim que há uma assimilação de costumes e produtos dos centros de poder. No entanto, é importante ressaltar que essa assimilação não ocorre no vazio e sim dentro de um espaço cultural dado, o que faz com que tenha um significado diferente do seu local de origem porque sua assimilação será fruto do encontro entre essas duas culturas. As tecnologias de comunicação produzem, por um lado, a manipulação e a resistência e, de outro, a homogeneização e a fragmentação da cultura contemporânea. É como se as novas tecnologias de comunicação estivessem produzindo uma comunidade global que transcende o lugar físico. A esse respeito afirma Dowbor (1997):

“Estas mesmas tecnologias que redefinem os nossos tempos estão redefinindo os nossos espaços. O planeta encolheu de maneira impressionante. A telemática permite que hoje qualquer biblioteca de bairro possa acessar bancos de dados de qualquer parte do mundo, a

custos reduzidíssimos, criando um espaço científico integrado mundial. Os mercados financeiros internacionais transferem diariamente mais de um trilhão de dólares sem nenhum controle dos bancos centrais, que têm uma esfera de atuação fundamentalmente nacional. Um sapato fabricado em longínquo país asiático fecha empresas em Franca, São Paulo, ou qualquer outro município do mundo. Em outros termos, a economia, a mídia e uma série de outras áreas se mundializaram.” (Dowbor, 1997, p. 10)

Nesse ponto, faz-se necessário assinalar as diferenças existentes no interior das sociedades. O acesso às novas tecnologias se restringe a uma pequena parcela da população que são os mais ricos e mais instruídos, enquanto a maior parcela da população fica restrita à influência da televisão em horários de lazer.

As ciências sociais se empenham para compreender tanto a natureza das novas formas de produção e consumo quanto as características dos agentes envolvidos. Não podemos deixar de examinar as implicações teóricas e práticas da aparente contradição entre a mundialização cultural que atravessa as novas tecnologias de comunicação e informação, por um lado, e a afirmação local, regional ou nacional de identidades culturais específicas, por outro. Não podemos ignorar as tendências à fragmentação de identidades definidas territorialmente, por suas raízes em determinado espaço – comunidade, cidade, estado – e a fragmentação do corpo social e das normas de sociabilidade, como vimos anteriormente. (Santos, 2002)

A desintegração da cultura local como uma das conseqüências da globalização é uma possibilidade dessa intensificação dos contatos culturais que podem estar afetando aspectos nodais do grupo como suas representações, valores e crenças.

Com a mundialização, as localidades, muitas vezes, se vêem num movimento de reforçar as tradições e a cultura e, com isso, corre-se o risco do aparecimento de

fundamentalismos radicais como o nacionalismo extremado, ou o pertencimento a grupos religiosos ou étnicos que levam a um fechamento diante do outro. (D'Ávila, 1998 e Sawaia, 2002) A valorização da cultura local na pós-modernidade pode possibilitar a formação de radicalismos na relação com grupos e culturas diferentes. A globalização neoliberal foi vivida por muitos povos como ameaça à sua autonomia e tradições, o que gerou conflitos étnicos e intolerância entre povos em diferentes partes do mundo. (Ianni, 2002) Como pode também possibilitar a manutenção e a preservação da cultura local, o que seria um aspecto positivo.

Se o globo é um espaço onde existem diversidades culturais, o aumento da intensidade de contato entre as diferentes culturas pode produzir choques e construir barreiras entre o próprio e o outro. Assim, podemos observar na fase atual da globalização que essa intensificação do contato tem produzido conflitos como forma de reação que procuram redescobrir a particularidade, o localismo e a diferença que geram a noção de limite, pertencimento e integração, que são elementos caros aos grupos sociais unificados em torno de uma cultura (nação, estado, comunidade). A esse respeito, Koltar (1997) constata:

“Que quanto mais a lógica do capital se torna universal e o mundo vai ficando mais parecido, mais essa uniformização vem acompanhada pelo renascer dos fanatismos e totalitarismos, não só no Oriente quanto no Ocidente liberal e supranacional. A verdade é que por mais que se queira ver essa globalização sob os traços do desenvolvimento do saber, do progresso, da conquista dos direitos humanos, não é o que me é dado observar e sim guerras entre nações, etnias (quem não acompanhou as recentes imagens dos refugiados ruandeses), religiões, comunidades de um mesmo país (a Bósnia e a purificação étnica ainda estão presentes em nossa memória), como se a guerra civil generalizada fosse, hoje em dia, a terceira guerra mundial que teria herdado da segunda esse resto irreduzível, insolúvel, que insiste,

repete, não se apaga: a segregação fundada no ódio do outro”. (Koltar, 1997, p. 71)

No outro extremo, temos a valorização do global, do intercâmbio, do contato com o outro visto de forma positiva. Esse aspecto pode ter tanto conseqüências positivas como a troca de informação e/ou produto que enriquece o grupo, quanto pode ter aspectos negativos (além dos conflitos já citados) que leve as culturas, possivelmente as que menos se valorizam, à uma fragmentação cultural.

Nesta dinâmica entre o global e o local, podemos considerar que os extremos são prejudiciais, tanto a abertura total pode levar à descaracterização cultural e a trocas desiguais, quanto o fechamento ao outro pode levar a posicionamentos prejudiciais ao sistema local que se fecha para preservar sua cultura.

4.4 A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO CULTURAL

Todo grupo humano, em algum momento de sua história, pode entrar em contato com outros grupos e culturas. As conseqüências do contato são sempre imprevisíveis, pois tanto pode haver a aceitação e o respeito pela diferença quanto pode haver uma rejeição do outro, chegando a uma reação xenofóbica. Em contrapartida, uma reação exacerbada de aceitação pode levar a supervalorização e assimilação da cultura do outro em detrimento da própria. Esse fenômeno é o que vemos acontecer com o Brasil em relação à Europa e aos Estados Unidos da América, sendo, é claro, fruto de uma construção histórica criada a partir de um processo de colonização. (Holanda, 1971)

Diferentes questões estão em jogo no contato entre culturas diferentes, sendo que posso destacar duas claramente: uma é a forma como o próprio grupo se representa

e se valoriza diante do diferente e a outra é a forma como o grupo representa e valoriza o outro. Esse contato pode ser enriquecedor, desde que ocorra numa base razoável de igualdade entre parceiros. Em situações onde há grande desnível entre os grupos, faz-se necessário fortalecer a autoconfiança para que possa haver o desenvolvimento da identidade cultural e não o aniquilamento da mesma. (Verhelst, 1992)

Nos diferentes continentes, podemos observar uma resistência à homogeneização através da valorização de aspectos da cultura local. Negri (2005) aponta que:

“A resistência ao domínio capitalista central tentou muitas vezes referir-se a elementos de diversidade e de irredutibilidade que poderiam ser chamados de ‘antimodernos’. Assim foi a referência religiosa na cultura indiana, a referência étnica nas culturas latino-americanas, a referência camponesa na cultura chinesa.” (Negri, 2005, p. 37)

Um aspecto que considero importante neste trabalho e que se relaciona com a cultura diz respeito ao valor¹⁸ que é atribuído ao próprio grupo e a importância de uma valorização cultural¹⁹ para a manutenção das características que a definam enquanto tal, ou seja, sua representação, seus valores, suas crenças e tradições. Quando essas

¹⁸ A vida humana, em todos os seus aspectos está vinculada a valores, desde as estruturas micro, no nível individual dos sentimentos, pensamentos e comportamentos até as macroestruturas como organizações sociais e instituições. Uma cultura só pode ser compreendida através da compreensão dos valores que orientam os pensamentos e ações. “Somos interpelados, sempre e em toda parte, pela necessidade do valor nesse sentido ativo, transacional (...) deveríamos reconhecer que o valor e a valoração são necessários como uma espécie de lei da natureza e da condição humana, mediante a qual não podemos nos recusar a entrar no jogo do valor, mesmo em ocasiões em que gostaríamos de nos furtar a ele ou suspendê-lo. A necessidade do valor é, nesse sentido, mais semelhante à necessidade de respirar do que, digamos, a de ganhar a vida. Há sempre maneiras de viver enquanto ser humano sem esta última, mas não sem a primeira.

A valoração e o jogo do valor envolvem aqui toda ação factual ou concebível de estimação, comparação, valorização ou preferência relativa. Visto assim, o jogo do valor mantém íntimos vínculos com motivações e propósitos de todo gênero.” (Connor, 1994, pg.17)

¹⁹ O termo valorização cultural está sendo usado com o sentido do grupo atribuir um valor positivo às suas próprias características.

características mudam num ritmo muito intenso ou simplesmente perdem seu valor, o grupo pode cair numa situação de apatia que leva ao não investimento na melhoria da qualidade de vida. O contato com outras culturas, seja pessoal ou através dos meios de comunicação, podem afetar propriedades essenciais do grupo e gerar uma descaracterização do mesmo.

Uma estratégia possível, para estabelecer relações mais justas, é a construção ou manutenção da valorização da cultura local. A preservação da cultura local não precisa necessariamente ocorrer através do fechamento do grupo no contato com o outro, ela pode ocorrer pela valorização da cultura local pelo próprio grupo tornando as trocas mais justas e preservando a cultura. (Verhelst, 1992)

Poderíamos afirmar que a valorização cultural é essencial para que um grupo possa entrar em contato com outros, pois possibilita que não haja uma descaracterização do grupo e, ao mesmo tempo, haja a relação com o outro que funciona de forma positiva possibilitando a melhoria do próprio grupo. Em outras palavras, o grupo não se fecha no etnocentrismo e na xenofobia, que são prejudiciais, e também não se desvaloriza e desintegra a partir do discurso do outro.

No que tange à questão de preservação da identidade cultural, alguns grupos têm se utilizado da tradição e da cultura local (peculiar/exótica) para conseguir a sobrevivência. O interessante nessa construção é que a tradição que era constituinte do grupo passa a ser também utilitária, ou seja, ela constitui o indivíduo e a identidade do grupo e, ao mesmo tempo, pode ser utilizada para obter lucro e contribuir para a forma de sobrevivência do grupo local. Esse é um fenômeno observado, sobretudo, na área de turismo, onde os rituais e cerimoniais de grupos tradicionais passaram a ser também uma atração turística. Segundo Robertson (2000)

“O turismo internacional é um dos mais destacados espaços da produção contemporânea do local e da diferença, incluindo o sagrado, como também a contínua produção do universal”.
(Robertson, 2000, p. 235)

A valorização da cultura é a base da confiança de um grupo e essa confiança é fundamental para a busca de caminhos de desenvolvimento. Quando não há essa valorização da cultura, o grupo não investe em sua melhoria, não busca caminhos, sejam eles governamentais ou não governamentais, para alcançar as melhorias que gostariam de obter.

A partir do exposto, podemos concluir que o processo de globalização possibilita contatos e intercâmbios e que dentro dessa realidade a valorização da cultura local pode ser uma alternativa no contato com outra cultura que não o fechamento, possibilitando um contato mais igualitário e justo com o outro.

CAPÍTULO 5: PROPOSTA METODOLÓGICA

5.1 REPRESENTAÇÃO SOCIAL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

“As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnadas”. (Moscovici, 1978, p. 41)

Os estudos acerca da Teoria das Representações Sociais têm ocupado um espaço cada vez mais representativo na compreensão dos fenômenos sociais. Neste estudo, para dar conta da perspectiva psicossocial, a Teoria das Representações Sociais norteou a compreensão dos saberes elaborados e compartilhados na vida cotidiana acerca da representação que a comunidade do Canal do Anil possuía sobre o desenvolvimento local.

Neste capítulo, procuramos circunscrever o campo de estudo das representações sociais, ressaltando sua importância enquanto teoria do conhecimento, bem como seu processo de construção e estrutura de organização.

5.1.1 Representação Social: a construção de uma teoria

A Psicologia Social na América do Norte possui uma orientação marcadamente positivista. Para essa vertente da Psicologia Social, é sempre o sujeito individual que atua, e a soma de suas atuações gera o social. Assim, o social é explicado pelo

individual, e conhecendo-se o comportamento de cada indivíduo se conhece o grupo social ao qual ele pertence. Já na vertente da Psicologia Social européia, o coletivo não pode ser explicado em termos do individual e, portanto, pressupõe-se que as relações entre os indivíduos e as leis que as regem são diferentes das que atuam sobre o indivíduo. A perspectiva européia ganha força com a noção de representação social, que pensa o individual a partir de seu meio social. (Sá, 1993 b)

Historicamente, a noção de representação social começou a ser estudada no âmbito da Psicologia Social, em 1961, pelo francês Serge Moscovici, com a obra intitulada *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Ele procurou, inicialmente, compreender como a psicanálise passava do domínio acadêmico para o senso comum. A partir desse trabalho, foi sendo construído um arcabouço teórico que procurava compreender como os indivíduos compreendem o universo em que vivem e como essa compreensão se manifesta através da fala, dos gestos, dos costumes, das emoções e dos pensamentos de cada indivíduo e de todo grupo social ao qual ele pertence.

O conceito de representação social foi construído por Moscovici a partir do conceito de representações coletivas de Durkheim, o pai da Sociologia. Este fazia distinção entre representação individual, que seria do domínio da Psicologia, e representação coletiva, que seria do domínio da Sociologia. (Farr, 1994) Durkheim utilizava o conceito de representação coletiva se referindo às categorias de pensamento que determinada sociedade elabora e através das quais expressa sua realidade. Essas categorias não seriam dadas a priori e nem seriam universais na consciência, mas estariam ligadas aos fatos sociais, que seriam a expressão das representações da sociedade. Através da observação e interpretação dos fatos sociais, poderíamos ter acesso a essas representações, pois elas se constituiriam em fenômenos reais dotados de

propriedades específicas e que funcionariam de maneira específica (Minayo, 1994). Dessa forma, as representações seriam independentes dos indivíduos, como vemos a seguir:

“As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...) Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição”. (Durkheim, 1978, p. 79)

Para Durkheim (op.cit.), então, as representações são construções sociais da realidade, não do mundo exterior, mas do mundo social. Elas são, portanto, realidades externas ao sujeito, embora construídas e mantidas nas suas inter-relações e adotadas pela coletividade. Essas realidades podem ser específicas da cultura em que estão inseridas, em relação aos seus símbolos específicos, mas se comportariam segundo leis universais, quer dizer, todos os homens sofreriam a ação dessa realidade externa comum e agiriam segundo determinados princípios. E o interesse da sociologia seria saber como essa realidade foi gerada, como se inscreve na coletividade, como se desenvolve as especificidades de cada cultura.

As representações coletivas são realidades exteriores ao indivíduo e são constrangedoras das suas ações, pensamentos e sentimentos, mas estão presentes na dimensão psicológica individual, pois os indivíduos pensam, agem e sentem segundo essa realidade estabelecida e herdada pela coletividade. Existiria algo, no entanto, que poderia ser chamado de representação individual, já que o adjetivo social é colocado em

oposição. Essas representações, de características internas ao sujeito, seriam de pouca valia para a análise dos fenômenos sociais.

Assim, Durkheim (op.cit.) procurou compreender o que mantinha a coesão social dando ênfase às instituições e às estruturas e forças que podiam preservar e conservar a sociedade, impedindo sua fragmentação. Para ele, as representações que constituem a trama da vida social têm sua origem nas relações entre os indivíduos, os grupos e a sociedade mais ampla. Desse modo, todos os fenômenos sociais se impõem de fora aos indivíduos através das crenças, dos valores, das regras, em suma, pela manifestação do cotidiano do grupo.

Durkheim separa a representação coletiva da individual, sendo a primeira que dá origem à segunda e tem a função de preservar o vínculo entre os indivíduos, bem como de prepará-los para uma uniformidade no modo de pensar e agir, daí ser coletiva. (Moscovici, 2001). Ele formulou a idéia de que as representações coletivas são a matriz das crenças, do conhecimento e da linguagem e, assim, concebeu uma mudança no campo da sociologia e da antropologia ao considerar que os sujeitos extraem suas categorias do pensamento da sociedade. (Moscovici, 2005) Uma representação coletiva, para Durkheim, possui conexão com outras crenças e idéias e para compreender o conteúdo semântico dela faz-se necessário compreender o conteúdo semântico das idéias e crenças com as quais ela se interconecta.

Moscovici (2001) parte do conceito de representações coletivas de Durkheim e o atualiza, passando a denominá-lo representações sociais, pelo qual explora as variações e a diversidade das idéias coletivas nas sociedades modernas. Ele dá ênfase ao caráter dinâmico das representações sociais ao propor que elas nascem dos processos de

interação e comunicação e, portanto, são influenciadas pelo contexto social e o momento histórico.

Se de um lado o conceito permitia a Moscovici (1978) ir na direção da superação do individualismo da Psicologia Social americana, do outro ele não dava conta dos seus propósitos de renovação da disciplina, já que intencionava ocupar o espaço localizado entre a Psicologia e as ciências sociais e, assim, poder explicar fenômenos de natureza mista. A perspectiva com que propunha o conceito de representações sociais, enquanto campo psicossociológico, buscava apreender representações da sociedade moderna, ainda em processo de construção.

As representações sociais podem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais observados nas relações interpessoais existentes na comunidade. Elas estão presentes em todas as interações humanas e podem influenciar o comportamento do indivíduo que participa de uma coletividade, bem como a percepção que este possui acerca de sua realidade. Como nos diz Moscovici:

“Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamento anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver.” (Moscovici, 2005, p. 35)

A leitura que podemos fazer da realidade está, portanto, delimitada pela compreensão de mundo própria da sociedade naquele determinado momento histórico.

Para que haja uma vida em grupo, é necessário que as pessoas tenham idéias e valores em comum que possam uni-las e que possam ser transmitidos de uma

geração a outra – isso se chama senso comum²⁰. Segundo Moscovici (2005), o que o grupo social pensa sobre seu modo de vida e os sentidos e imagens que conferem aos objetos, fatos e pessoas constituem a realidade que é partilhada dentro dele. Desse modo, as representações que a comunidade possui acerca de seus objetos, pessoas e situações constituem a realidade desse grupo e influenciam as ações que são possíveis.

A forma de pensamento científico impôs regras e operações sobre a mente e condenou outras formas de pensamento ao desaparecimento. (Moscovici, 2005) Em uma dimensão social, o senso comum e a ciência são modos diferentes de compreender o mundo e de se relacionar com ele, e uma forma de conhecimento não é redutível à outra. O conhecimento do senso comum – a representação social – não pode ser substituído pela lógica ou pelas teorias científicas.

Entretanto, as representações sociais não são estáticas, elas possuem uma mobilidade e podem modificar-se e tornar-se científicas da mesma forma que o conhecimento científico pode tornar-se uma representação social.²¹ Além desse aspecto, as representações sociais se combinam entre si e se separam, bem como introduzem novos termos e práticas cotidianas que dela derivam.

Vemos, assim, que as representações sociais são uma forma de conhecimento da realidade e que influenciam as ações sobre esta, bem como possuem uma funcionalidade bem demarcada na vida cotidiana dos grupos sociais. (Shimizu, e Menin, 2004)

²⁰ O conhecimento do senso comum descreve as relações entre os indivíduos, suas atividades e seu comportamento no dia-a-dia.

²¹ Para Moscovici, a ciência é uma das fontes das novas representações sociais; quando estudou as representações da psicanálise, ele colheu conhecimentos, opiniões e atitudes das pessoas com respeito à psicanálise e aos psicanalistas.

A partir do trabalho de Moscovici, uma nova área de estudo surgiu na Psicologia Social e diferentes maneiras de compreender as representações sociais têm sido desenvolvidas. Os pesquisadores que se dedicam a essa área procuram compreender as origens, a estrutura, as propriedades e o impacto das representações sociais, como veremos a seguir.

5.1.2. Definindo as Representações Sociais

A delimitação do conceito de representação social encontrou como um de seus obstáculos o fato deste se encontrar numa posição mista entre os conceitos sociológicos e psicológicos. Assim, os trabalhos nesse campo ocorrem tanto no que concerne ao processo pelo qual as representações são construídas, quanto no que concerne ao conteúdo delas.

A realização de estudos sobre representação social é importante para uma melhor compreensão da sociedade. Elas são consideradas elementos simbólicos que são expressos através da linguagem oral, escrita e gestual, e que explicitam o que os sujeitos percebem e que idéias formulam acerca de determinado fato ou objeto. Esses símbolos mediados pela linguagem são construídos socialmente e estão, necessariamente, ancorados no âmbito da situação concreta dos indivíduos que as emitem. (Franco, 2004)

Moscovici afirma que:

“Representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo. É, portanto, muito importante que isso se dê de forma comunicativa e difusiva, pois não há outros meios, com exceção do discurso e dos sentidos que ele

contém, pelos quais as pessoas e os grupos sejam capazes de se orientar e se adaptar a tais coisas. Conseqüentemente, o status dos fenômenos da representação social é o de um status simbólico: estabelecendo vínculo, construindo uma imagem, evocando, dizendo e fazendo com que se fale, compartilhando um significado através de algumas proposições transmissíveis e, no melhor dos casos, sintetizando em um clichê que se torna um emblema.” (Moscovici, 2005, p. 216)

As definições de representação social incluem ser esta uma modalidade de conhecimento que possui uma finalidade, uma forma de construção e de funcionamento específico, bem como conteúdos múltiplos e determinados pelo grupo social.

Moscovici (op.cit.) conceitua as representações sociais como “modos de pensamento aplicados a ‘objetos’ e que são reconstruídos, cognitiva e discursivamente, pelos grupos sociais nas suas relações e na atribuição de sentido.” Podemos conceber, a partir dessa definição, que as representações sociais são uma forma de perceber a realidade e dar sentido a ela. Constituem-se num conjunto organizado de informações que o grupo elabora acerca de um objeto.

Duveen (2005) também enfatiza o aspecto de conhecimento das representações sociais, bem como a sua produção na interação social. Para ele, as representações sociais são uma forma de conhecimento produzido através da comunicação entre os sujeitos.

Uma definição que sintetiza bem o significado de representação social enquanto forma de conhecimento dos grupos sociais encontra-se em Jodelet (1984, p. 36), para quem trata-se de “uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Esse conceito é resultado da proposição teórica básica da representação social: ela é sempre de alguém (sujeito), referente a alguma coisa (objeto). Esquemáticamente, Jodelet (1989) mostra os elementos constitutivos dessa

definição da seguinte maneira: a representação social é uma forma de saber que funciona como modelização do objeto; assim, percebe-se nela um processo de construção e expressão de um sujeito que interpreta e simboliza um objeto (material, conceitual, social) com base na sua prática social e em seu contexto social mais amplo.

Através da interação entre os indivíduos, comportamentos e comunicações, a modalidade de conhecimento que constitui as representações sociais é constituída e tem como finalidade facilitar as interações sociais no universo ao qual pertencem. Assim as representações sociais possuem aspectos que se referem ao indivíduo e aspectos que se referem ao social. Ao analisarmos fenômenos psicossociais como as representações, devemos considerar ambos os aspectos.

Neste trabalho, entende-se por representação social uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado que tem uma finalidade prática e contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. (Jodelet, 1989). Investigo aqui como o sujeito representa o desenvolvimento local (objeto) face às condições em que se encontra.

5.1.3 O processo de construção das Representações Sociais

Os grupos humanos tendem a ter medo do que lhes é estranho, ou não-familiar e, por isso, constroem representações, ou seja, transferem o que é externo e ameaçador para o interno e exercem sobre ele uma forma de controle; tornam-no familiar, compreensível e, portanto, uma não-ameaça à ordem estabelecida. As representações sociais são criadas pelos grupos humanos com a finalidade de tornar familiar algo não-familiar. (Moscovici, 2005)

Esse princípio de familiarização está presente no senso comum que se diferencia das formas de conhecimento intelectual ou sensorial por implicar uma relação específica entre o sujeito e o objeto de conhecimento: o sujeito se auto-apresenta na representação que faz do objeto, ou seja, o sujeito imprime sua identidade naquilo que representa. A representação assume, assim, uma função de proteção e legitimação da identidade social (Jodelet, 2001).

Nesse sentido, o processo de construção das representações possui algumas condições: a primeira configura-se na dispersão da informação. Para que se possa representar algo, é necessário que a informação sobre o objeto, idéia ou pessoa esteja disponível para o grupo social. Também se faz necessário que a compreensão da informação seja possível. Além disso, a disponibilidade e possibilidade de compreensão e mesmo o tipo de informação não se apresentam da mesma forma para os diversos conjuntos sociais, o que faz com que nem todos os objetos sociais sejam representados por todos os segmentos da sociedade, e, também, que sejam diferentemente representados.

A focalização é a segunda condição necessária para produção das representações. Vários podem ser os elementos envolvidos: o nível de escolarização, o campo profissional e as ideologias adotadas por um conjunto social, que, derivados da localização social dos seus membros, regularão que objetos, idéias e seres devem ser representados conforme os interesses do grupo.

A última condição é a pressão à inferência. Para determinados conjuntos sociais, alguns objetos provocam a necessidade de tomadas de posição. Um objeto, idéia ou ser será alvo de representações se expressar uma estranheza que perturbe a harmonia do grupo, se insinuando de tal forma que seja necessário o restabelecimento da estabilidade

cognitiva do indivíduo e do grupo. Esse processo deve ser realizado rapidamente, ou seja, os indivíduos e grupos devem possuir recursos que possibilitem produzir uma opinião rápida e de acordo com as estratégias do grupo. (Vala, 2000)

Outro aspecto igualmente importante na construção das representações sociais é a linguagem. As pessoas de um grupo constroem os modelos simbólicos, as imagens e os valores que passam a ser compartilhados e formam um repertório comum de interpretações, de regras e condutas que são aplicadas à vida cotidiana. Essa construção se dá através da linguagem, que é o principal veículo de construção das representações sociais. Como nos aponta Moscovici (2005), “o lugar do lingüístico na análise das representações sociais não pode, por conseguinte, ser evitado: as palavras não são a tradução direta das idéias, do mesmo modo que os discursos não são nunca as reflexões imediatas das posições sociais.” (Moscovici, op.cit., p. 219)

A linguagem se constitui de significados que são atribuídos aos mais diferentes signos/objetos sociais formando símbolos. A linguagem humana é, portanto, simbólica e os símbolos são representações mentais da realidade social. Sendo assim, a comunicação entre os sujeitos sociais implica numa linguagem simbólica que é constituinte do sujeito humano.²² As representações sociais fazem parte desse processo que se constrói através das relações sociais e da linguagem, como nos aponta Minayo (1994):

“as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém, é a linguagem, tomada como forma de conhecimento e de interação

²² Jovchelovitch (1994) aponta que o mundo da intersubjetividade humana é construído por mediadores entre o sujeito e o mundo. Como mediadores, temos a linguagem, o trabalho, os mitos, os ritos e os símbolos. São essas mediações sociais que geram as representações sociais. E, uma vez geradas, elas próprias tornam-se mediações sociais.

social. Mesmo sabendo que ela traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos da experiência existencial”. (Minayo, op.cit., p. 109)

A relação do indivíduo com o mundo e com os outros indivíduos é organizada com base em interesses e prioridades que são acordados na linguagem cotidiana. Esses interesses e prioridades estão em constante mudança, já que a linguagem está em constante transformação na práxis do indivíduo, mesmo que lentamente. Assim, existem possibilidades ilimitadas de se “dizer” o mundo. Cada grupo tem sua própria linguagem e, nas sociedades complexas, apesar das diferenças constitutivas das diversas linguagens, as trocas entre os grupos e os indivíduos asseguram a inteligibilidade entre as linguagens.

Enfim, o fenômeno social estaria expresso nas consciências individuais e seria revelado por elas. Pode-se arriscar, então, dizer que fenômenos sociais e psicológicos integram-se de tal modo que seria impossível separá-los, pelo menos no que diz respeito às metodologias empregadas para investigação de tais fenômenos. A linguagem seria o integrador por excelência e através da análise da linguagem poder-se-iam compreender tanto os fenômenos individuais como os sociais. Mas essa compreensão é sempre provisória e incompleta, uma vez que a linguagem cotidiana está em constante transformação.

Assim, podemos assinalar que as representações sociais são construídas pela linguagem e se manifestam através dos diferentes aspectos simbólicos como a comunicação, o comportamento, os rituais, a arte, enfim, a cultura de forma mais ampla.

A partir do exposto, podemos perceber que as representações sociais possuem um aspecto cognitivo que consiste na forma como é organizado e produzido mentalmente e um aspecto social e que as inter-relações e o contexto social e histórico

são fundamentais para sua compreensão. (Farr, 1994) As representações sociais, portanto, são fenômenos psicossociais que envolvem tanto o indivíduo quanto o social, ou seja, elas se articulam tanto com a vida coletiva do grupo social quanto com os processos de constituição simbólica que ocorrem nos sujeitos e dão sentido ao mundo. Elas são, ao mesmo tempo, um trabalho individual de construção simbólica e um processo de produção construído coletivamente. Elas se constroem pela capacidade representacional do sujeito individual, no entanto os processos que as compõem se estruturam também a partir dos discursos, do diálogo, da arte, dos padrões de produção, enfim, da cultura na qual o sujeito está inserido, como vimos anteriormente. (Minayo, 1994) É dessa forma que o coletivo penetra no pensamento individual, através da criação das representações internamente pelo sujeito. (Moscovici, 2005)

Ao formar uma representação de um objeto, este é reconstruído no sistema cognitivo do sujeito de acordo com o repertório que ele possui, isto é, de acordo com sua história pessoal e com o contexto cultural no qual está inserido. Assim, podemos dizer que as representações sociais se constroem sobre a capacidade representacional do sujeito e através do contato deste com o meio social e cultural.

5.1.4. Ancoragem e Objetivação

Moscovici (1978) assinala que as representações sociais são geradas com a finalidade de tornar familiar e conhecido aquilo que é não familiar; posteriormente à formulação desse princípio, ele indicou os seus dois processos formadores: *objetivação* e *ancoragem*. Ambos são condições necessárias na formação das representações sociais.

O primeiro processo consiste em dar materialidade a um objeto, naturalizá-lo; o segundo, em fornecer-lhe um contexto inteligível, onde a novidade é ancorada a partir de noções preexistentes.

“Uma realidade, como a entende a teoria das representações sociais, é criada apenas quando o novo ou o não familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais. Aí operam os processos pelos quais ele passa a ser familiar, perde a novidade, torna-se socialmente conhecido e real”. (Sá, 1993^a, p. 37)

Segundo Jovchelovitch,

“A objetivação e a ancoragem são as formas específicas em que as representações sociais estabelecem mediações, trazendo para um nível quase material a produção simbólica de uma comunidade e dando conta da concreticidade das representações sociais na vida social”. (Jovchelovitch, 1994, p. 81)

A ancoragem é um mecanismo que procura tornar algo estranho em algo mais próximo de uma categoria que já é conhecida, criando para ela uma imagem. Moscovici (2005) define ancoragem como o processo que transforma algo estranho em um sistema de categorias a partir da comparação com um paradigma de uma categoria que nos pareça apropriada.

Ancorar é, então, trazer o que ainda não é conhecido, portanto não classificado e rotulado – sejam pessoas, idéias ou objetos –, para categorias e imagens conhecidas que o comportem e ajudem a decodificá-lo. Desse modo, segundo Vala,

“as representações sociais oferecem uma rede de significados que permitem a ancoragem da ação e a atribuição de sentido a acontecimentos, comportamentos, pessoas, grupos, fatos sociais. Uma representação social é um código de interpretação no qual ancora o não-familiar, o desconhecido, o imprevisto” (Vala, 2000, p. 474).

Assim, quando nos defrontamos com algum fenômeno novo em nossa vida cotidiana, lançamos mão deste processo, tanto para compreensão e aceitação do fenômeno como para nos livrar de possíveis ameaças ou dificuldades. O que possibilita isso é justamente o fato de que, quando fazemos uma ancoragem, o novo fenômeno passa a assumir características da categoria, já existente no senso comum, que foi utilizada na comparação, havendo um reajuste em ambas para o novo enquadramento de categoria.

A ancoragem das representações sociais ocorre através da classificação e da nomeação dada aos objetos. Os grupos humanos procuram compreender o novo através da associação com algo que já existe e, portanto, é conhecido. Como coloca Moscovici,

“Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas”. (Moscovici, 2005, p. 63)

Assim ao colocar o não-familiar em uma categoria e nomeá-lo estamos tornando-o familiar, estamos criando uma imagem e representando-o. Esse mecanismo acessa a memória, escolhe um dos paradigmas lá existentes e recorre a ele para categorizar.

Outro conceito fundamental de Moscovici é o de *objetivação*, que configurará a forma como se organizam os elementos constitutivos da representação, como estes ganham materialidade e são naturalizados.

Segundo Moscovici (op.cit), objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia, é transformar um conceito em uma imagem. Com a objetivação, procuramos equivalentes concretos para a palavra ou conceito. A meta do mecanismo de objetivação

é “transformar algo abstrato em algo quase concreto”. (Moscovici, op.cit, p. 61) Para Jovchelovitch,

“Objetivar é também condensar significados diferentes – significados que freqüentemente ameaçam significados indizíveis, inescrutáveis – em uma realidade familiar. Ao assim o fazer sujeitos sociais ancoram o desconhecido em uma realidade conhecida e institucionalizada e, paradoxalmente, deslocam aquela geografia de significados já estabelecida, que as sociedades, na maior parte das vezes, lutam para manter”. (Jovchelovitch, 1994, p. 82)

Os processos de objetivação e ancoragem são formas de lidar com a memória. A objetivação retira da memória conceitos e imagens e os reproduz no mundo exterior, enquanto a ancoragem mantém a memória em movimento, constantemente colocando e tirando objetos, pessoas e situações, que são classificadas e nomeadas. (Moscovici, op.cit.) Por impedir mudanças conceituais bruscas, permitindo que haja certa consistência na compreensão do mundo, a memória adquire fundamental importância para as representações sociais. A partir disso concluímos que as representações sociais tendem para o conservadorismo, o que podemos constatar pela observação de que, na ocorrência de um fato estranho, elas procuram aproximá-lo do que é familiar e já existe na experiência memorizada.

Os mecanismos da ancoragem e da objetivação tornam familiar o não-familiar e transferem para o nível particular, e, portanto, compreensível, o que era incompreensível, reproduzindo-o então entre as coisas concretas. Assim podemos dizer que as representações sociais possuem funções cognitivas, porque ancoram significados e estabilizam ou desestabilizam situações evocadas; e sociais, porque mantêm ou criam identidades e equilíbrios coletivos.

No que tange a essa tese, podemos considerar o desenvolvimento na sociedade ocidental como um tema do qual se derivam temas conceituais como desenvolvimento e

globalização, desenvolvimento e localidade, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano, entre outros. Para cada um desses temas conceituais existem representações sociais com discursos e imagens que irão conformar nosso comportamento.

Por fim, consideramos as representações sociais como elementos importantes para a análise do social, sobretudo porque retratam a realidade percebida por determinado segmento da sociedade acerca de algum tema e suas conseqüentes ações e relações com outros temas e aspectos do grupo social pesquisado.

5.2 PESQUISA QUALITATIVA

O estudo na área de comunidade caracteriza-se pela compreensão das relações, símbolos, regras e representações sociais que constituem a cultura do grupo. Esses elementos são dinâmicos e estão contextualizados num dado momento histórico.

Neste estudo, trabalhou-se com a pesquisa qualitativa, na modalidade estudo de caso, através da qual procurou-se compreender as representações sociais dos sujeitos acerca do desenvolvimento local em seu contexto sócio-cultural.

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que aprofunda o conhecimento acerca de uma localidade ou situação específica, onde se procura compreender a dinâmica de uma determinada organização social. O estudo detalhado possibilita compreender as relações e o funcionamento do grupo em questão e seus resultados podem contribuir para desenvolver a compreensão das estruturas e processos sociais de forma mais ampla. (Becker, 1994; Rubio, 2004)

Segundo Triviños (1990)

“No estudo de caso os resultados são válidos só para o caso que se estuda. (...) Mas aqui está o grande valor do estudo de caso: fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas”. (Triviños, 1990, p. 111)

As metodologias qualitativas se desenvolveram a partir da necessidade das ciências sociais compreenderem a complexidade dos fenômenos sociais e suas múltiplas inter-relações. Segundo Coulon (1995), os pesquisadores da Escola de Chicago contribuíram para o desenvolvimento dos métodos e técnicas qualitativas no campo da Sociologia e no campo da Antropologia onde o pesquisador Malinovsky foi seu principal precursor.

A metodologia qualitativa procura compreender a unicidade dos fenômenos sociais, que não são passíveis de generalização; procura analisar as relações humanas que possuem complexidades e não são passíveis de quantificação. Assim, a utilização de técnicas que possibilitem compreender o universo humano compartilhado faz-se necessário. (Haguette, 1995) A metodologia qualitativa possibilita compreender de forma mais aprofundada as relações e as estruturas que organizam o grupo social estudado. Essa metodologia utiliza um número menor de sujeitos e uma análise mais profunda e detalhada dos dados coletados em relação às metodologias quantitativas. Os resultados são específicos para a localidade, embora alguns elementos e relações possam vir a ser generalizados.

O campo de estudo das representações sociais possibilita uma diversidade de objetos e de métodos de coleta de dados e análise de resultados. (Spink, 1993)

“A pesquisa sobre as representações sociais, estando comprometida com situações sociais naturais e complexas – requisito imprescindível para que sejam acessadas as condições de sua produção – é necessariamente uma pesquisa qualitativa”. (Spink, 1993, p.103)

Nos estudos que ocorrem em situações sociais não controladas, o primeiro passo para a coleta de dados é estabelecer contato com a realidade psicossocial que se pretende estudar, a fim de compreender a forma de expressão dos sujeitos e assim facilitar a interação.

Como vimos na fundamentação teórico-metodológica as representações sociais são produzidas nas conversações e nos diálogos entre os sujeitos, o que se constitui em um caminho para o pesquisador acessar as representações sociais do grupo. Em função disso Spink (1993) assinala que:

“Daí o uso de material espontâneo, seja ele induzido por questões, expresso livremente em entrevistas ou já cristalizado em produções sociais, tais como livros, documentos, memórias, material iconográfico ou matérias de jornais e revistas. Partindo desse refrão metodológico, três formas de obtenção de dados são comumente empregados: técnicas verbais, técnicas não verbais e observação”. (Spink, 1993, p.100)

As técnicas verbais são, segundo Spink (1993) as mais utilizadas para obtenção de dados e, dentro desse universo, a técnica que mais tem sido utilizada são as entrevistas abertas conduzidas a partir de um roteiro contendo temas centralizadores.

Neste estudo utilizamos a técnica de observação participante e a de entrevista, a fim de compreender a dinâmica comunitária e as representações que a comunidade do Canal do Anil possui, acerca do seu processo de desenvolvimento local, acerca de si própria e acerca acerca da comunidade do Jardim Anil²³.

A escolha da comunidade do Canal do Anil ocorreu, pois a presente pesquisadora possui contato com a comunidade desde 1995. Em 1999 realizei o trabalho de dissertação de mestrado na mesma e, à época, existia um discurso de valorização da comunidade. No ano de 2004, optei por estudar o desenvolvimento local da comunidade por notar que a valorização das características da comunidade que existiam em 1999 havia se modificado. Observei, também, no período de remoção das casas, a angústia e a tristeza das pessoas e, depois, um discurso negativo acerca da comunidade do Jardim Anil.

Para compreender tal processo utilizei como referencial teórico-metodológico a representação social, a partir da qual procurei compreender como estaria a percepção dos moradores do Canal do Anil acerca da representação social do desenvolvimento local, acerca da própria comunidade e acerca da comunidade do Jardim Anil.

²³ Em 1999 parte da comunidade do Canal do Anil foi removida pela Prefeitura. Esta construiu numa localidade próxima casas para as pessoas removidas, e que passou a constituir uma nova comunidade denominada de Jardim Anil.

5.3 COLETA DE DADOS: TÉCNICAS UTILIZADAS

Para coleta dos dados, como citado acima, foram utilizadas duas técnicas diferentes com o objetivo de conseguir informações dos sujeitos acerca de elementos da comunidade.

5.3.1 Observação participante

A observação participante é uma técnica utilizada para obtenção de dados, onde o pesquisador se insere nas atividades do grupo pesquisado. Ele possui um papel ativo no meio social pesquisado e participa do modo de vida do grupo em questão. A participação do observador na vida cotidiana do grupo e dos sujeitos influencia o meio observado tanto por ele ser um sujeito externo ao meio quanto por ele intervir em algumas situações.

Segundo Becker (1994), o pesquisador que utiliza essa técnica participa da vida cotidiana do grupo, interage e dialoga buscando compreender a interpretação dos sujeitos acerca dos acontecimentos e estruturas existentes.

A coleta de dados não está necessariamente isenta de distorção através da percepção do observador. A história deste, sua formação, seus valores, suas crenças e sua cultura influenciam naquilo que ele pode perceber. Não podemos deixar de considerar que o observador é um sujeito histórico e, portanto, perpassado pelas possibilidades de seu tempo.

O observador possui ideologias acerca do seu trabalho e de seu papel que influenciam sua percepção, assim como os aspectos pessoais referentes às suas emoções e defesas influenciam o que poderá ser visto no campo de trabalho. Embora tenhamos consciência que todo trabalho de pesquisa, desde a formulação até a coleta e análise de

dados, é perpassado pelos valores e ideologias do pesquisador, é importante que estes não dificultem seu olhar. (Goldmann, 1976)

Um dos aspectos que constituem risco na utilização dessa técnica é a obliteração da percepção do observador como consequência do seu envolvimento na situação pesquisada. (Becker, 1994)

A utilização da técnica de observação participante no trabalho em comunidade possibilita uma aproximação da realidade social estudada e, desse modo, podemos apreender melhor as relações, os afetos, os interesses do grupo em questão.

Neste estudo utilizamos a observação participante da vida na comunidade com o objetivo de apreender as formas de contato, os discursos e representações que ocorriam nas relações cotidianas. Essa técnica é importante para entender a origem e a estrutura das representações sociais na pesquisa de situações. O material coletado foi anotado em um diário de campo.

A observação participante foi realizada através do contato com pessoas e grupos da comunidade no espaço do Centro de Saúde, da Capela de São Pedro e do Pré-vestibular para Negros e Carentes, onde atuei realizando trabalhos em grupos e participei de atividades diversas, tais como palestras, reuniões, encontros entre outros.

Na aplicação dessa técnica procurou-se observar, em trabalhos e conversas informais, a dinâmica comunitária e as relações existentes no grupo, bem como questões referentes ao desenvolvimento da localidade, às características próprias da comunidade e a percepção acerca do Jardim Anil.

O trabalho de observação participante foi realizado no período de janeiro de 2005 à agosto de 2006.

5.3.2 Entrevista

A entrevista é uma técnica que possui aspectos próprios de uma interação social entre os sujeitos, que realizam, nesta situação, papéis de entrevistador e entrevistado. O primeiro tem a intenção de obter informações e representa uma instituição, o segundo é o sujeito que possui a informação.

Na pesquisa qualitativa, em geral, utiliza-se a entrevista semi-estruturada com um roteiro elaborado previamente e que possui questões que estão apoiadas no objetivo da pesquisa em questão. (Triviños, 1987) Além dos dados objetivos coletados no discurso, também constituem elementos importantes o clima emocional da entrevista, o tom de voz, o silêncio, a expressão facial e a linguagem não verbal.

Quatro elementos devem ser constantemente considerados na entrevista: o entrevistador, o entrevistado, a situação da entrevista e o instrumento de captação de dados.

Existem diversos fatores que podem afetar a qualidade da entrevista: fatores pessoais como o estado emocional do entrevistador e do entrevistado; o tempo disponível para sua realização; o local adequado, com privacidade para que não haja interferência de terceiros, o desejo do entrevistado de agradar o entrevistador, entre outros.

Neste trabalho, utilizou-se a entrevista semi-estruturada com o objetivo de apreender as representações sociais dos sujeitos entrevistados, onde as questões formuladas direcionavam para as representações referentes às questões de pesquisa. Assim, trabalhou-se com três objetos referentes à comunidade: a representação dos sujeitos acerca do

desenvolvimento da localidade, a representação acerca da comunidade do Canal do Anil; e a representação social acerca da comunidade do Jardim Anil, onde procuramos compreender a representação social dos sujeitos acerca dessa nova localidade.

Para realização das entrevistas foi elaborado um roteiro, porém de acordo com o andamento das mesmas a pesquisadora introduzia outros elementos, assim como também permitia ao entrevistado relatar questões não previamente planejadas como: a questão da “pólicia mineira”, a questão da Associação de Moradores, a questão do descaso do governo entre outros.

A entrevista foi realizada com dezesseis sujeitos adultos, sendo oito homens e oito mulheres. O grupo dos homens foi dividido em quatro que participavam de projetos de melhoria da comunidade e quatro que não participavam. O mesmo ocorreu com o grupo de mulheres, que foi dividido em quatro que participavam de projetos de melhoria da comunidade e quatro que não participavam. Com isso teve-se a intenção de propiciar a participação de pessoas de ambos os sexos e com engajamentos diferenciados dentro da comunidade. Os oito entrevistados que realizavam algum trabalho comunitário foram selecionados nos trabalhos existentes na comunidade: Centro de Saúde, Pré-vestibular para Negros e Carentes e projetos da Igreja Católica. E os não engajados foram selecionados aleatoriamente entre os voluntários.

Os sujeitos entrevistados residiam na comunidade há mais de dez anos. Esse critério foi utilizado pois essas pessoas vivenciaram a comunidade antiga (antes da remoção), o processo de remoção e a nova comunidade (Jardim Anil).

O roteiro de entrevista foi composto por dezessete questões: uma referente ao local e tempo de residência na comunidade; três referentes à representação social acerca da comunidade do Canal do Anil; doze referentes ao desenvolvimento local da comunidade do

Canal do Anil e uma referente à percepção que existe acerca da comunidade do Jardim Anil (Anexo 1).

As entrevistas foram realizadas na casa dos entrevistados ou nos locais onde realizavam as atividades comunitárias e para o registro foi utilizado um gravador, com a autorização prévia dos entrevistados. Durante a realização das mesmas observou-se além das respostas verbais, que os entrevistados ficavam tensos ao falar sobre a Associação de Moradores, isso ocorreu devido a sua ligação com a “polícia mineira”.²⁴ Um entrevistado falou sobre esse poder paralelo que atua na comunidade e pediu que o gravador fosse desligado nesse momento. Além desse aspecto foi observado que alguns entrevistados ao relatarem a remoção das casas e a formação da nova comunidade pareciam manifestar um sentimento de tristeza.

5.4 ANÁLISE DE DADOS

As entrevistas realizadas procuraram compreender a representação social da comunidade do Canal do Anil acerca de seu desenvolvimento, bem como elementos à ele relacionados.

A técnica utilizada foi análise de conteúdo, pois possibilita estudar a produção simbólica, sobretudo através da comunicação oral e escrita. Elegemos essa técnica para apreender conhecimentos a partir dos relatos dos entrevistados. A análise de conteúdo segundo Bardin (1994):

“(…) é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. (Bardin, 1994, p. 9)

²⁴ A esse respeito ver página 110

A análise de conteúdos constitui-se num conjunto de técnicas para análise das comunicações que pode ser aplicada a um amplo campo de investigação que utiliza a comunicação. Bardin (1994) assinala que:

“De fato, se nos tentamos distanciar em relação aos métodos de análise de conteúdo e ao domínio em que estes podem ser explorados, apercebemo-nos de que o campo de aplicação é extremamente vasto. Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.” (Bardin, 1994, p.32)

O tratamento dos dados na análise de conteúdo é realizado através da reunião dos dados de acordo com um significado comum e em torno de categorias de análise. As categorias permitem a classificação dos elementos significativos da mensagem. Segundo Bardin (1994):

“A técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir uma certa ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar.” (Bardin, 1994, p. 37)

O conteúdo das idéias presentes nas respostas dos sujeitos foi analisado distinguindo-se as representações da comunidade do Canal do Anil acerca de si própria, acerca do desenvolvimento local e acerca da comunidade do Jardim Anil.

Para cada pergunta do roteiro de entrevista foi feita uma tabela com o objetivo de classificar os conteúdos surgidos nas respostas. Posteriormente, foi realizada uma análise comparativa entre as perguntas referentes a cada objeto.

Os seguintes objetos foram criados a partir da vivência da autora junto à comunidade e da observação participante, à luz do referencial teórico-metodológico das representações sociais, são eles:

Objeto 1 - A Representação Social do desenvolvimento local.

Objeto 2 - A Auto-representação da comunidade do Canal do Anil .

Objeto 3 - A Representação Social da comunidade do Jardim Anil.

CAPÍTULO 6. RESULTADOS

No presente capítulo, faz-se a caracterização da comunidade com o objetivo de contextualizar a localidade onde as representações sociais estudadas foram construídas, procurando-se delinear os aspectos históricos dessa comunidade e suas transformações nos últimos dez anos.

Os dados coletados na Região Administrativa possibilitaram a compreensão da localização da comunidade do Canal do Anil na região da Baixada de Jacarepaguá. Os dados coletados na observação participante possibilitaram a compreensão da disposição geográfica e da dinâmica comunitária, o que auxilia na contextualização das representações sociais pesquisadas na medida em que nos permite vislumbrar o espaço em que tais representações são construídas. Os dados referentes a esses elementos foram inseridos na descrição da comunidade do Canal do Anil²⁵.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

²⁵ A esse respeito ver páginas 104 - 120

A comunidade do Canal do Anil, em termos de organização sócio-política, está situada no bairro do Gardênicia Azul e pertence à Região Administrativa de Jacarepaguá (XVIª RA), que engloba ainda os bairros da Freguesia, da Praça Seca, do Tanque, da Cidade de Deus, do Anil, de Curicica e de Vila Valqueire. Essa RA compõe a Área de Planejamento 4 (AP-4) do Município do Rio de Janeiro e está localizada no sub-bairro da Praça Seca²⁶. A disposição geográfica da comunidade é tão recente que, na pesquisa feita em plantas oficiais da Prefeitura, observou-se que o mapa atual ainda apresenta a configuração anterior à remoção das casas ocorrida em 1999. Esse mapa (anexo 3) foi fotoreprografado em julho de 2006.²⁷

A palavra Jacarepaguá possui origem tupi-guarani e significa a baixa (guá) lagoa (upa) dos Jacarés (Yakare). Esse nome foi dado à região em função de suas lagoas terem muitos jacarés. (Silva e Lobo, 2006) A Baixada²⁸ de Jacarepaguá, por sua vez, recebe esse nome em função de sua geografia, pois se localiza entre os Maciços da Tijuca e da Pedra Branca. A região começou a ser habitada há cerca de 4.500 anos atrás, o que foi comprovado pela descoberta de sambaquis²⁹ na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes e por restos de conchas e ferramentas que datam desse período e foram encontrados no maciço da Pedra Branca.

A região de Jacarepaguá possui uma bacia hidrográfica formada por uma grande lagoa que possui diferentes nomes, de acordo com a diversidade das águas: Lagoa do Camorim, de água salobra; Lagoa de Jacarepaguá, de água doce; Lagoa da Tijuca, de água

²⁶ Informações retiradas dos arquivos da XVI Região Administrativa sobre o histórico de Jacarepaguá.

²⁷ As fotos aéreas (anexo 4), feitas em julho de 2006, permitem ao leitor observar a disposição geográfica atual das comunidades.

²⁸ Baixada é o nome dado às planícies costeiras no litoral do Brasil. Elas possuem superfícies relativamente planas e com baixas altitudes e ficam próximas do mar, de baías ou rios.

²⁹ Os sambaquis são amontoados de conchas, restos de utensílios domésticos, espinhas de peixes e esqueletos humanos utilizados pelas populações pré-históricas para construir suas moradias. Eles são os mais antigos vestígios dos homens em nosso litoral.

salgada; e Lagoinha e Marapendi, também de água doce. Esse complexo de lagoas ocupa uma área de 8,5 km².

O bairro de Jacarepaguá possui fronteira com o bairro do Grajaú pela Avenida Menezes Cortes (Grajaú-Jacarepaguá), com a Barra da Tijuca pela Avenida Ayrton Senna e pela Estrada de Jacarepaguá e com o bairro do Campinho pela Rua Candido Benício. A linha Amarela liga Jacarepaguá a diversos bairros, à linha Vermelha e à Avenida Brasil.

O Histórico da ocupação de Jacarepaguá

O governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá (1547–1631), doou para os portugueses Jerônimo Fernandes e Julião Rangel de Macedo as sesmarias da região da Baixada de Jacarepaguá. Elas eram extensões de terras doadas a nobres para alguma atividade econômica. No entanto, passados 30 anos sem que os respectivos donos tornassem a baixada de Jacarepaguá produtiva, os filhos do governador, Gonçalo Correia de Sá e Martim Correia de Sá, solicitaram a concessão dessa área. A partir de então, as sesmarias da Baixada de Jacarepaguá passaram a pertencer a esses irmãos e por muitos anos a história de Jacarepaguá esteve ligada à família Correia de Sá.

“Gonçalo e Martim construíram um engenho de açúcar na região que corresponde aos atuais bairros do Anil, Gardênia Azul e Cidade de Deus: o Engenho da Tijuca (...) posteriormente essa propriedade chegou, por herança, às mãos de Salvador Correia de Sá e Benevides – sendo conhecida a partir de então pelo nome de Engenho D’ água.” (Silva e Lobo, 2006, p. 16)

No ano de 1616, foi construída a casa que era a sede do engenho e, ao lado, a capela de N. Sr^a. da Cabeça, que é a mais antiga da Baixada de Jacarepaguá. Ambas, atualmente em péssimo estado de conservação, são tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pertencem aos descendentes do Barão da Taquara. Elas estão localizadas em uma colina no entroncamento da Estrada do Gabinal, da Avenida Tenente Coronel Muniz de Aragão e da Avenida Ayrton Senna.

No século XVII, já existiam habitantes próximos à Pedra do Galo, que fica no centro da Freguesia, e, no século XIX, surgiram as grandes plantações de café. O bairro da Freguesia, na época colonial, já possuía um pólo comercial e também era conhecido como Porta D'água por causa de seus rios.

A Igreja de N. Sr^a. de Loreto, feita em pedra e cal e em estilo barroco, foi fundada em 1747 no morro da Freguesia. A Igreja de N. Sr^a. da Penna foi fundada em 1664 e recentemente tombada pelo IPHAN.

A Igreja de N. Sr^a. dos Remédios foi construída em 1862 no Engenho de N. Sr^a. dos Remédios (onde atualmente é a Colônia Juliano Moreira). Essa igreja possui um estilo neoclássico, do qual é uma das poucas representantes na arquitetura brasileira. Nesse mesmo Engenho, foi construído um Aqueduto que transportava água do Maciço da Pedra Branca até a propriedade. Ambos, a Igreja e o Aqueduto, são tombados pelo IPHAN.

Até a segunda metade do século XX, para ir do Centro à Baixada de Jacarepaguá, era necessário tomar o trem até Cascadura e depois o bonde, que foi inaugurado em 1875 e passava pela Praça Seca, Taquara, Tanque e Freguesia.

Bairro do Gardênia Azul

O bairro Gardênia Azul teve seu início, no ano de 1953, com o loteamento e a venda das terras da região que pertenciam a José Padilha Coimbra. Ele era o proprietário das terras que iam da Estrada do Engenho D' água até a Avenida Tenente Coronel Muniz de Aragão. Ele deu o nome de Gardênia Azul ao loteamento em função das plantas ornamentais que cultivava em seu jardim.

No período em que as terras foram loteadas e vendidas, chegou à região Severo Silveira Maciel, que era pedreiro e tornou-se líder comunitário. Ele construiu boa parte das casas do Gardênia Azul na época, acompanhou as lutas da comunidade em prol da melhoria da qualidade de vida e foi um dos fundadores do Esporte Clube Gardênia Azul.

No início da década de 80, houve uma invasão de terras que ficavam no final da Avenida Tenente Coronel Muniz de Aragão, onde inicialmente se constituiu uma comunidade de baixa renda. Atualmente, o bairro compreende as terras que vão da Avenida Tenente Coronel Muniz de Aragão até a Avenida Izabel Domingues.

Comunidade do Canal do Anil

A comunidade do Canal do Anil teve início em 1957, quando começou a ocupação das margens direita e esquerda do Rio Anil. Atualmente, somente o lado direito da margem do rio é habitada; o lado esquerdo foi retirado pela Prefeitura entre os anos de 1999 e 2000.

A comunidade do Canal do Anil atualmente encontra-se vinculada ao bairro do Gardênia Azul, sendo o limite entre a comunidade do Canal do Anil e o Gardênia Azul pouco delimitado. O acesso à comunidade pode ser feito pela Avenida Canal do Anil ou pela Rua Izabel Domingues. No lado esquerdo do Rio Anil, não mais em sua margem, foi criada a comunidade do Jardim Anil, composta pelas famílias retiradas da margem esquerda do rio. Os moradores do Canal do Anil têm acesso à comunidade do Jardim Anil através da ponte sobre o rio. Ao cruzar o Jardim Anil, pode-se chegar ao Jardim Clarice, um condomínio que permite o acesso à Estrada de Jacarepaguá.

Na foto 1, obtida em julho de 2006, observamos à direita a comunidade do Canal do Anil (cercada em azul) e à esquerda a comunidade do Jardim Anil (cercada em branco). Elas são separadas pelo rio Anil (cercado em vermelho) e a comunicação entre ambas ocorre através da ponte assinalada na imagem. A foto mostra claramente a proximidade geográfica e a diferença física entre as comunidades.



Foto 1 - Imagem aérea da comunidade do Canal do Anil

A comunidade fica distante das vias onde transitam ônibus, e os moradores precisam andar cerca de 1,5 km para chegar ao centro do Gardênia Azul, à Avenida Ayrton Senna ou à Estrada do Engenho D'água, onde podem embarcar nos coletivos. Atualmente, existem Kombis que trafegam pela Avenida Canal do Anil e pela Rua Izabel Domingues, o que representou uma melhora no transporte para localidades próximas. Um problema que a

comunidade enfrenta em relação ao trânsito refere-se ao fato de não haver calçadas nem ciclovias, o que obriga os moradores a dividir o asfalto com carros, caminhões, bicicletas e animais, o que eventualmente causa acidentes.

Existe um comércio local que supre parte das necessidades dos moradores: são cerca de quarenta biroskas, quatro cabeleireiros, quatro aviários, três mercadinhos, cinco padarias, quatro lojas de materiais de construção, quatro bazares, seis armarinhos e um açougue. A população recorre ao comércio do largo do Anil, do Gardênia ou da Freguesia para outros serviços.

Em 1999, existiam cinco grandes indústrias próximas da comunidade, sendo que duas delas – a fábrica de Linho e a fábrica da Antártica –, que empregavam pessoas da comunidade, fecharam. Atualmente, existem apenas as fábricas da Guaravita, da Canonne e da Beton.

A comunidade cresceu ao longo da margem do rio e, posteriormente, em direção à Avenida Ayrton Senna, estando atualmente dividida em cinco setores: Avenida Canal do Anil (**início**), Avenida Canal do Anil (**meio**, na altura da Rua Melo), Avenida Canal do Anil (**final**), Chico City e São Sebastião.

A foto 2 representa o meio da comunidade, onde se localizam a Associação de Moradores, o Centro de Saúde, a Capela de São Pedro e a Rua Melo, que possibilita a entrada para o Chico City e o São Sebastião.³⁰

³⁰ No anexo 4, pode-se observar a foto aérea dessa região.



Foto 2 - Av. Canal do Anil - meio

As escolas Municipais de Ensino Fundamental mais próximas são a Marechal Canrobert Pereira da Costa, a Victor Hugo, a Naturalista Augusto Ruschi e a Maria Florinda Paiva da Cruz. O Ensino Médio exige um deslocamento maior para a Freguesia, a Barra da Tijuca, a Taquara ou o Rio das Pedras.

Quanto ao atendimento de saúde, funciona na comunidade uma ONG denominada Associação das Agentes Educadoras de Saúde, que possui convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro para realizar o Programa de Saúde da Família(PSF). Em casos de emergência ou serviços ambulatoriais mais específicos, os moradores recorrem ao Posto de Saúde da Cidade de Deus ou aos Hospitais Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca e Hospital Geral de Jacarepaguá (Cardoso Fontes), na Freguesia.

Existem na localidade seis igrejas pentecostais, uma igreja católica, uma igreja metodista, uma igreja batista e um centro espírita.

A localidade possui cerca de vinte e cinco mil pessoas e é considerada uma área de risco para construção por ser insalubre e estar sujeita a inundações.

Um pouco de história...

Em 1957, havia apenas duas casas feitas de sapê. O rio que deu origem ao nome da comunidade era apenas um fio de água com cerca de cinquenta centímetros de largura que desaguava na lagoa do Camorim. A água naquele tempo era límpida. Para chegar até essas duas casas, havia um caminho de terra que foi se alargando conforme a comunidade foi crescendo até se tornar a Avenida Canal do Anil. O riacho, com o crescimento da redondeza, tornou-se um rio no qual trafegavam canoas e barcos em direção à lagoa e, com o tempo, um rio poluído e sem peixes.

No ano de 1966, a margem esquerda do rio foi loteada e vendida. A partir de então, a comunidade começou a crescer, primeiro do lado esquerdo e depois do lado direito do rio. No final da Avenida Canal do Anil formou-se uma colônia de pescadores que foi denominada de Z10. Eles construíram uma sede, localizada na Rua Melo, onde atualmente é a Associação de Moradores. A sede da colônia de pescadores foi transferida para o final da Avenida Canal do Anil.

Na comunidade, dois líderes comunitários coordenaram a construção de uma igreja católica que recebeu o nome de Capela de São Pedro, que é o padroeiro dos pescadores. Na época, na década de setenta, havia uma festa em homenagem a São Pedro, quando os pescadores enfeitavam os barcos, navegavam pelo rio até a lagoa e iam em direção à Barra da Tijuca. As pessoas participavam vendo os barcos e soltando fogos e, à noite, havia uma

feita com música e barraquinhas. Para chegar até a festa havia tochas feitas de bambu iluminando o caminho, porque não havia luz elétrica na comunidade.

Em 1976, houve novo loteamento de terrenos e formou-se o lugar hoje denominado de Chico City, porém esses terrenos eram propriedade privada e, em 1979, o governo quis desapropriar as casas. Ocorreu, então, a primeira grande mobilização da comunidade: as pessoas fizeram barricadas para que as máquinas da Prefeitura não passassem e montaram uma comissão para negociar com o prefeito (Júlio Coutinho) e com o governador (Chagas Freitas). A comunidade saiu vitoriosa dessa negociação, conseguindo impedir o despejo dos moradores. Segundo os relatos coletados, a comunidade naquela época era mais unida e mais mobilizada.

Em 1967, um líder comunitário conseguiu levar água e luz para a comunidade, mas obtinha um lucro financeiro desses benefícios. Por volta de 1977, muitas pessoas começaram a ficar insatisfeitas com essa situação e com o domínio que esse líder exercia sobre a comunidade. Esse líder, inclusive, impediu que uma Assistente Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) iniciasse um trabalho na comunidade. Ela, entretanto, não desistiu e procurou as pessoas da comunidade, conseguindo, assim, montar uma comissão com 20 mulheres. A partir dessa comissão, foi criada uma creche comunitária com trabalho voluntário e com doação de alimentos por voluntárias e pelas padarias dos arredores. Depois de algum tempo, conseguiram convênio com a prefeitura e passaram a atender duzentas e quarenta crianças. Na época, havia seis professores e três merendeiras. Esse grupo de mulheres também conseguiu, no governo de Chagas Freitas, o asfaltamento da Avenida Canal do Anil.

Em 1980, para poder representar a comunidade, essa associação de mulheres criou a Associação de Moradores. Em 1982 e 1986, no governo Brizola, a Associação conseguiu

que o fornecimento de água e luz fosse feito diretamente pelas companhias e não mais por redes clandestinas. Além dessas conquistas, a Associação de Moradores dava assistência a diversas famílias necessitadas, distribuía quatrocentas cestas básicas e duzentos e cinquenta tíquetes de leite por mês.

A presidência da Associação de Moradores, desde sua fundação, era eleita por voto direto dos moradores. No final da década de oitenta, uma mulher que sempre concorria à Associação de Moradores, mas não ganhava, conseguiu ser eleita. Isso ocorreu porque ela vendeu lotes ilegalmente e fez carteirinhas da Associação de Moradores para os compradores. Ela permaneceu no cargo por onze anos sem sucessão no cargo, pois, sempre que havia mobilização da comunidade para que fossem realizadas eleições, as pessoas sofriam ameaças de morte. Em 2000, apesar dessa dificuldade, houve eleição e um novo presidente foi eleito, permanecendo no cargo por dois anos. Em 2002, no entanto, ele renunciou por estar sendo ameaçado de morte por membros da chamada “polícia mineira”³¹, que queriam a volta da antiga presidente da Associação de Moradores, pois obtinham vantagens com ela.

A comunidade mostra-se insatisfeita com a Associação de Moradores, mas não consegue mudar a situação por medo. Para dar vazão à busca de melhorias, diversos caminhos alternativos foram surgindo. Em 1989, uma das antigas representantes da Associação de Moradores entrou em contato com a PUC e conseguiu inaugurar um centro comunitário denominado de Curumim, que funcionava como creche, e dois outros centros comunitários, um que funcionava como escola e outro como centro profissionalizante. Em 1999, nenhum dos três existia mais.

³¹ “Polícia Mineira” é o termo utilizado pelos moradores para se referir a um grupo de pessoas da comunidade que mantém o tráfico fora da localidade coagindo os membros da comunidade e, eventualmente, entrando em confronto armado com o tráfico da Cidade de Deus quando este ameaça invadir a comunidade.

Outro caminho usado para conseguir benefícios para a comunidade tem sido a Capela de São Pedro, onde existem cursos e um centro pastoral. Foi através dessa instituição que chegaram até a comunidade o Centro de Saúde e o Pré-vestibular Comunitário. Os projetos ou trabalhos que surgem e necessitam da Associação de Moradores não encontram apoio.

A comunidade expressa a falta de um líder que a represente e existe uma “desconstrução silenciosa” da mobilização quando este surge fora da Associação de Moradores.

Momento Atual da Comunidade

Em 1996, a comunidade do Canal do Anil sofreu com uma grande enchente que ocorreu em Jacarepaguá e causou muitas mortes e perdas materiais. A partir daquele ano, a Prefeitura iniciou uma obra de alargamento e canalização do rio Anil (que começa na estrada de Jacarepaguá).

Na foto 3, pode-se observar a largura do rio Anil, na altura da ponte que liga as duas comunidades, após a obra de alargamento.



Foto 3 - Rio Anil depois do alargamento das margens

Em 1998, a comunidade tomou ciência de que haveria a remoção das casas do lado esquerdo, ao longo de toda a Avenida Canal do Anil, para que o rio pudesse ser alargado e canalizado. Houve muita angústia e insegurança, pois a Prefeitura queria indenizar as pessoas pelas casas, mas o valor da indenização não possibilitava a elas continuar morando nos arredores. Um grupo então se organizou e negociou com a Prefeitura, como forma de indenização, a construção de casas num terreno próximo à comunidade – onde hoje é a comunidade do Jardim Anil. Assim, alguns aceitaram a indenização e foram morar longe; outros receberam a indenização, juntaram mais um pouco de dinheiro e ficaram pelos arredores; e outros esperaram pela construção de novas casas.

Em 2002, as casas foram entregues e foi organizada uma nova comunidade, denominada de Jardim Anil. Essa comunidade possui infra-estrutura de saneamento, água, luz, asfalto, praça e uma nova Associação de Moradores, que foi intencionalmente pensada para organizar a comunidade e buscar melhorias e projetos, o que a Associação de

Moradores do Canal do Anil não faz. Os presidentes das duas Associações de Moradores não trabalham juntos, e as pessoas que foram para as casas criaram uma nova comunidade. Os moradores do Canal do Anil reconhecem no Jardim Anil uma comunidade melhor em termos de infra-estrutura e de atuação da Associação de Moradores.

A foto 4 retrata as casas da comunidade do Jardim Anil e a foto 5 retrata a praça construída para o lazer nessa localidade. Lá também foi construída uma quadra de esporte (anexo 2).



Foto 4 - Comunidade do Jardim Anil



Foto 5 - Praça da comunidade do Jardim Anil

O rio, no entanto, ainda não foi canalizado e a prefeitura mantém um projeto de Guardiões do Rio, pelo qual remunera pessoas da comunidade para limpá-lo periodicamente.

Dinâmica comunitária

Em 1999, havia construções nas duas margens do rio Anil e diversas pontes possibilitavam a passagem de um lado ao outro. Atualmente, não há construções na margem esquerda e somente uma ponte na altura da Avenida Izabel Domingues ligando as duas margens e também ligando a comunidade do Canal do Anil à comunidade do Jardim Anil.

As casas construídas na Avenida Canal do Anil possuem maior valor econômico, seguidas das do Chico City e do São Sebastião. Os moradores da parte de cima da Avenida Canal do Anil não se integram com os demais moradores. Atuam como se não fizessem parte da mesma comunidade e buscam suas atividades indo para o Anil ou para o Gardênia Azul. A parte do meio da Avenida Canal do Anil, que fica entre a Avenida Izabel Domingues e a capela de São Pedro, é a mais movimentada e dá acesso pela Rua Melo ao Chico City (Foto 6), que começa na Associação de Moradores e se estende por trás dela. Hoje, nessa localidade, as casas já estão em melhor estado e passaram a ter construções de dois andares. A localidade denominada de São Sebastião (foto 7) não possui saneamento básico, nem asfalto. Foi o último local a crescer na comunidade e possui construções mais precárias (anexo 2).

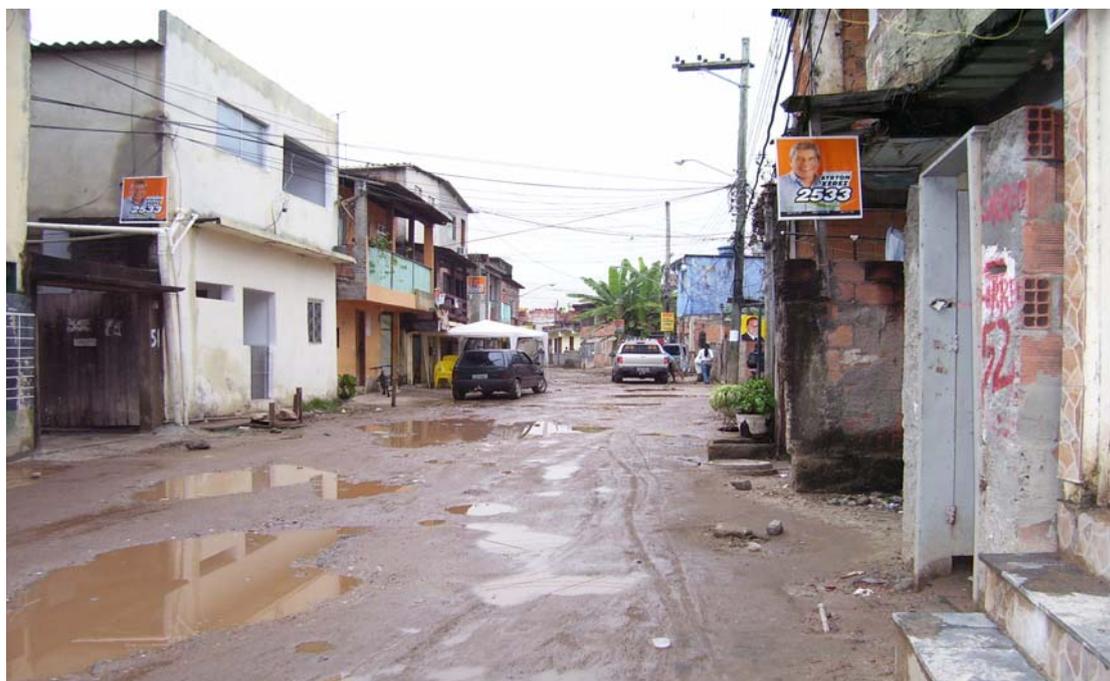


Foto 6- Localidade do Chico City



Foto 7 - Localidade São Sebastião

A parte final da Avenida Canal do Anil tem um número menor de habitantes (foto 8). E o final da Avenida ocorre no encontro com a lagoa (anexo 2). Pode-se observar a foto aérea dessa área no anexo 4.



Foto 8 - Parte final da Avenida Canal do Anil

A comunidade é formada por muitas pessoas vindas de diferentes partes do Brasil: Bahia, Ceará e outras partes do Nordeste, Minas Gerais e Pernambuco. Na área entre a Izabel Domingues e a capela de São Pedro, muitos vieram de Minas Gerais; na parte final do Canal do Anil, muitos são pescadores e nas partes mais recentes do Chico City e do São Sebastião muitos são imigrantes nordestinos.



Foto 9 - Pedra da Panela

Na margem esquerda do rio Anil, existe hoje um espaço de vegetação, onde se localiza a Pedra da Panela (foto 9), que pode ser avistada de diversos pontos no entorno da localidade: Avenida Ayrton Senna, Estrada do Engenho D'água e Estrada de Jacarepaguá.

Projetos de mobilização comunitária

Em 1994, os freqüentadores da igreja católica começaram uma mobilização, a partir da chegada de um novo padre, para a construção de uma nova capela, pois a antiga estava tombando. Durante 3 anos, enquanto se fazia a obra, as missas foram celebradas no terraço da casa de uma paroquiana. Hoje, a Igreja possui em um terreno 2 pavimentos: o inferior com salas onde funcionam atividades paroquiais e projetos como o de informática, a

alfabetização de adultos e oficinas de artesanato e corte e costura, além do grupo de Alcoólicos Anônimos; o superior com a capela. O terreno ao lado foi comprado e construíram um salão no primeiro pavimento, salas no segundo e um terraço no terceiro. A capela mantém-se disponível para os projetos que a comunidade quiser implantar.

Por meio do Padre, vieram pessoas que conseguiram implementar projetos na comunidade. O posto de saúde começou a funcionar com a enchente de 1996 no terraço onde também eram celebradas as missas. A coordenadora é uma missionária americana que ministrava na comunidade o curso de agente comunitária de saúde. Ela conseguiu financiamento do exterior e comprou um prédio, onde passou a funcionar o posto de saúde que é organizado pela Associação das Agentes Educadoras de Saúde. Posteriormente, conseguiu comprar mais dois prédios de três andares (foto 10).

Em 1999, a coordenadora do Centro de Saúde conseguiu um convênio com a Prefeitura para implantar o Programa de Saúde da Família. Hoje, o posto de saúde conta com duas equipes do Programa de Saúde da Família, cada uma composta por um médico, uma enfermeira, um auxiliar de enfermagem e oito educadoras de saúde, além de uma assistente social.

No Centro de Saúde, a atuação é preventiva, por meio da divulgação de informações e de orientação (prevenção de doenças, tratamento do lixo, preservação do meio ambiente). Existem também grupos de trabalho com gestantes e com idosos e uma atuação curativa, pela qual as médicas conseguem atender as pessoas com problemas que não necessitam de exame imediato, fazem curativos e acompanham pessoas que possuem pressão alta e diabetes.



Foto 10 – Centro de Saúde

O Pré-vestibular para Negros e Carentes é um projeto na área de educação que surgiu em 1997 e funciona na Escola Municipal Marechal Canrobert, que fica próximo à comunidade. Os professores são voluntários e cerca de sessenta alunos ingressam no curso todo ano. Em 1997, não havia na comunidade ninguém com nível universitário e, hoje, já são mais de vinte pessoas formadas e várias que estão fazendo graduação. Com o Pré-vestibular, criou-se uma cultura de que é possível chegar à universidade e vários jovens investiram nesse caminho.

A alfabetização de adultos é outro projeto que existe há cerca de quatro anos, e a professora responsável recebe uma gratificação da Associação dos Amigos e Frequentadores da Capela de São Pedro. Também na Capela de São Pedro, são realizadas por voluntários, já faz três anos, oficinas com cursos de corte, costura e de artesanato.

A partir de 1996 e por quase dois anos, houve um núcleo de informática e um projeto de reforço escolar para crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem, ambos com apoio de voluntários. Em 1999, o núcleo de informática voltou a funcionar com o Irmãos Unidos do Canal do Anil (IUCA)³², porém em 2005, com o término do IUCA, o núcleo de informática também deixou de funcionar.

Existe ainda a Escolinha de futebol, que teve início na comunidade do Canal do Anil e também recebia ajuda do IUCA. Hoje ela é mantida com ajuda da Associação de Moradores do Jardim Anil e por alguns mercadinhos localizados no Canal do Anil e funciona na quadra desta comunidade.

Além desses projetos, existem o Gari Comunitário, que é responsável pela manutenção da limpeza da comunidade; e o Guardiões do Rio, que é responsável pela limpeza do rio. Ambos projetos são remunerados pela Prefeitura.

³² Organização das diversas Associações que existiam na comunidade – Igrejas, Centro de Saúde entre outros – e que conseguiam financiamentos para projetos.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Dos dezesseis entrevistados, cinco encontram-se na faixa etária entre vinte e trinta anos; dois têm entre trinta e quarenta anos; seis, entre quarenta e cinquenta anos; dois, entre cinquenta e sessenta anos; e um tem mais de sessenta anos.

Quanto ao tempo de residência seis moram na comunidade entre dez e vinte anos; cinco, entre vinte e trinta anos; e cinco, há mais de trinta anos. Dez moram na Avenida Canal do Anil e seis moram no Chico City.

Dos dezesseis, três deles possuem primeiro grau incompleto; quatro possuem primeiro grau completo; quatro possuem segundo grau completo; três possuem o terceiro grau incompleto; e dois possuem o terceiro grau completo.

A observação participante possibilitou, igualmente, a coleta de dados acerca dos objetos pesquisados e os resultados são apresentados a seguir.

6.2 A Representação Social do Desenvolvimento Local

No trabalho de observação participante, pode-se observar que o alargamento do rio é um aspecto percebido por eles como uma melhoria, porque possibilitou que os bens se tornassem mais duráveis e garantiu mais tranquilidade nos períodos de chuva, pois não havia mais enchentes. Estas prejudicavam muito a vida das pessoas, pois causavam medo, insegurança e transtorno físico referente aos bens materiais que perdiam, à lama que tinham que retirar de casa, à dificuldade de se deslocar para o trabalho ou escola, entre outros. Ainda que o alargamento do rio tenha eliminado os transtornos causados pelas enchentes,

os moradores reclamam do fato de a obra de canalização do rio não ter sido terminada pela Prefeitura.

Pode-se perceber, no contato com os moradores, que há uma valorização dos projetos que existem na comunidade, em especial o Centro de Saúde. As pessoas parecem satisfeitas com a existência do “postinho” (Centro de Saúde).

No que tange à questão do desenvolvimento local, através do trabalho de observação participante pude perceber que os moradores da comunidade acreditam que a Associação de Moradores é o local de onde deveriam partir as ações para busca de melhorias, porém isso não ocorre. E a existência da “polícia mineira” parece prejudicar a mobilização das pessoas da comunidade, que receiam interferir na Associação de Moradores.

Esses aspectos surgiram, igualmente, nas entrevistas realizadas. As categorias surgidas nas entrevistas acerca do termo Desenvolvimento Local foram: **melhoria de infraestrutura, educação e esporte, participação das pessoas da comunidade para busca de melhoria.**

O desenvolvimento local aparece associado à **melhoria da infra-estrutura**, que se refere ao saneamento básico, à melhoria das condições de moradia, à necessidade de canalização do rio Anil e à melhoria da rua, que possui muitos buracos.

“Moradia mais decente, saneamento básico, lazer para as crianças, principalmente a moradia, a qualidade de vida começa pelo seu ambiente de morar”. (Ariovaldo)

“Aí tem, saneamento básico que nós não temos bom, né. É esse rio que desenvolveram, mas não está decente ainda, o resto normal. A rua também, agora, estão deixando esburacar”. (Beto)

A categoria **educação** aparece de forma significativa, tendo sido citada como escola, creche e educação. Para esse grupo social, os aspectos de educação são importantes no processo de desenvolvimento local.

“Eu acho que para desenvolver hoje você precisa mais educar esse povo. Porque só com educação se desenvolve alguma coisa. Porque falta muito aqui. Você vê as crianças, as pessoas têm que trabalhar e não têm com quem deixar essas crianças. Essas crianças vão à escola mal ou bem e de tarde ficam livres. Não tem alguma coisa que eduque essas crianças, que não seja só escola, mas educação: teatro e esporte. Hoje já tem muito isso, mas ainda falta. Eu vejo crianças na rua, na hora de não estarem na rua. Precisa desenvolver educando”. (Bruno)

A categoria **participação das pessoas da comunidade** na busca por melhorias surge nas entrevistas associada ao desenvolvimento local. Segundo eles, para que ocorra desenvolvimento da localidade, faz-se necessário que os moradores tenham um papel ativo e busquem mudanças.

“Melhoria da qualidade de água que as pessoas tomam lá dentro do São Sebastião, melhoria das ruas, força de vontade das pessoas para que isso possa acontecer para melhorar”. (Mariana)

“Eu acho que melhoria para todo mundo, a gente aqui, eu acho que é uma comunidade largada em relação à melhoria, assim, em caso de governo, prefeito não está nem aí, mas também a gente tem uma Associação que não faz nada, tem que partir da gente.” (Karla)

As categorias surgidas nas entrevistas acerca do desenvolvimento da comunidade do Canal do Anil nos últimos dez anos foram: **o fato de não haver mais enchentes, a construção das casas do Jardim Anil, a educação, a saúde e a limpeza da comunidade.** Os aspectos de educação, saúde e limpeza da comunidade estão associados aos projetos que surgiram a partir de 1996.

Os entrevistados consideram que a comunidade **está melhor do que há dez anos.** Conforme revelam as entrevistas, os sujeitos, ao pensarem no aspecto do desenvolvimento da comunidade nos últimos dez anos, consideram que ele ocorreu e que houve melhora em alguns aspectos, como educação e saúde.

“Desenvolveram bastante, os jovens ultimamente estão estudando, fazendo curso, procurando uma vida melhor.” (Kátia)

“Eu acho que ela está crescendo aos poucos, assim aos poucos porque como era antes cresceu assim todo atrapalhado. Eu acho que o desenvolvimento dela está sendo gradual, aos poucos”. (Karla)

“Eu acho que está crescendo bastante. O que a gente vê hoje um grande número de pessoas que estão estudando ou estudaram, que fazem ou fizeram faculdade e já

terminaram é um número que há dez anos você não tinha. É uma alegria ver amigos meus que fizeram faculdade ou estão fazendo faculdade”. (Bruno)

“Está num bom caminho, se cada um fizer a sua parte e ir contribuindo cada vez mais, melhora. Sempre tem alguém para organizar o bem, não só para si mesmo, mas para os outros ao seu redor”. (Basílio)

Os entrevistados citaram como uma mudança positiva ao longo de dez anos **o fato de não haver mais enchentes** o que, segundo eles, deixa as pessoas mais tranqüilas e possibilita que adquiram bens e melhorem suas moradias.

“Eu acho que mudou bastante, sabe? Mudou em certas condições para melhor e outras para pior, porque, você vê, esse canal aí há dez anos atrás não tinha essa extensão de largura que tem hoje, era muito estreito e qualquer chuvinha invadia as casas todas. É claro que foi preciso remover um lado. O poder público fez esse trabalho. Algumas pessoas ficaram satisfeitas com a remoção, outras, não, porque se sentiram prejudicadas dessa transação da remoção. Então, nesse aspecto, a comunidade melhorou porque hoje não tem mais enchentes. É um ponto positivo.” (Armando)

“Era ruim porque tinha a enchente, então entrava água nas nossas casas. Nós aqui fomos atingidos várias vezes. A casa foi muito aterrada por causa da enchente. Então agora está muito melhor porque não tem mais o perigo da enchente. Melhorou também porque o outro lado saiu e era dado como área de risco. Hoje a gente fica mais aliviado. A gente tinha medo do barranco cair e as casas irem juntas.” (Mariana)

“Era mais precária, bem mais precária. Era bem menor a comunidade, o número de famílias na comunidade era menor. Não era desenvolvida como agora, desde a falta d’água, transporte, escola. Sendo que veio a inundação, aquela chuva grande e as condições ficaram bem piores, muita gente sofreu muito, perdeu barracos, perdeu animais, perdeu muitas coisas. Nós viemos a equilibrar um pouquinho com a união de todos.” (Maria Tereza)

“Nós estamos em 2006. Se a gente lembrar de 96, a gente lembra da catástrofe da enchente que destruiu vários lares e foi a mesma enchente que trouxe uma pessoa maravilhosa para a nossa comunidade que desenvolveu o projeto de agente comunitário de saúde. E por aí veio a necessidade de estar trazendo uma unidade de saúde para cá. (...) Hoje, na comunidade, a gente pode sentir um pouco privilegiada, porque a gente tem uma unidade de saúde. Além desse Programa de Saúde da Família que tem aqui, a gente viu que dentro da Igreja Católica, infelizmente é a única parte social da comunidade que ainda faz alguma coisa, tem o programa de alfabetização para adultos. Isso aí foi um ponto positivo pra caramba aqui na comunidade.” (Ari)

A questão da **enchente de 1996** foi citada pelos entrevistados como um **ponto de mudança** que exigiu que as pessoas se ajudassem em meio à catástrofe. Foi um momento de grande solidariedade na comunidade e, a partir daí, surgiram diversos projetos de melhoria que não existiam antes de 1996. Alguns desses trabalhos foram citados como aspectos que melhoraram na comunidade.

A **construção das casas do Jardim Anil** foi citada como um aspecto que melhorou nesse intervalo de tempo. Para os entrevistados, a construção de casas para as pessoas que moravam em situação de risco foi um aspecto percebido como melhoria na comunidade.

“Há 10 anos atrás, essa comunidade não era, não tinha a metade da melhoria que teve hoje. Melhoria, porque eu vejo o projeto daquelas casas ali, uma coisa que foi benéfica para as pessoas porque tinha pessoas que moravam em casas aqui deplorável”. (Mônica)

Segundo os entrevistados as pessoas da comunidade estão investindo em melhoria através da **busca de estudo**, o que antes não ocorria. Atualmente, mais pessoas estão se alfabetizando, estão na universidade e estão voltando a estudar para completar o primeiro grau, tanto antes quanto após a remoção.

“Em relação a investir na melhoria das casas era ruim, porque a enchente vinha e carregava todas as coisas. Eles só podiam investir na criação dos filhos. Hoje muitos estudam, muitos pais de família se preocupando em terminar sua 8^a série, terminar o 2^o grau. Temos agora mães que me procuram para terminar sua 3^a ou 4^a série. Como fazer para dar continuidade nos colégios públicos a 8^a série.” (Maria Tereza)

“Há 10 anos, até menos, você vê que as coisas melhoraram um pouco em relação ao conhecimento. O jovem se interessa mais, o jovem busca mais, porque surgiu esse negócio de informática. Então isso ajudou muito os jovens a despertarem para buscarem uma melhoria, e a gente vê que isso tem ajudado muito os jovens; estão sempre buscando cursos, a comunidade às vezes oferece cursos, eles estão

sempre fazendo, a gente vê resultado. Fazem curso, daqui a pouco estão empregados. Outros estão trabalhando, outros fazendo faculdade, eu acho que melhorou bastante nesses últimos anos a busca das pessoas.” (Ariovaldo)

Apesar de os moradores identificarem melhorias, também apontaram aspectos que precisam melhorar. O **crescimento desordenado** surge como uma categoria e foi citado como uma mudança negativa. Segundo eles, houve um crescimento em quantidade de pessoas, porém sem a infra-estrutura adequada.

“Hoje tem um crescimento maior, sendo que tem muita gente que mora aqui na comunidade que são pessoas que vêm de fora e que tem só um cômodo. Então a comunidade cresceu muito. Eu não conheço mais a comunidade porque hoje eu dou de cara com pessoas que eu não conheço, porque ela está crescendo progressivamente por causa do local. E as pessoas estão fazendo quarto e está morando muita gente que nós não conhecemos. E há dez anos atrás, com certeza, eu conhecia quase todas as pessoas.” (Kleidir)

“Para pior, está a questão de pessoas. Muitas pessoas que vêm de fora. Hoje em dia, a gente não sabe praticamente quem é quem na comunidade. A gente sabe dos antigos que a gente conhece e tal, mas vem muita gente de fora, de muitos lugares. Então a gente hoje em dia fica naquela, pô, você não sabe quem é a pessoa, de onde veio, qual a intenção, e tudo mais. Então isso é um aspecto que a gente não acha muito positivo”. (Armando)

Quando perguntados se conheciam algum trabalho que visasse à melhoria da qualidade de vida da comunidade, as respostas obtidas foram: o **Programa de Saúde da Família**, o **Pré-vestibular comunitário**, o **Gari comunitário**, os **Guardiões do Rio** e o **Projeto do Esporte**.

Os entrevistados percebem que, a partir do **Programa de Saúde da Família (PSF)**, houve o atendimento às pessoas carentes, que passaram a receber informação e atendimento em casa. Eles citaram ações de prevenção de doenças como dengue e leptospirose, bem como uma melhoria no trato com o lixo.

“O PSF ajuda muitas pessoas a se prevenirem. Prevenção de muitas coisas, de doenças, por exemplo, leptospirose. Chamou muita atenção, era muita gente doente. Hoje em dia já tem um lugar para as pessoas se tratarem. Eu acho que melhorou para a qualidade de vida das pessoas, a conscientização do combate à dengue. O pessoal do posto de saúde já faz esse trabalho, que, aliás, já ajuda muito. Melhorou muito a qualidade de vida nossa. Melhorou muito”. (Arnaldo)

“O postinho. O maior trabalho que o postinho faz, você vê, começou de graça na casa da Tereza, depois de uma enchente, que tratou as pessoas que ficaram doentes devido à água. Só o trabalho que começou do nada e hoje tem o posto de saúde, os agentes de saúde da comunidade. Você educa uma comunidade através disso.” (Bruno).

“Ajuda porque às vezes a pessoa está com problema de saúde, está passando mal por alguma coisa e, às vezes, não tem o dinheiro da passagem ou não tem como se

locomover, porque está com algum problema sério. E, sozinho, a pessoa não tem como ir. Aí, vai no postinho e recebe orientação médica e medicamentos.” (Bento)

“As agentes de saúde que vão sempre na casa de cada um se preocupar como o que está se passando”. (Basílio)

O **Pré-vestibular comunitário** é percebido como um trabalho que possibilitou melhoria. Atualmente, existem mais moradores na universidade e alguns já conseguiram um emprego melhor, revelando que, através desse projeto na área de educação, houve a melhoria do grau de instrução das pessoas e, conseqüentemente, a obtenção de empregos de melhor remuneração.

“Na comunidade em si, eu não sei, mas na vida de muitas pessoas que passaram para o PVNC, muitas pessoas que entraram na universidade, que hoje dão depoimento de que são felizes, mudaram o pensamento, a sua cabeça, a sua maneira de pensar. Outras que conseguiram um emprego melhor. Auto-estima, porque estudar faz muito bem para o corpo, para a alma e para tudo. Não só te dá status, mas estudar é muito bom, então é uma melhoria de vida para as pessoas.” (Mariana)

“Bem, hoje, a gente já tem pessoas formadas nas faculdades, entendeu. Hoje a gente tem pessoas que estão se alfabetizando com o trabalho lá na igreja. Está tendo alfabetização de adultos, jovens e tal. Pessoas estão voltando a estudar e, dessa forma, estão abrindo outros horizontes. Assim, eu acho que foi uma coisa muito boa. A gente está vendo que, com esses trabalhos, as pessoas estão começando a crescer

um pouquinho, tanto mentalmente como pessoalmente. Vejo pelas pessoas que eu convivi, que estudou junto comigo, que cresceu comigo, que hoje vejo que estão formadas. Meu irmão voltou a estudar lá na capela agora. A minha tia que teve aqui ontem, falando que foi lá fazer inscrição. A minha mãe que já está pensando em voltar também. Então eu acho que essas coisas são o ponto X da questão.” (Mônica)

“Os nossos jovens. Os meus são todos formados em faculdade ou terminando faculdade, e a gente vê que andou, uma coisa muito bonita.” (Kleidir)

“O pré-vestibular, que praticamente nasceu aqui dentro, é uma semente exemplo. Inclusive, eu sou fruto de lá. Talvez possa estar conversando com você aqui tendo essa visão graças a esse movimento. Porque eu sempre tive vontade de estudar, muito mesmo e, na verdade, não tinha condições de estudar. Até mesmo pra você ver, é uma coisa incrível que eu vejo que naquela época. Por exemplo, digamos que eu ganhasse uma grana na loteria e entrasse num cursinho, por exemplo. Por melhor que fosse, eu poderia até chegar numa universidade e me formar e tudo, mas eu não teria hoje a consciência política que tenho, que foi uma coisa que eu adquiri com esse movimento. Falando desse projeto, eu acho que melhorou muito, porque o pré vai fazer dez anos atuando aqui na comunidade. Eu posso dizer para você que, há onze anos atrás, a gente não tinha um universitário sequer nessa comunidade. Não tinha. Hoje somos mais de vinte só aqui, e têm outros que estão se formando, outros que a gente tem certeza que vão entrar para a universidade, que vão conseguir. Então você

vê que é um salto em relação a essa questão de educação, de qualidade de vida. Agora é preciso que esses 20 tenham essa consciência de prosseguir nesse trabalho, de não desistir.” (Armando)

Outro trabalho citado foi o **Gari Comunitário**. Os entrevistados percebem que a comunidade está mais limpa, e que houve a diminuição de ratos e do cheiro ruim do rio. Nesse aspecto do lixo, além do trabalho dos garis comunitários, houve também um trabalho, feito pelo Centro de Saúde, de conscientização das pessoas sobre o tratamento dado ao lixo doméstico. O trabalho dos **Guardiões do Rio** também tem contribuído, segundo eles, para a limpeza, porque retiram as gigogas (plantas aquáticas) e o lixo acumulado no rio.

“Vejo os garis. É uma limpeza que não tinha, as pessoas trabalhando no rio. Quem desenvolveu eu não sei, mas é um grande trabalho”. (Beto)

“Mudou para melhor. Eu acho que a água que chega até lá em baixo, esse trabalho de gari. Todo dia tem gari passando na comunidade. Hoje, se alguém joga lixo no rio, é por ignorância, pois tem latões de lixo no canal todo” (Bruno).

O **Projeto de Esporte**, que acontece na quadra do Jardim Anil, foi citado como um trabalho que visa à melhoria da comunidade. O Projeto oferece aulas de vôlei, futebol e capoeira para crianças e adolescentes.

A partir desses dados podemos perceber que a representação social é de que ocorreu o desenvolvimento local nos últimos dez anos e que a comunidade obteve melhorias como o alargamento do rio, que possibilitou não haver mais enchentes, e a

construção das casas do Jardim Anil, além de melhorias nos aspectos de saúde, educação e limpeza da comunidade e do rio, que ocorreram em função dos projetos existentes na comunidade.

Quando perguntados acerca do que é necessário que exista numa comunidade para que ela melhore, as categorias surgidas foram: **união, participação, liderança, Associação de Moradores ativa, educação e lazer.**

A **união** é percebida por eles como um aspecto importante para que haja um desenvolvimento na localidade.

“União, o sonho das pessoas de melhoria. E essa união faz com que esses sonhos se realizem. E eles só se realizaram se brigarmos por ele. Não adianta eu só sonhar e querer enfrentar o mundo sozinha. Se eu tenho um sonho, a comunidade tem que apoiar e estar junto desse sonho.” (Maria Tereza)

“A unidade. Eu acho que nós somos muito exclusivistas. Quando a gente começa a botar a nossa vida em comum, começa a ensinar o que sabe, a viver mais sabendo do problema do outro, isso nos faz ser uma comunidade melhor.” (Kleidir)

“A liderança da comunidade. O pessoal que cuida da comunidade tem que ser pessoas que faça um trabalho de conscientização, um trabalho de unir várias pessoas, um trabalho que, quando for preciso sair para correr atrás de alguma

coisa para a comunidade, topam, não ficam em grupinhos do lado, um grupinho pro outro, um falando mal do outro e tal. É um dos pontos positivos para que a comunidade se desenvolva.” (Ariovaldo)

“União. Está faltando as pessoas descerem do salto e correrem atrás. As pessoas esperam por outras. A união tem, mas é o mínimo, é muito pouco, só entre algumas pessoas.” (Basílio)

Os entrevistados consideram que a **participação** é um item relevante para que haja desenvolvimento. Ela está diretamente associada à **união**. As pessoas da comunidade percebem que é necessária uma ação conjunta na busca por melhoria. E esses dois aspectos na comunidade aparecem associados diretamente ao representante dela que é a Associação de Moradores. Os entrevistados falaram da **necessidade de haver uma liderança** que una as pessoas e da necessidade de uma **Associação de Moradores ativa**.

“Falta Associação, falta também um pouquinho de cada um. Cada um querer melhorar um pouquinho, a rua, o ambiente, você plantar uma árvore, você querer o seu quintal limpo. O eu não consegue fazer o todo, pois eu faço parte do todo. Você ter uma liderança política que queira desenvolver trabalhos para que essa comunidade cresça.” (Bruno)

“Eu acho que primeiro tinha que ter uma Associação. Não sei se é até legal falar disso, mas Associação é um grupo de pessoas que vai estar ali para trabalhar. Ali tem os cabeças e tem que ter comunidade junto, porque ela sozinha não vai fazer

nada. Tem que partir de alguém dessa Associação. Se existe uma Associação de Moradores ativa, a possibilidade de uma comunidade melhorar é muito maior. Ter essa Associação e em cima disso ter vários benefícios. A gente tinha creche pela Prefeitura e perdeu. A gente tem agora o trabalho de garis comunitários, que foi uma conquista, mas também que eu não sei como está devido à Associação.” (Karla)

“Precisava ter uma organização maior, uma escolha de pessoas para representarem mesmo a comunidade e que estejam à frente para coordenar, como tem na Associação. Mas precisaria ter uma união por parte de todas as pessoas da comunidade. Falta uma liderança que as pessoas vissem e acreditassem.” (Bento)

“Pessoas para trabalhar. Que eu acho que o querer vencer, às vezes, não vem por si só, não. Precisa você estar atrás, dando um empurrãozinho. Assim, para a pessoa se ligar que eu tenho que vencer. Acho que hoje falta pessoas para trabalhar, porque o que fazer tem e muito.” (Mônica)

“Eu considero que uma Associação de Moradores atuando é fundamental no caso, para o desenvolvimento de uma comunidade, porque ela tem uma linha direta com o poder público. Hoje em dia ele tem essa linha e ele vai falar e vai ser ouvido. Então, quer dizer, seria um aspecto assim, em termos de desenvolvimento um aspecto principal. Só que as Associações de Moradores, hoje em dia, não se pode esperar nada delas. Tem uma turma aí, que pegaram a Associação a fim de

se dar bem com esse tipo de coisa. Quer benefício para si e não para a comunidade.” (Armando)

As categorias surgidas em relação ao Desenvolvimento Local associado à remoção das casas foram: **houve desenvolvimento para as pessoas que foram para o Jardim Anil e houve desenvolvimento também para o Canal do Anil porque não há mais enchentes.**

“A mudança de vida foi para o pessoal que foi para o Jardim Anil. Porque agora eles têm água encanada direito, têm iluminação direito, têm um lazer bom com a praça, é espaçoso, asfaltado.” (Bento)

“Para os moradores do outro lado, foi bem legal, embora no começo eles não tivessem gostado, porque iam perder terreno/quintal. Agora, para a nossa comunidade, eu não consigo ver benefício. Eu espero que essa obra do Pan (2007) possa levá-los a pensar algum benefício para cá. Não porque eles olham e vêem que aqui moram pessoas humanas e decentes. Eles vão fazer para ganhar voto.” (Mariana)

“Houve uma divisão. A comunidade é uma só. Eu acho que não existe Canal do Anil lado par, lado ímpar. Tudo é uma coisa só, mas depois que dividiu fez uma comunidade do Jardim Anil que para mim é a mesma comunidade paralela. Lá eles têm uma infra-estrutura, aqui a gente não tem nada. Eu acho que deveria ter mais

igualdade. No caso, o que fez lá estarem fazendo aqui também, porque, afinal de contas, é uma comunidade só. (Karla)

Alguns entrevistados ressaltaram que a obra de remoção e alargamento do rio foi positiva também para a comunidade do Canal do Anil, porque, sem enchentes, as pessoas investem mais na melhoria das moradias.

“Agora estão conseguindo desenvolver um pouquinho. Não tem mais aquela coisa do medo das enchentes: não posso comprar um móvel porque tem enchente, não posso comprar isso ou aquilo porque tem enchente.” (Mônica)

“A retirada do pessoal das casas já melhorou muito. Para quem ficou do outro lado até sente saudade um pouco, né? Melhorou muito não só para eles como para nós. Com a chuva que deu esses dias, o rio não tem transbordado. O desenvolvimento foi pouco. Agora está melhorando mais.” (Arnaldo)

Essas melhorias, porém, são individuais. As pessoas estão procurando melhorar a qualidade de vida no âmbito particular.

“Eu acho que as pessoas aqui, cada um está cuidando em seu benefício próprio para melhorar. Cada um quer melhorar a sua casa, não quer ficar assim no baixo, num barraco como era antigamente. Cada um está procurando o seu melhor.” (Katarina)

Os entrevistados consideram que a infra-estrutura construída na comunidade do Jardim Anil deveria ser realizada também no Canal do Anil.

“Bem melhor do que a nossa. Começou há poucos anos atrás e tem mais coisas que nós, porque lá já tem quadra de esporte, uma Associação que corra atrás para algumas melhorias lá, mas as casas estão bem melhor e eles estão sempre correndo atrás de algum projeto novo para lá. Como agora eles querem montar uma creche ou escola”. (Kátia)

Quando perguntados se a comunidade sentiu a saída do lado esquerdo do rio e se isso afetou o desenvolvimento da localidade, os entrevistados citaram que sentiram tristeza com a saída do lado esquerdo da comunidade, como se ela tivesse partido, principalmente porque tinham amigos e parentes do outro lado do rio. Porém consideram que isso não afetou o desenvolvimento.

“Sentimos muito, porque eram todos vizinhos, amigos e parentes” (Maria Antonia)

“Eu acho que as pessoas que tinham as casa em frente ficou um pouco, meio... você tinha sempre o seu vizinho, de repente saiu tudo, acabou tudo, ficou só mato. Bom para eles. Eu acho que ficou um pouco estranho, né?”. (Kátia)

“Sentiu muito. Porque ficou um vazio. Você passa, é um deserto.” (Katarina)

“Acredito que sim, porque até dez anos atrás a gente era muito família. Eu conhecia quase todo mundo. Eu moro quase lá no final e quando tinha que ir até o ponto de

ônibus tinha aquilo: “bom dia”, “boa tarde”, entrava, tomava um copo d’água, deixava a bicicleta. E hoje em dia não tem mais. Agora tem que passar de bicicleta pela rua e não tem mais aquela família que existia. Ficou mais difícil da gente estar mais junto deles. Eles estão bem lá no seu lucro, mas nós que moramos aqui em baixo tem mais dificuldade de encontrar com eles quando ia para o trabalho e para escola”.
(Kleidir)

“Era uma comunidade maior, porque saiu toda aquela parte do outro lado do rio. E antes era como uma comunidade de famílias do outro lado e muitas saíram para outro local. Tinha uma maior participação dessas famílias aqui.” (Maria Tereza)

Os entrevistados citaram que, embora haja a divisão física, a comunidade ainda é a mesma.

“Positivamente. É porque todas essas questões que a gente hoje tem, por exemplo, hoje se tem duas comunidades. Que era uma passou a ser duas. Os que foram removidos, né, estão reassentados numa localidade denominada Jardim Anil. Então, na verdade, a comunidade se dividiu, mas só fisicamente, porque em termos assim de laços de amizade, até em aspectos sociais, ela continua sendo uma só”. (Armando)

“É aquela coisa: lá é um pedaço da gente. Se lá estava doente, ruim, aqui também estava doente, ruim. É aquela coisa: eu não sei se todo mundo sente a mesma coisa. Eu acho que o alargamento do rio precisava ser feito não por eles, mas pela gente também, porque, se um lado está ruim, a gente sente também.” (Bruno)

Podemos perceber que, segundo os entrevistados, a obra de remoção não afetou o desenvolvimento da comunidade do Canal do Anil, embora tenha gerado um sentimento de tristeza com a remoção de parte do grupo social.

Quando perguntados acerca da existência de projetos conjuntos entre o Canal do Anil e o Jardim Anil para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, os entrevistados citaram que **surgiram alguns projetos conjuntos**, como o Gari Comunitário, os Guardiões do Rio e o Projeto do Esporte.

“O que surgiu foi o Gari Comunitário, os Guardiões do Rio. Então é isso que surgiu. Depois que saíram, que alargou o rio, eles mantêm esse trabalho muito importante. O rio não fica entupido de lixo, estão sempre limpando aquelas gigogas do rio, estão sempre limpando.” (Ariovaldo)

“E surgiu o trabalho da praça de esporte que tem lá no Jardim Anil e foi cedido para as crianças daqui do Canal também. É jogar bola, praticar esporte em geral. Um pouco das coisas que tem lá é partilhado com as pessoas daqui.” (Arnaldo)

“Esses Guardiões do Rio foi atividades deles lá. Além deles estarem bem, estão ajudando a gente.” (Beto)

“A gente tem esse trabalho de futebol que partiu daqui do Juca. Um projeto dos dois lados. Quem desenvolveu lá foi o Pepi, que eu não sei se continua. Tem esse projeto que é lá e cá, que são os Guardiões do Rio, temos projetos Agente Jovem, que eles

estavam desenvolvendo. A conscientização, prevenção das doenças, mas hoje eu não sei se continua.” (Bruno)

Os entrevistados apontaram o fato de os presidentes das Associações de Moradores não se entenderem como um aspecto que prejudica a existência de projetos conjuntos. No entanto, embora não haja entendimento entre os presidentes das Associações, os projetos surgidos no Jardim Anil incluíram a população do Canal do Anil.

“Não (existem projetos) porque os presidentes das Associações não se dão.” (Maria Antonia)

“Por causa dessa divisão que existe entre as pessoas hoje, eu acredito que isso foi um empecilho para as pessoas trabalharem juntas.” (Mônica)

“Teve uma época que nós tivemos um grupo chamado Irmãos Unidos do Canal do Anil, que eram entidades religiosas e forças unidas (que não eram religiosas) que deram início a alguns trabalhos, mas depois parou. Acabou porque não teve um presidente que desse apoio para que os projetos acontecessem. Um dos apoios era registrar esse grupo e para registrar teria que ter mais de 15 entidades, e tínhamos apenas dez entidades.” (Maria Tereza)

A idéia de Desenvolvimento Local nessa comunidade está relacionada à melhoria das condições de vida. Para os entrevistados, **o desenvolvimento local está associado à infra-estrutura** (saneamento, ruas, lazer e educação). Essa representação está perpassada

diretamente pela realidade da localidade e pelo que eles consideram que precisa desenvolver/melhorar.

Através do trabalho de observação, pude perceber que a situação da rua está incomodando no momento, porque há muitos buracos, e as ações de saneamento básico são pensadas principalmente para as pessoas que moram na localidade do São Sebastião e que não o possuem. O aspecto referente ao lazer se tornou relevante na comunidade em função do Jardim Anil ter praça e campo de Futebol, o que faz com que reconheçam que existe algo que falta. Essa percepção da falta por comparação fica clara nas respostas à questão dezoito da entrevista, que foram comparativas com a nova comunidade.

Além dessa representação de desenvolvimento como melhoria da localidade, também foi citada a idéia de participação associada ao desenvolvimento. Para esse grupo social, a mobilização é importante para alcançar o desenvolvimento local, e uma Associação de Moradores ativa é percebida por eles como um elemento importante da localidade para busca do desenvolvimento.

Ao pensar no desenvolvimento da comunidade do Canal do Anil nos últimos dez anos, os entrevistados consideram que ela está melhor. A melhora ocorreu nas casas das pessoas, porque, não havendo mais enchentes, elas podem investir em melhorias. O alargamento das margens do rio é percebido como uma grande melhoria, porque eliminou um problema que prejudicava a comunidade há muitos anos: as enchentes. No trabalho de observação participante, os moradores relataram que, quando havia uma chuva com maior intensidade, o rio enchia e invadia as casas, as pessoas precisavam levantar os móveis e muitas vezes chegavam a perder objetos que, com dificuldade, adquiriram como geladeira, fogão e máquina de lavar. Além do aspecto material, as pessoas já não sentem angústia

quando começa a chover forte. Elas já se sentem mais tranquilas, porque sabem que o rio não transbordará como antes.

O **acompanhamento de saúde** das pessoas da comunidade foi um aspecto ressaltado como melhoria. Há dez anos, não existia o Centro de Saúde com o Programa de Saúde da Família, que conta hoje com duas equipes e contempla todas as famílias da comunidade com acompanhamento domiciliar.

Nos últimos dez anos, houve **a melhora do saneamento básico, da água e do lixo**. Este último é reconhecidamente melhor pelos membros da comunidade. Uma série de trabalhos foram realizados a fim de mudar a conduta da população em relação ao tratamento do lixo. Na observação de campo, pude perceber que hoje as pessoas não jogam mais lixo no rio. Atualmente existem latas de lixo ao longo do rio, o caminhão do lixo passa todos os dias e existem os Garis Comunitários e os Guardiões do Rio. Além disso, o Centro de Saúde trabalha orientando as pessoas sobre como tratar o lixo para que ele não seja foco de doenças ou de poluição. Esses aspectos foram apontados nas entrevistas em diferentes questões e sempre percebidos como uma melhoria.

O **nível de educação formal** das pessoas foi apontado como uma melhoria pelos entrevistados. Existem hoje diversas pessoas na Universidade, adultos, buscando a alfabetização e o reforço escolar vem sendo oferecido a crianças da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental.

Quando perguntados sobre o que mudou para pior, citaram **a falta de participação das pessoas e a falta de liderança**, o que novamente remete à questão, anteriormente citada, da Associação de Moradores.

Quando fazem uma análise dos últimos dez anos, os entrevistados percebem que houve um desenvolvimento da comunidade e reconhecem claramente os aspectos em que

ela melhorou. Quando perguntados sobre a existência de trabalhos que visam à melhoria da qualidade de vida, foram citados os seguintes trabalhos: o Centro de Saúde, o Pré-vestibular Comunitário, o Gari Comunitário, os Guardiões do Rio e o Projeto do Esporte.

Com o trabalho do Pré-vestibular comunitário, as pessoas percebem que existem mais moradores na universidade, que alguns já conseguiram um emprego melhor e que, estudando, essas pessoas melhoram a auto-estima e que mudam a forma de pensar, tornando-se mais conscientes.

No trabalho de observação participante pude perceber que existe uma falta de divulgação dos trabalhos existentes e de um centro que funcione como organizador dos diferentes projetos que ocorrem na comunidade, um local onde as pessoas possam se informar sobre os serviços que já são oferecidos.

Quando perguntados acerca do que é necessário que exista numa comunidade para que ela busque um desenvolvimento, os entrevistados citaram a **união** e a **participação**. No entanto, as pessoas que usaram a palavra *união* o fizeram no sentido de uma ação conjunta em busca de melhoria, o que equivaleria ao conceito de participação. Esse aspecto parece indicar que, para esse grupo social, a participação é o principal motor na busca do desenvolvimento. A comunidade, entretanto, percebe que não há mobilização para busca de melhoria (embora elas ocorram) e que falta uma liderança para organizar as pessoas na Associação de Moradores.

No ano de 1999, com a remoção das casas, a comunidade do Canal do Anil começou a ser dividida, o que teve um impacto sobre o grupo social. Quando perguntados acerca da influência da remoção sobre o desenvolvimento da localidade, os entrevistados consideraram que **houve desenvolvimento para as pessoas que foram para o Jardim Anil**, porque elas ganharam um espaço organizado, com infra-estrutura e título de

propriedade dado pela Prefeitura. O Canal do Anil, por outro lado, ficou abandonado, porque não recebeu nenhuma melhoria.

Os entrevistados apontaram que, nos últimos dez anos, houve melhorias para o Canal do Anil e consideram que houve desenvolvimento local, porém, quando foi colocado o parâmetro da remoção, as pessoas compararam as duas comunidades e consideraram a comunidade do Canal do Anil como inferior.

Quando pensam o desenvolvimento ao longo do tempo na própria comunidade, os entrevistados percebem que muito melhorou nos últimos dez anos. Porém, quando pensam o desenvolvimento em comparação com o Jardim Anil, consideram que no Canal do Anil não houve melhora.

Um aspecto que surgiu na pesquisa foi a percepção de que **as pessoas do Jardim Anil discriminam as pessoas do Canal do Anil** porque se consideram em melhores condições. Relatou-se a ocorrência de conflitos entre as crianças do Canal do Anil e do Jardim Anil no uso da área de lazer, o que também foi verificado no trabalho de observação.

A partir dos dados coletados podemos perceber que a separação da comunidade gerou tristeza para algumas pessoas num primeiro momento, tanto para os que iriam sair quanto para as que iriam ficar, porém, após a mudança, a separação entre os moradores se intensificou e os ganhos materiais de infra-estrutura se refletiram na relação com os moradores do Canal do Anil. Além das entrevistas, observei essa construção da discriminação através do trabalho de observação participante, quando registrei relatos dos moradores do Canal do Anil que comentavam essa característica dos moradores do Jardim Anil.

Os entrevistados consideraram que a obra de remoção das casas e alargamento do rio foi positiva, porque não há mais enchentes e consideraram que a remoção não influenciou o desenvolvimento do Canal do Anil.

A divisão da comunidade do Canal do Anil parece ter afetado o olhar sobre a própria comunidade, uma vez que, quando comparada com o Jardim Anil, ela é percebida como inferior.

Num primeiro momento do processo de remoção, os moradores do Canal do Anil, tanto os que iriam sair quanto os que iriam ficar, sentiram-se tristes e angustiados com a perda de uma parte da comunidade. Como ouvi num relato do trabalho de observação “(...) éramos como uma maçã que foi dividida no meio”. Quando as pessoas removidas decidiram formar uma nova comunidade, com outro nome e outra Associação de Moradores, parece que as pessoas do Canal do Anil vivenciaram uma rejeição. Isso intensificou a separação entre os dois grupos.

No começo, as pessoas não queriam sair da comunidade, não queriam se separar. Depois não queriam mais pertencer à mesma comunidade. Se as pessoas que foram removidas tivessem apenas ido morar nas novas casas sem demarcar uma separação com uma nova comunidade, o sentimento de rejeição dos moradores do Canal do Anil possivelmente teria sido menor.

Em relação à existência de projetos conjuntos entre as duas comunidades foram citados: o Projeto do Esporte, que foi realizado por pessoas das duas comunidades e como forma de mobilização; e os Guardiões do Rio e o Gari Comunitário, que são projetos realizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro. As pessoas entrevistadas não sabiam situar ao certo se os projetos surgidos eram conjuntos ou se eram de uma das comunidades e também contemplavam a outra.

A partir do exposto, podemos concluir que a representação social dos entrevistados acerca do desenvolvimento da localidade é de que atualmente existem mais pessoas buscando um nível melhor de educação formal (universidade e alfabetização), o que foi citado diversas vezes ao longo das entrevistas.

Outros aspectos também reconhecidamente melhores foram a não existência de enchentes, a melhoria do saneamento básico, da água e do tratamento do lixo, que, embora não seja ideal, está melhor que há dez anos atrás.

As pessoas possuem hoje acompanhamento de saúde através do Programa de Saúde da Família. Há também a representação social de que a comunidade está crescendo desordenadamente e está deixando de ser “familiar”.

6.3 A Auto-representação da comunidade do Canal do Anil

As categorias surgidas da análise das entrevistas acerca da comunidade do Canal do Anil foram: **tranqüila, unida, carente, acolhedora** e com uma **Associação de Moradores pouco ativa**.

Ao serem perguntados sobre as características da comunidade, os moradores citaram a **tranqüilidade**. Essa característica é pensada, sobretudo, em contraste com a violência existente em outras regiões do Rio de Janeiro.

“A comunidade é boa. O principal é que aqui não tem violência, não tem tóxico.”

(Katarina)

“É uma comunidade que a gente sai tranqüilo, não tem violência igual a outras comunidades, tiroteio. Isso é a coisa que me prende muito aqui. As minhas crianças saem de casa às vezes, e eu não fico preocupado se vai ter um tiroteio como se vê em outros lugares. É o que me prende nessa comunidade”. (Ariovaldo)

“Gosto porque é um lugar calmo, não tem violência e tiroteio, só muito de vez em quando”. (Bento)

A **tranquilidade** é uma característica que faz parte da representação social acerca da comunidade e pôde ser percebida no trabalho de observação participante também. A partir do contato com o grupo pesquisado, percebeu-se um sentimento de tranqüilidade entre as pessoas no que tange à violência. Elas parecem não possuir medo ao transitar pela

comunidade, ou deixar suas portas abertas (sem tranca). Esse sentimento parece existir porque não há prática de roubo na comunidade. A tranquilidade, característica muito valorizada pela comunidade, decorre do fato de o tráfico de drogas não estar presente e, portanto, não haver a violência de bandidos ou tiroteios, apesar de se tratar de uma favela.

Observou-se, nos contatos, que todos parecem saber que as pessoas que roubam, usam drogas ou traficam devem sair da comunidade ou “desaparecem” por intervenção de grupos coletivamente conhecidos como “polícia mineira” ou apenas “mineira”. As pessoas pertencentes a esses grupos cobram uma taxa dos comerciantes para lhes garantir proteção, vendem terrenos que não lhes pertencem legalmente e controlam as atividades dentro da comunidade. Todos os moradores parecem saber que o confronto ou a oposição aos interesses da Mineira pode levar à morte. Por isso um entrevistado declarou que a Associação de Moradores é fachada para operação da Mineira, que controla a comunidade e permite ou não que os trabalhos sejam realizados.

Em função desses aspectos, as pessoas reclamam que a Associação de Moradores não busca melhorias para a comunidade, mas não podem se opor à mesma. Foi observado que as pessoas sempre se referem à presidente da Associação de Moradores e à “Mineira” em tom de voz mais baixo e com cautela, observando quem está por perto, numa clara demonstração de receio de serem ouvidas ou observadas. Assim, ao mesmo tempo em que há tranquilidade em relação à segurança, também parece existir o medo de indispor-se com esses agentes.

Em função dessa situação, portanto, existe uma coação que limita o que pode ser feito ou dito, bem como impede as pessoas de se mobilizarem contra algo que é de interesse desse grupo mas com o qual não concordam. Atualmente, existem nos arredores três grupos

distintos da “Mineira”: um no Canal do Anil, um no Jardim Anil e um no Gardênia Azul. Quando necessário, se unem para manter o tráfico da Cidade de Deus longe da localidade, inclusive com toque de recolher. Essa dinâmica gera tranquilidade, mas impede a conscientização e a mobilização da comunidade.

Apesar da coação existente, parece haver uma preferência por esse tipo de poder paralelo do que pelo tráfico de drogas. O ideal para a comunidade seria ter a proteção do Estado através da polícia, como é direito dos cidadãos, mas eles sabem que, por morarem numa favela, estão sujeitos a um ou outro poder paralelo.

A categoria **união** foi uma característica citada pelos entrevistados e possui a conotação de solidariedade.

“Não tem violência. Todo mundo é amigo um do outro. Todo mundo é vizinho, como se fossem todos irmãos. Um dando a mão ao outro quando se pode”. (Maria Antonia)

“Eu acho que é uma comunidade unida”. (Karla)

“A comunidade é acolhedora, que acolhe os imigrantes de fora como eu. Uma comunidade humilde que tem as pessoas assim mais unidas uma com a outra. O que pode ser resolvido a gente se une, a gente faz”. (Arnaldo)

Os entrevistados também citaram como característica da comunidade a **pouca união**, mas com um sentido de pouca participação coletiva.

“Eu acho que aqui falta que a comunidade não se une muito e as pessoas aqui, cada um é sempre por si. Se a comunidade fosse mais unida, eu acho que aqui teria mais coisa para outras pessoas”. (Kátia)

“Em outras comunidades, nós temos aqui o Rio das Pedras, que a comunidade é enorme, tem tudo. Ali, naquela comunidade, as pessoas não precisam ir lá fora para adquirir, pra comprar, mas aqui tem esse problema que a gente vê que se houvesse mais interesse, pessoas mais unidas, mais conscientizadas, não seria tão difícil de ser resolvido”. (Ariovaldo)

As características de comunidade unida e pouco unida parecem contraditórias. No entanto, o sentido dado à palavra união não é semelhante. Quando os entrevistados citam a união, o fazem num sentido de solidariedade no âmbito pessoal, enquanto a pouca união é mencionada no sentido de pouca participação coletiva. Esse aspecto pode ser explicado pela ausência de uma liderança que congregue as pessoas e que estaria situada na Associação de Moradores. Ela não une as pessoas, não as mobiliza para buscar melhorias e, quando ocorre a mobilização de grupos isolados, ela não lhes dá apoio. Parece existir o desejo de união e de luta por melhorias, mas há um entrave na própria comunidade, que é causado pela Associação de Moradores.

No trabalho de observação, pôde-se perceber uma boa receptividade da comunidade com as pessoas que não residiam na localidade. Eles mostravam-se solícitos e dispostos a ajudar. E pôde-se observar, igualmente, um comportamento solícito em relação às pessoas que residiam na comunidade e necessitavam de ajuda. Em diversos momentos, observei

moradores doando alimentos para pessoas que estavam necessitando, acompanhando um vizinho até o hospital ou cuidando dos filhos para que pudessem trabalhar, ir ao médico ou resolver problemas pessoais.

A união pode ser observada na comunidade em contextos nos quais as pessoas procuram ajudar seus vizinhos ou amigos necessitados. No entanto, a idéia de união não vem junto com a idéia de mobilização coletiva. A comunidade não consegue, atualmente, ter essa mobilização por falta de liderança e coação, conforme foi observado no trabalho de observação participante.³³ É interessante notar que esse aspecto aparece como uma queixa, pois parece existir um desejo de mobilização. Os moradores mais antigos ainda se recordam de momentos fortes de organização coletiva.³⁴

Os aspectos **união** e **pouca união** surgem nas entrevistas e parecem contraditórios. No entanto, ao analisar as respostas, podemos observar que os entrevistados que se referem à união como um aspecto positivo o fazem com conotação de solidariedade no âmbito privado, enquanto que os que mencionam a pouca união referem-se à não existência de uma organização coletiva para mobilização. Na realidade, uma mesma palavra está sendo empregada com sentidos diferentes no contexto.

A categoria **carente** refere-se aos aspectos que precisam ser melhorados, sobretudo em termos materiais, para que haja qualidade de vida. Isso pode ser observado nas citações a seguir:

“O ruim é que não tem uma água boa, não tem asfalto”. (Katarina)

³³ A esse respeito, ver página 110 - 111.

³⁴ A esse respeito, ver página 109.

“Pobre, pessoas pobres. Pessoas que lutam e outras não. Eu acho assim uma comunidade carente”. (Karla)

“Eu comparo essa comunidade aqui, em alguns momentos, um local onde passou alguma coisa devastando e ficou assim aquele cenário largado. Se tivesse interesse maior das pessoas que cuidam, que moram, eu acho que não seriam coisas tão difíceis de fazer (...) O lado coletivo que poderia acontecer não tem. Se houvesse, eu vejo assim, um lazer para as crianças, uma creche onde a mãe que quiser deixar o filho numa creche mais estruturada. Não tem”. (Ariovaldo)

“E você tem que se adaptar porque não é um lugar ideal para se morar. Não é asfaltado, quando chove vira lama. As pessoas procuram se adaptar ao máximo e têm uma vida muito sofrida”. (Bento)

Nas diferentes perguntas realizadas na entrevista, surgiram vários aspectos de carência, tais como: saneamento básico, asfalto, iluminação, água, lazer e escola, entre outros. As pessoas parecem reconhecer a localidade como carente de muitos elementos básicos.

As pessoas entrevistadas percebem a comunidade como **um local carente que necessita de melhorias**, como um novo asfaltamento da Avenida Canal do Anil, saneamento básico nas áreas que não possuem e espaço para o lazer das crianças. Essas necessidades da comunidade fazem com que as pessoas a percebam como carente.

A categoria da **Associação de Moradores como sendo pouco ativa** surge nas entrevistas conforme podemos verificar na fala dos entrevistados e parece estar associada à pouca participação coletiva.

“Essa característica de passividade que eu acho é tão complicada. A gente queria que as pessoas fossem igual à gente, ativo, eu não sei. Eu gostaria que isso mudasse até para que essa comunidade venha a ter lideranças, que possam através de dialogar. A gente sabe que a gente tem uma Associação que não é muito amiga da comunidade. Então, talvez essa comunidade tenha essa característica por causa disso também.

Se você for fazer um apanhado geral na comunidade eles vão querer saúde, escola, creche, muita coisa, mas eles vão ficar no querer. Não vão batalhar. É isso que eu estou falando, essa comunidade parece que é impedida por uma força que não convém aqui dizer. Que, quando a gente busca melhoria para a comunidade, há um certo grupo de pessoas que sabe como evitar. Parece que a gente quer tomar o lugar deles. É o que acontece. A gente é vetado. A gente vai até certo ponto. Chegou um certo ponto, se essas pessoas não quiserem, a gente não vai.” (Ari)

“Para mim, hoje, a comunidade está bem encaminhada, porque antigamente isso não era assim. Tem vários projetos, várias coisas, mas a gente ainda tem uma Associação que não funciona. Mas o resto caminha”. (Bruno)

Além desses dados, pude, através da observação participante, notar que há um descontentamento com a **Associação de Moradores**, que é percebida como **pouco ativa**.

Mas, ao mesmo tempo, há um medo de se opor a ela e sofrer retaliação. Nas entrevistas, quando se falava da Associação de Moradores, primeiro os entrevistados olhavam ao redor para ver se havia alguém por perto, ficavam tensos e falavam em tom de voz mais baixo.

Entre o ano de 1999, quando fiz a pesquisa de mestrado, e o ano de 2006, houve a mudança do presidente da Associação de Moradores por voto direto. Porém, depois de dois anos, o novo presidente foi “convidado” a se retirar e a antiga presidente assumiu a Associação de Moradores novamente. Em 1999, já havia queixa sobre sua atuação. As mesmas reclamações persistem, porém a coação se intensificou e o medo paira sobre as mentes e os corpos dos moradores da comunidade.

Todos os entrevistados disseram gostar da comunidade, onde têm laços afetivos de amizade e parentesco. Quinze participantes declararam que possuem parentes e/ou amigos na mesma.

“Ah! Gosto. Eu me identifiquei muito com isso aqui. Eu vim de Minas para cá e aqui encontrei conterrâneos e outras pessoas de outros estados também, muitos mineiros, paraibanos, pernambucanos, baianos, capixabas, pessoas da roça, morando tudo aqui. Me identifiquei”. (Arnaldo)

“Adoro. Eu sou apaixonada por essa comunidade. Eu não tenho vontade de sair daqui”. (Kleidir)

“Eu amo morar nessa comunidade” (Maria Antonia)

A partir dos resultados coletados, podemos apreender que os moradores percebem a **comunidade como unida** (solidária), **tranqüila** (sem violência armada), **acolhedora** e, ao mesmo tempo, com **pouca união** (sem organização coletiva), **carente** (com necessidade de infra-estrutura) e com uma **Associação de Moradores pouco ativa**. No trabalho de observação e nas entrevistas, percebi um sentimento de tristeza e indignação pela “desunião”. Este aspecto pode estar relacionado com o desejo de organização e com a busca por melhorias que parecem existir nesse grupo social.

Essa idéia é reforçada pelo fato de existirem projetos voluntários que surgiram no Jardim Anil graças à organização de algumas pessoas e pela conquista da organização coletiva alcançada. As pessoas que saíram da comunidade do Canal do Anil puderam, nessa nova comunidade, dar vazão ao desejo de organização e luta coletiva.

A partir da análise dos dados coletados, foram as seguintes as categorias que surgiram nas entrevistas no que tange ao objeto representação social da comunidade do Canal do Anil acerca de si própria: unida, tranqüila, acolhedora, carente, pouco unida e com Associação de moradores pouco ativa.

6.4 A Representação Social da comunidade do Jardim Anil

No trabalho de observação participante pude perceber que os discursos acerca da comunidade do Jardim Anil seguiam em duas direções: uma que se refere ao reconhecimento de um lugar com uma boa infra-estrutura para viver e outra que se refere ao sentimento de inferioridade da comunidade do Canal do Anil em relação à do Jardim

Anil. No trabalho de observação pude presenciar comentários referindo-se à comunidade do Jardim Anil como sendo composta por pessoas que se consideram melhores.

As categorias surgidas acerca da comunidade do Jardim Anil foram: comunidade com infra-estrutura (**com casas bem arrumadas, lazer e asfaltamento**) **uma comunidade limpa, organizada e com Associação de Moradores ativa**. Os entrevistados percebem a comunidade do Jardim Anil como um lugar bem organizado e com infra-estrutura para morar. Essa localidade foi construída pela Prefeitura e possui um planejamento das casas, das ruas e do espaço de lazer. Esses aspectos são percebidos pelos sujeitos entrevistados.

“Bem melhor do que a nossa que começou há poucos anos atrás e tem mais coisas que nós. Porque lá já tem quadra de esporte, uma Associação que corre atrás para algumas melhorias lá. Mas as casas estão bem melhor e eles estão sempre correndo atrás de algum projeto novo para lá. Como agora eles querem montar uma creche ou escola” (Kátia)

“Então eu vejo que melhorou bastante nesse sentido e com relação também da pavimentação que lá é tudo bem certinho, tudo. As casas são tudo bem alinhadinhas, tem as vilas tudo. Uma casinha do lado da outra, tudo no mesmo sentido, porta, janela tudo para a mesma direção. Tem a rua asfaltada, tem aquela área de lazer e tudo mais.

Eu vejo que lá é um lugar bacana para se criar um filho. É tranquilo. Eles têm título de posse, e nós ainda não temos.” (Armando)

“É uma comunidade bonita. Melhora a cada dia que se passa. O pessoal melhora as casinhas que receberam. Cada um está fazendo do seu gosto, do seu jeito. Só está crescendo com a Associação. Daqui a uns dias terão um projeto de fazer uma escola lá e também um postinho médico. E eu acho que vai ser feito, porque o povo lá está se unindo mais.” (Arnaldo)

“Eu vejo o Jardim Anil organizado, limpo. Você não vê nada destruído né? Tá tudo em ordem. Então eu acho muito legal ali.” (Ariovaldo)

Além dos aspectos físicos, foram citados aspectos da dinâmica comunitária que são considerados positivos, como a união das pessoas e a Associação de Moradores mais ativa.

No trabalho de observação participante, pude, igualmente, perceber que as pessoas parecem considerar que a Associação de Moradores da comunidade do Jardim Anil é mais ativa e busca projetos e melhorias. Alguns também consideram que as pessoas mais ativas que residiam no Canal do Anil foram para o Jardim Anil, o que faz com que haja mais mobilização coletiva nessa comunidade.

Os entrevistados consideram **que é uma comunidade melhor que o Canal do Anil e mais unida**. A comunidade do Canal do Anil cresceu sem planejamento e sem infra-estrutura de saneamento e lazer. É uma comunidade formada por ruas e becos, com casas de diferentes tamanhos e arquiteturas. Isso confere à localidade um aspecto de desordem na espacialidade. Quando os entrevistados comparam as duas comunidades, consideram que o Jardim Anil é melhor porque possui o planejamento do espaço que o Canal do Anil não possui, além do fato de que seus moradores têm título de posse.

“Eu vejo ali uma comunidade boa. Tudo certinho. Quer dizer, alguma coisa que aqui dentro poderia ser e não é.” (Katarina)

“Eu acredito que seja uma comunidade mais tranqüila porque tem o seu lugar fixo. Não tem aquela preocupação de se um dia vai sair ou não. Mais limpa, mais unida. Acho que é uma boa coisa para eles, eles estarem juntos.” (Kleidir)

“Eu vejo, como eu falei antes, é invejável. Lá tem tanta coisa... A gente percebe que, mesmo sendo moradores que eram do Canal do Anil, hoje eles estão mais unidos. Além da infra-estrutura, assim, perfeita, eles têm projetos de fazer uma creche, escola futuramente. É muito legal isso.” (Ari)

“Unidos, como era aqui. Inclusive minha irmã mora lá e está feliz de estar lá. Eu fico feliz de vê-los bem, melhor do que nós aqui.” (Beto)

“Eles estão agora tentando colocar uma escola lá dentro. Uma coisa fundamental para gente, que tira essas crianças da rua.” (Bruno)

Quatro entrevistados citaram aspectos negativos da comunidade do Jardim Anil, que são **pessoas fechadas e egoístas e pessoas que se sentem melhores do que as pessoas do Canal do Anil.**

“A comunidade do Jardim Anil é grande, mas está se isolando do lado de cá. Está virando uma outra comunidade. Eu acho que afeta porque, conforme essas divisões

vão surgindo, mais fechamento, mais briga, mais desunião. Daqui a pouco, os que estão aqui não querem ir para lá, e os que estão lá não querem vir para cá.”

(Maria Tereza)

“Eu acho que, pelo fato deles ganharem essa casinha pintadinha com portão de alumínio, eu acho que subiu para a cabeça. As pessoas acharam que podiam subir num salto que não existe. Mas eu acho que realmente se perdeu aquilo – o amor pelo outro ficou uma coisa muito individual. E lá dentro acontece o mesmo.

As pessoas daqui também mudaram quando as pessoas foram para lá. Eu acho que eles olham assim e falam: - eram uns pobres moravam na beira do rio, cheiravam valão e agora, só porque estão lá, numa rua asphaltada, numa casinha melhor, acham que podem mais do que a gente. Não que só o pessoal do Jardim Anil seja o culpado por tudo isso.” (Mônica)

“A gente pode ver por dois ângulos. Porque parece que sempre tem projetos para lá, para aquelas casinhas do Jardim Anil. Sempre tem festa de crianças, e a gente vê nos moradores a divisão. Não existe aquele ‘eu que era do Canal do Anil, agora que estou no Jardim Anil, ainda sou do Canal do Anil’, não. Parece que eles não se consideram mais da comunidade do Canal do Anil. Claro que eles formaram outra comunidade, mas é vizinho. Aqui do lado, praticamente. Isso é uma forma negativa. Por exemplo: lá tem quadra, lá tem lazer, coisa que a gente não tem aqui no Canal do Anil. Algumas crianças que vão daqui para lá são discriminadas. Sempre tem aquele negócio: a beira do rio, os favelados. Acho que é uma parte negativa dos moradores em relação a essa indiferença com a gente”. (Karla)

“Eu acho que o povo daqui, apesar que tem alguns que falam assim, o pessoal lá ficou metido. Não a maioria, com certeza, não vê por esse lado. Tem parentes e amigos, continuam graças a Deus, por Deus ter ouvido as preces e ter enviado alguém para ajudá-los a eles. Então, não fala não tem esse negócio de diferença não.” (Arnaldo)

“Ora, eu acho que, falando de moradia, positivamente, mas, falando de pessoas, não creio que foi tão positivo não, porque eu acho que a comunidade ficou muito dividida. Ficou muito aquela coisa tipo lado A e lado B, sabe? Parece que a gente está num baile Funk. Que quando as crianças do lado B vão para a praça do lado A, aí a briga já começa. Daqui pouquinho vêm os policiais, que são as mães e os pais, e separa os lados. Então, eu acho que a comunidade ficou muito separada. Não continuou a ser aquela coisa que caminhava junto.” (Mônica)

Em relação ao aspecto físico, as pessoas entrevistadas percebem a comunidade do Jardim Anil como **bonita e com infra-estrutura**. E percebem, igualmente, que os aspectos físicos causaram uma mudança nas pessoas – aspecto humano –, que não é percebida como positiva: o **sentimento de superioridade** e, como consequência, **a discriminação**.

Os entrevistados consideram que é uma comunidade melhor que o Canal do Anil, mais limpa, mais organizada e unida. Esses mesmos itens apareceram ao longo das entrevistas como queixas acerca da comunidade do Canal do Anil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento é um tema complexo que envolve múltiplos aspectos, sobretudo na sociedade globalizada. A principal forma de aferi-lo, até a década de oitenta, era através do Produto Interno Bruto que avaliava a produção de uma região ou país. A partir da década de noventa, com as mudanças de paradigmas, novos elementos e formas de avaliação foram incorporados aos critérios de medidas. A produção ainda constitui fator importante, porém os aspectos sociais e humanos precisam ser, igualmente, considerados na avaliação do desenvolvimento.

As mudanças ocorridas nesse campo foram o resultado de discussões que envolveram os diferentes segmentos sociais, que gradativamente construíram as idéias de que o bem-estar humano e a qualidade de vida de um grupo social devem ser objetivos do desenvolvimento, e que o meio ambiente e a cultura devem ser preservados em vista do humano. Neste estudo, o grupo social analisado percebe os aspectos de infra-estrutura, de educação, de saúde e de lazer como elementos do desenvolvimento.

Os grupos sociais produzem representações que estão presentes nas interações humanas e influenciam os comportamentos dos sujeitos na vida em grupo e a percepção que estes possuem sobre a realidade. Segundo Moscovici (2005), o que o grupo social pensa sobre seu modo de vida e os sentidos e imagens que conferem aos objetos, fatos e pessoas constituem a realidade que é partilhada dentro dele. Desse modo, as representações que a comunidade possui acerca de seus objetos e situações constituem a realidade desse grupo e influenciam as ações que são possíveis nesse universo.

No presente trabalho, procurei compreender como o grupo de moradores do Canal do Anil representa o desenvolvimento local. Nos resultados obtidos, pude compreender

como esse grupo representa a comunidade do Canal do Anil, como percebe o aspecto do desenvolvimento local, como a obra de remoção influenciou a percepção dos sujeitos sobre o próprio grupo e como representam a comunidade do Jardim Anil.

A localidade do Canal do Anil pode ser considerada uma comunidade, porque além do espaço territorial comum, existem laços de vizinhança e parentesco entre seus moradores. Muitas pessoas residem há mais de vinte anos no local, e o contato entre elas é intenso: os vizinhos se conhecem, as crianças brincam juntas na rua e as pessoas possuem em comum as histórias vividas na localidade, sobretudo aquelas construídas na angústia das enchentes. Os aspectos de solidariedade e de relações de amizade e parentesco parecem criar um sentimento de pertencimento à comunidade e de segurança, que são dois elementos importantes na constituição da idéia de comunidade e que é fortalecido pela proximidade territorial. Na comunidade do Canal do Anil, existem ambos os sentimentos, sendo que o de estar protegido vincula-se à tranqüilidade e à segurança mantida pela “polícia mineira”.³⁵

A partir da análise dos dados coletados, pude perceber que o grupo analisado valoriza diversas características da comunidade, o que parece funcionar como um incentivo para a busca de melhorias. Esse aspecto pode ser percebido no desejo que as pessoas têm de se organizarem para buscar melhorias, embora haja dificuldades para uma mobilização coletiva em função da “polícia mineira”. Esses elementos fazem com que a representação da comunidade esteja constituída a partir dos elementos **solidária** e **tranqüila**, mas **pouco participativa** e **com ausência de uma liderança que congregue as pessoas na busca por melhorias**. Podemos perceber que as pessoas entrevistadas gostam de morar na comunidade e que os atributos **tranqüilidade** e **relações pessoais** são para eles os mais significativos.

³⁵ A esse respeito ver página 110

No terceiro capítulo deste trabalho nos referimos ao processo de desenvolvimento que deve ser constituído a partir das características do grupo em questão. Na comunidade do Canal do Anil, o desenvolvimento teve início em função da solidariedade e conduziu a projetos que visavam à melhoria da qualidade de vida dos membros da comunidade. Inicialmente, não foram projetos remunerados ou vinculados a empresas ou ao governo. Surgiram como fruto da característica de solidariedade, sobretudo após a catástrofe de 1996.³⁶

Os projetos realizados na comunidade têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores, alguns com ênfase na melhoria da educação e da saúde, outros com ênfase em capacitação para geração de renda. A participação de pessoas da comunidade, através de projetos, possibilita a adequação dos mesmos à realidade local.

Partindo da premissa de que na sociedade ocidental desejar o desenvolvimento é algo valoroso (Rist, 1996), a comunidade do Canal do Anil o deseja, sobretudo, na realização de suas necessidades e na aspiração de uma vida com mais qualidade. Nesse sentido, desejar o desenvolvimento é percebido como algo positivo. Segundo Furtado (1984), o desenvolvimento possui um sentido positivo porque contém a idéia de realização das potencialidades do homem e/ou do grupo social.

Assim, o desenvolvimento implica alcançar um estágio melhor do que o anterior em aspectos que o grupo social considere relevante. Na comunidade do Canal do Anil, vimos que os aspectos considerados para avaliar o desenvolvimento da comunidade foram: saúde, educação, lazer e infra-estrutura. Com relação aos dois primeiros aspectos, as pessoas entrevistadas observam melhorias, enquanto consideram que a melhora é parcial com

³⁶ A esse respeito ver página 111

relação à infra-estrutura, pois, apesar do alargamento do rio, da melhora da qualidade da água e do tratamento do lixo, não parece ter havido melhoria com relação ao esgoto e à condição das ruas.

Na percepção dos moradores, a comunidade do Canal do Anil se desenvolveu porque, após as obras realizadas em função da grande enchente de 1996, os moradores se sentem mais seguros e podem investir em suas casas. O início do funcionamento do Centro de Saúde (PSF), na mesma época, é também destacado como desenvolvimento no aspecto atendimento à saúde. No aspecto educacional, existe, igualmente, a percepção de uma melhora porque existem pessoas se alfabetizando e estudando na universidade. O nível educacional da comunidade está sendo percebido como melhor do que há dez anos atrás. Segundo a percepção dos moradores, eles agora possuem um acompanhamento na saúde e os que estão estudando conseguem um emprego melhor, o que tem oferecido uma melhor qualidade de vida à comunidade.

O poder público é apontado pelos moradores como responsável por alguns dos fatores de desenvolvimento, como alargamento do rio e a realização dos Programas Gari Comunitário e Guardiões do Rio, resultados de uma parceria da Prefeitura com a Associação de Moradores. Nos demais aspectos que são responsabilidade do poder público, não há investimento em melhoria, e os moradores reconhecem que a mobilização seria fundamental para obter resultados. Os aspectos que os entrevistados reconhecem que estão melhor, saúde e educação, são objetos constantes de confronto com a Prefeitura para serem mantidos.³⁷

Os diferentes modelos de desenvolvimento propostos atualmente consideram importante a participação da comunidade, porque é esta que pode apontar as necessidades e

³⁷ No caso da saúde, a comunidade precisa lutar pela manutenção do Programa de Saúde da Família e, no caso da educação, pela utilização do espaço da escola municipal para o funcionamento do Pré-vestibular Comunitário, ambos de iniciativa local e com participação das pessoas da comunidade.

aspirações do grupo. Esse aspecto é assinalado pelos teóricos do modelo de Desenvolvimento Endógeno (Hô, 2006 e Cao Tri, 1988) e pelos teóricos do Desenvolvimento Local (Dowbor 1997, Pecqueur, 2000 e Teisserenc, 1994), que também consideram a importância da identidade cultural, que cria um sentimento de pertencimento, como fundamental para que ocorra o desenvolvimento e o investimento na melhoria da localidade. No processo de construção de um desenvolvimento local, a participação e a mobilização do grupo social são fundamentais, posto que são os sujeitos que conhecem as necessidades e a cultura própria da localidade. A participação comunitária é importante mesmo nas ações planejadas pelo governo, tanto para auxiliar no planejamento, quanto na execução e manutenção das ações ou da melhoria alcançada. Devemos considerar que se faz necessário, por vezes, a capacitação de lideranças locais para o desenvolvimento de projetos. Maciel (2003) assinala que a população que reside na localidade é quem melhor conhece a região e, portanto, deve participar do processo desde a identificação das necessidades até a proposição de soluções e a manutenção sustentável do projeto de desenvolvimento.

Na comunidade do Canal do Anil, podemos perceber a existência de diversos projetos iniciados e mantidos por voluntários, mas sem articulação com os demais projetos existentes e sem um planejamento amplo e sistemático para o desenvolvimento da localidade. A Prefeitura paga os Garis Comunitários, o Centro de Saúde faz o trabalho de orientação acerca do tratamento do lixo, mas não há uma articulação ou trabalho conjunto entre os diferentes agentes comunitários. Apesar da participação dos sujeitos nos projetos, não há uma mobilização mais extensiva do grupo social, assim como não existem lideranças locais que se organizem para planejar conjuntamente ações de desenvolvimento.

Na representação social do grupo estudado, a participação é percebida como um elemento propulsor do desenvolvimento, e a Associação de Moradores é considerada a instituição que deveria trabalhar no sentido de buscar melhorias e organizar as pessoas para a busca. No que se refere ao governo, este somente realizará melhorias através de um processo de organização e luta dos membros da comunidade. Essa visão talvez exista em função da história da comunidade, que no passado se organizou a partir de uma liderança comunitária e buscou melhorias, além de ter três centros que constantemente enfatizam a importância da participação, que são o Centro de Saúde, a Capela de São Pedro e o Pré-vestibular Comunitário. Todos esses elementos têm contribuído para a construção de uma representação na qual o desenvolvimento da localidade depende da participação das pessoas.

O aspecto de participação na comunidade é influenciado pelo desejo de investir na busca de melhoria. Essa busca, por sua vez, é impedida pela ausência de mobilização coletiva e pela ausência de uma liderança na Associação de Moradores que congregue as pessoas, organize e planeje as ações de desenvolvimento.

No século XXI, o espaço local tornou-se o lugar privilegiado para o desenvolvimento. É nesse espaço que a organização social pode criar condições de gestão que procurem parcerias para o desenvolvimento. Na comunidade estudada, no entanto, o “gestor” que a representa oficialmente, a Associação de Moradores, não possui uma conduta ativa de planejamento de ações de desenvolvimento, o que caracteriza para o grupo uma perda.

O desenvolvimento local pode ocorrer por iniciativa de lideranças locais ou por iniciativa do governo. Em ambas as situações, o planejamento é importante para que as ações alcancem o objetivo proposto e para que haja uma complementação entre as

mesmas. Quando as ações ou projetos que visam à melhoria da qualidade de vida não estão integrados num planejamento mais amplo, que contemple diferentes aspectos, o desenvolvimento ocorre de forma fragmentada, o que se pode perceber na melhora de alguns aspectos, porém não de forma integrada. Podemos considerar que, na comunidade do Canal do Anil, o desenvolvimento percebido pelos moradores é parcial, porque ocorre nos aspectos de educação, saúde e alargamento do rio e não ocorrem em aspectos como infra-estrutura e lazer.

A idéia difundida na década de 90 de “pensar globalmente e agir localmente” propunha um planejamento e uma ação global, que se concretiza na agenda 21 local. Na comunidade do Canal do Anil, não há um planejamento governamental com estratégia global e nem um órgão dentro da comunidade que tenha um planejamento de ação local. As ações ocorrem circunstancialmente, com o surgimento de oportunidades, como no caso de cursos ou atividades que encontram espaço na localidade.

Essa questão do desenvolvimento nos remete, nessa comunidade e em outras dos arredores, à questão da “polícia mineira”, que funciona como um poder paralelo ao Estado. Ao mesmo tempo em que garante tranquilidade, ela também impede que a comunidade tenha maior consciência política, organização e mobilização. Esse aspecto é agravado em função do fato de que os membros desse poder paralelo visarem cargos políticos na Câmara de Vereadores e na Assembléia Legislativa. Poderíamos dizer que hoje esse poder paralelo é o que garante tranquilidade e, ao mesmo tempo, é um entrave ao desenvolvimento da comunidade.

A busca de um desenvolvimento que possibilite a melhoria da qualidade de vida de um grupo social envolve diferentes elementos, que precisam ser coordenados por lideranças que possuam autonomia para planejar e agir. Em localidades onde as lideranças e a

população são vigiadas e cerceadas, somente um desenvolvimento parcial poderá ocorrer, porque faltarão mobilização e ação necessárias à busca de um desenvolvimento integral.

Neste trabalho, pude observar como diferentes elementos interagem na construção de um desenvolvimento local e que a representação social que o grupo possui pode exercer influência sobre esse processo.

No que tange ao processo de remoção das casas, a Prefeitura não teve nenhuma política que promovesse um debate com a comunidade e não houve nenhum trabalho social para reorganização comunitária do Canal do Anil. Com a formação de uma nova comunidade – Jardim Anil – a partir da remoção, passaram a existir dois grupos sociais diferenciados que possuem relações entre seus membros.

Diversos autores têm pesquisado, tanto no campo da Psicologia Social, quanto no campo da Sociologia e da Antropologia, a questão do contato entre diferentes grupos sociais e possíveis conseqüências a partir dessa relação. No contato entre grupos diferentes haverá, certamente, hábitos, culturas e representações acerca do próprio grupo e dos outros grupos sociais, que são fruto de um processo histórico e são construídos de forma dinâmica.

O contato com outro grupo de características diferentes pode interferir na percepção que um grupo tem sobre si próprio de forma construtiva e contribuindo para o seu desenvolvimento ou afetando propriedades essenciais da cultura local, a representação social e o valor que são atribuídos ao próprio grupo (Verhelst, 1992).

Vimos que, na comunidade do Canal do Anil, o contato com um novo grupo, o Jardim Anil, tem produzido mudanças na percepção do desenvolvimento local e mesmo um fechamento diante deste outro. Alguns entrevistados assinalaram que os moradores do Jardim Anil possuem um discurso depreciativo sobre eles (“favelados”).

Nos dados, houve a percepção de inferioridade e a desqualificação do próprio grupo quando comparado com a comunidade do Jardim Anil. Isso pode interferir no desenvolvimento, pois influencia o desejo de busca por melhorias. Em diversos momentos das entrevistas, algumas pessoas se referiram à comunidade do Jardim Anil como ainda sendo Canal do Anil. Em outros momentos, a formação de outra comunidade – o Jardim Anil – foi citado como algo negativo. O grupo que permaneceu no Canal do Anil vivenciou a remoção como uma perda, sentiu a saída física das pessoas e das casas do lado esquerdo do rio e, depois, o fato de se constituir uma nova comunidade.

No caso em questão, a representação social acerca da comunidade pode influenciar o investimento na busca de melhoria. Essa representação social, por sua vez, pode ser influenciada pelos aspectos de desconstrução do grupo (remoção) e reconstrução de um novo grupo social considerado melhor (comunidade do Jardim Anil).

Nesse ponto, faz-se necessário considerar a importância da valorização, conforme aponta Kovacs (1994), das características da comunidade pelo próprio grupo para que haja investimento na busca do desenvolvimento.

A preservação da cultura e da identidade local é importante para que a comunidade tenha confiança em sua capacidade e valorize suas características. Na comunidade do Canal do Anil, em função da remoção de parte do grupo e da formação de outra comunidade, formou-se uma representação social que, em comparação com o Jardim Anil, é de inferioridade. Esse fato pode comprometer a confiança do grupo e mesmo o investimento na busca de melhoria da qualidade de vida. Pude ver que, desde a remoção em 2000, não houve o surgimento de novos projetos na comunidade do Canal do Anil. Os que surgiram foram por iniciativa do Jardim Anil, onde as pessoas valorizam a comunidade local.

Na comunidade do Canal do Anil existe um sentimento de união e de pertencimento. As pessoas gostam do lugar onde moram. Esses elementos são importantes para buscar o desenvolvimento através do investimento na melhoria do local. Por outro lado, observamos a recente construção de uma representação social de inferioridade. Ambas as representações coexistem e podem estar impedindo a busca de melhorias na comunidade do Canal do Anil desde a remoção das casas. Os projetos que existem são anteriores à remoção. Nesse grupo social, seria importante um trabalho e uma discussão dos elementos de comparação e disputa que passaram a existir entre as comunidades.

Os aspectos de valorização das características da comunidade, a construção de uma nova delimitação e de uma nova identidade a partir da remoção de parte desse grupo e seus conflitos são elementos diretamente ligados ao desenvolvimento local pelo viés do investimento e da participação na melhoria da comunidade.

Para que haja investimento, é necessário que o local seja valorizado e que sua circunscrição seja delimitada. Vimos que também é necessário que haja lideranças locais que mobilizem e unam as pessoas, mas esse fator é delicado na comunidade e as possíveis lideranças se sentem coagidas. No entanto, apesar do poder paralelo e da dificuldade de organização coletiva e de planejamento para gestão, as pessoas entrevistadas consideram que houve desenvolvimento nos aspectos de saúde e educação.

A proposta do desenvolvimento local comunitário é uma alternativa para viabilizar benefícios concretos para as camadas sociais desfavorecidas, porque faltam políticas governamentais que gerem melhor distribuição de renda, bem como falta à ideologia neoliberal o interesse real pelo bem-estar humano como ideal. Segundo Freire (1997), os avanços científicos e tecnológicos deveriam responder aos interesses humanos, pois em muitos momentos têm funcionado como geradores de desemprego e pobreza. Para esse

autor, a finalidade do conhecimento deve ser o bem-estar humano e, portanto, existe no avanço tecnológico uma questão ética e política que deve nortear a busca e a aplicação do conhecimento e da tecnologia.

Este é o grande desafio deste século: conseguir inserir no processo de desenvolvimento e globalização a importância do bem-estar humano. Para alcançar esse objetivo é necessário que o projeto de desenvolvimento considere as características e as necessidades locais, que haja participação e formação de lideranças da localidade e que, sobretudo, o desenvolvimento tenha como objetivo a qualidade de vida da população envolvida.

A sociedade globalizada encontra-se em processo dinâmico, repensando a governança mundial e as novas tecnologias, pois estas não podem estar a serviço apenas de uma parcela da população. É necessária a construção de um desenvolvimento pautado na ética e na solidariedade, que seja socialmente justo e economicamente viável para que a sustentabilidade possa ser alcançada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AROCENA, J. **Le développement par l'initiative locale. Le cas français.** Paris: L'Harmattan, 1986.

AZEVEDO, F. de. **A Cultura Brasileira.** 6ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília, Editora UNB, 1996.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: edições 70, 1994.

BARTOLI, H. Os direitos do homem, fundamentos de um desenvolvimento humano durável: repensar o desenvolvimento e acabar com a pobreza. In: Maciel, T. (org.) **Caminhos para o desenvolvimento século XXI.** Rio de Janeiro: UFRJ/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável da UFRJ/EICOS, 2006.

_____. **Répenser le Développement: En finir avec la pauvreté.** Paris:UNESCO/Economica, 1999.

BAUMAM, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia.** São Paulo: Ática, 1993.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1994.

BOFF, L. **Saber Cuidar. Ética da Homem – compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIN, A. **A questão local.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRITO, D. C. de; RIBEIRO, T. G. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, vol 6, nº 1, p. 47-64, 2003.

CAO TRÌ, H. (org.) **Dèveloppement endogène, aspects qualitatifs et facteurs stratégiques**. Paris: UNESCO, 1988.

CONNOR, S. **Teoria e valor cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do Local ao Global**. São Paulo: Papyrus, 1998.

COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papyrus, 1995.

D'ÁVILA NETO, M.I. Os “novos pobres” e o contrato social: receitas de desenvolvimento, igualdade e solidariedade, seus mitos, laços e utopias. **Arquivos Brasileiros de Psicologia, Sociedade e Ecologia**, Rio de Janeiro, v. 50, nº 4, out/dez, 1998.

DE MASI, D. **Ócio Criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

DOWBOR, L. Globalização e tendências institucionais. In Dowbor, L.; Ianni, O.; Resende, I. A. (orgs.) **Desafios da Globalização**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. A reinvenção do futuro. In: Freitas, M.C. (org.) **A reinvenção do futuro**. São Paulo: Cortez, 1996.

DURKHEIM, É. **A ciência Social e a ação**. São Paulo: DIFEL, 1975.

_____. **Durkheim – Os Pensadores**. São Paulo: Abril cultural, 1978.

DUSSEL, E. **O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUVEEN, G. Introdução: o poder das idéias. In Moscovici, S. **Representações Sociais: investigação em Psicologia Social**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 2005.

FARR, R. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: Guareschi, P.; Jovchelovitch, S. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FEARHERSTONE, M. Localismo, globalismo e identidade cultural. In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, v. 11, nº 1, p. 9 – 42, jan/jun, 1996.

FERREIRA, A.B.H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 6ª edição. Curitiba: Positivo, 2005.

FERRER, A. Nouveaux paradigmes technologiques et développement durable: une perspective latino-américaine. In: Houtart F. **Alternatives Sud, quel développement durable pour le Sud ?** Paris: Harmattan, vol. II, 1995.

FRANCO, M.L.P.B. Representações Sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, vol 34, nº 121, p. 169-186, Jan/abril, 2004.

FREIRE, P. Globalização, ética e solidariedade. In: Dowbor, L.; Ianni, O.; Resende, I.A. (orgs.) **Desafios da Globalização**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para gestão local. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, nº 9, p.115–148, jul/dez, 2001.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GOLDMANN, L. **Ciências e Filosofia: que é a Sociologia ?** São Paulo: DIFEL, 1976.

GUMUCIO, C. P. Modeles Culturels et développement durable: une vision du Sud. In: Houtart, F. **Alternatives Sud, quel développement durable pour le Sud?** Paris: Harmattan, vol. II, 1995.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALL, S. A **Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HÔ, P.N. O desenvolvimento endógeno como alternativa, potencialidades e obstáculos ao seu desdobramento. In: Maciel, T. (org.) **Caminhos para o desenvolvimento século XXI**. Rio de Janeiro: UFRJ/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável da UFRJ/EICOS, 2006.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 6ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

HOUTART, F. Développement, environnement e rapports sociaux In. Houtart, F. **Alternatives Sud, quel développement durable pour le Sud ?** Paris: Harmattan vol. II, 1995.

IANNI, O. A política mudou de lugar. In: Dowbor, L.; Ianni, O.; Resende, I.A. (orgs.) **Desafios da Globalização**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório sobre desenvolvimento humano, 1996**. PNUD. Relatório sobre desenvolvimento humano, 1995.

JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

_____. Representations sociales: um domaine em expansion. In: Jodelet, D. (org) **Les representations sociales**. Paris: PUF, 1989.

_____. *Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie*. In: Moscovici, S. (org) **Psychologie Sociale**. Paris: PUF, 1984.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: Guareschi, P.; Jovchelovitch, S. (orgs) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

KOLTAR, C. O estrangeiro no processo de globalização ou a insustentável estrangeiridade do outro. In: Dowbor, L.; Ianni, O.; Resende, I.A. (orgs.) **Desafios da Globalização**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

KÓVACS, M. **La dimension Culturelle du développement**. Paris: UNESCO, 1994.

LESSA, C. **Auto-estima e desenvolvimento social**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MACIEL, T. (org.) **Caminhos para o desenvolvimento - século XXI**. Rio de Janeiro: UFRJ/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável da UFRJ/EICOS, 2006.

_____. Da sustentabilidade à sustentabilidade do ser: por um Desenvolvimento Humano Durável. In: D'Ávila Neto, M. I.; Pedro, R. M. L. (orgs.) **Tecendo o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: MAUAD: Bapera Editora, 2003a.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento – séc. XXI**. Rio de Janeiro: Gráfica do livro, 2003b.

_____. Contribuições da ecologia humana para Psicologia Social moderna: perspectivas para uma Ecologia Social. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia. Sociedade e Ecologia**. Rio de Janeiro, v. 50, nº 4, p. 22-33, out/dez, 1998.

MATOUÇ, J. **Mondialisation altermondialisation**. Paris: Milan, 2005.

MINAYO, M.C. O conceito de representação social dentro da sociologia clássica. In: Guareschi, P.; Jovchelovitch, S. (orgs) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações individuais. In Jodelet, D. (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

_____. **Representações Sociais: investigações em Psicologia Social**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MITCHEL, G. D. **Novo dicionário de sociologia**. Porto: Rés, 1968.

MORIN, E.; SILVA, J. M. (org.) **As duas globalizações. Complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

NASCIMENTO, E. P. do . Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade. In: Dowbor, L.; Ianni, O.; Resende, I. A. (orgs.) **Desafios da Globalização**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

NEGRI, A.; COCCO, G. **Gobal: biopoder e luta em uma América Latina globalizada**. São Paulo: Record, 2005.

NISBET, R. A “comunidade”. In: FORACCHI, M.; MARTINS, J. de S. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Itc, 1977.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ORLANDI, E. P. **Terra à Vista ! Discurso do confronto: velho e novo mundo.** São Paulo: Cortez/ Universidade de Campinas, 1990.

ORTIZ, R. Mundialização, cultura e política. In Dowbor, L.; Ianni, O.; Resende, I.A. (orgs.) **Desafios da Globalização.** 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

PAIVA, R. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

PECQUEUR, B. **Le Développement Local.** Paris: Syros, 2000.

RIST, G. **Le Développement: histoire d'une croyance occidentale.** Paris: Presses de sciences Po, 1996.

ROBERTSON, R. **Globalização: teoria social e cultura global.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Valores e globalização: comunitarismo e globalidade. In: Mendes, C. (org.) **Pluralismo cultural, identidade e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

RUBIO, F.V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 32ª edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

SÁ, C. P. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: Spink, M. J. (org.) **O conhecimento no cotidiano.** São Paulo: Brasiliense, 1993a.

_____. Sobre a circunscrição do conceito de representação social. **Revista Psicologia: reflexão e crítica,** Porto Alegre, v. 6, nº1/2, p. 107 – 113, 1993b.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SAID, E. W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAWAIA, B.B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: Campos, R. H. de F. (org). **Psicologia social comunitária da solidariedade à autonomia**. 8º ed. Petrópolis:Vozes, 2002.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. da C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 2, p.580-588, mar/abril, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, L. A. G.; LOBO, V. da C. **Desvendando a Barra da Tijuca e Jacarepaguá**. Rio de Janeiro: Jornal Abaixo Assinado, 2006

SLIWIANY, R. M. **Sociometria: como avaliar qualidade de vida**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SHIMIZU, A. de M.; MENIN, M. S. de S. Representações Sociais de lei, justiça e injustiça. **Revista Estudos de Psicologia**, São Paulo, v. 9, nº 2, p. 239-247, 2004.

SOCZKA, L. Para uma perspectiva ecológica em Psicologia Social. In: Vala, J.; Monteiro, M. **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Caluste, 1993.

SPINK, M. J. **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TEISSERENC, P. **Les Politiques de developpemente Local**. Paris: Econômica, 1994.

TODOROV, T. **A conquista da América, a questão do outro.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1990.

VALA, J. Representações sociais – para uma Psicologia Social do pensamento social. In: Vala, J.; Monteiro, M. B. (org) **Psicologia Social.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável e o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERHELST, T. G. **O direito à diferença, identidades, culturas e desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 1992.

VILLAS, V. Diez tesis sobre la mundializacion. In: D' Ávila Neto, M. I. (org.) **Desenvolvimento Social: desafios e estratégias.** Vol.II. Rio de Janeiro: Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável, UFRJ/EICOS, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA, B. **Fronteiras múltiplas, identidades plurais**. São Paulo: SENAC, 2002.

ANDER-EGG, E. **Técnicas de investigación social**. Buenos Aires: Magistério del Rio de la Plata, 1993.

_____. **Os métodos em sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

ARENDT, H. **A condição Humana**. 10^a edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ARENDT, R. O conceito de comunidade e o pós-moderno. In: Vasconcelos, N. A. (org.) **Comunidade, meio ambiente e qualidade de vida. Coletâneas da ANPEPP**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 3, p. 9 - 20, setembro, 1996.

BAL, M. B. de. **La tentation Communautaire, les paradoxes de la reliance et de la contra-culture**. Bruxelles: De l'Université de Bruxelles, 1985.

BURGOS, M. B.(org.) **A utopia da comunidade, Rio das Pedras uma favela carioca**. Rio de Janeiro: PUC/Rio; Loyola, 2002.

CAMPOS, R. H. de F.; GUARESHI, P. (orgs.) **Paradigmas em Psicologia Social**.Petrópolis: Vozes, 2000.

CANCLINI. N. G. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CHINOY, E. **Sociedade, uma introdução à sociologia**. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975.

CONNOR, S. **Cultura Pós-moderna, introdução às teorias contemporâneas**. São Paulo: Loyola, 1993.

COSTA, A. F. da. Identidades culturais urbanas em época de Globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, nº 48, p. 15 – 30, fevereiro, 2002.

D' ÁVILA Neto, M. I. A Porta, a Ponte e a Rede. Reflexões para Pensar (o conceito de) Rede e (o conceito de) Comunidade. In: D' Ávila Neto, M. I.; Pedro, R. M. L. (orgs.) **Tecendo o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: MAUAD; Bapera Editora, 2003

_____. (org.) **Desenvolvimento Social: desafios e estratégias**. Vol.II. Rio de Janeiro: Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável, UFRJ/EICOS, 1995.

DELLA TORRE, M.B.L. **O homem e a sociedade, uma introdução à sociologia**. 15ª edição. São Paulo: Nacional, 1989.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

DUSSEL, E. **1492 o encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUVIGNAUD, J. **A solidariedade: laços de sangue, laços da razão**. Lisboa: Instituto Jean Piaget, 1986.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYER, H. Comunidade e sociedade como estruturas histórico-sociais In. Fernandes, F. (org.) **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

GEERTZ, C. **O saber Local**. Petrópolis:Vozes, 1999.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na sociologia**. Petrópolis:Vozes, 1995.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1999.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. et al. **Psicologia Social Comunitária, da solidariedade à autonomia**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAUWE, P. C. de. A organização social no meio urbano. In: Velho, O. G. (org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MAAR, W. L. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MACIEL, T. Concepções e representações sociais da Ecologia e do Meio Ambiente em diferentes áreas da comunidade científica da UFRJ. In: Vasconcelos, N. A. (org.) **Comunidade, meio ambiente e qualidade de vida. Coletâneas da ANPEPP**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 3, p.83-89, setembro, 1996.

_____. **O ambiente inteiro**. Rio de Janeiro:UFRJ,1991.

MORSE, R. M. **O espelho de próspero, cultura e idéias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PREUS, M. R. G. Sociologia, Psicologia e a Cidade. In: Nóbrega, N. P. (org.) **Série Documenta EICOS** . Rio de Janeiro, ano III, nº 6, p.45-50, 1995.

_____. A dinâmica do Espaço sócio-simbólico na visão de Pierre Bourdieu. In : Preuss, M. R. G. **Emprego doméstico e domínio simbólico**. Rio de Janeiro: PUC, 1995.

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA. **Globalização e Fragmentação**. Revista Sociedade e Estado. Brasília, v. 11, nº 1, p. 9 – 183, jan/jun,1996.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço-mundo. In Dowbor,L.; Ianni, O.; Resende, I.A. (orgs.) **Desafios da Globalização**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, C. de M. e. O conceito de cultura e a metodologia etnográfica: Fundamentos para uma Psicologia Cultural. In: D' Ávila Neto, M. I.; Pedro, R. M. L. (orgs.) **Tecendo o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: MAUAD: Bapera Editora, 2003.

SZYMANSKI, H. A prática da pesquisa participante junto a famílias de baixa renda: o jogo cotidiano do vivido e do pensado. In: Vasconcelos, N. A. (org.) **Comunidade, meio ambiente e qualidade de vida**. Coletâneas da ANPEPP, Rio de Janeiro, v. 1, nº 3, p. 35-40, setembro, 1996.

TONNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In Fernandes, F.(org.) **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.** São Paulo: Nacional; USP, 1973.

UNESCO. **La dimension Culturelle du développement.** Paris: UNESCO, 1994.

VEIGA, J. E. da. O principal desafio do século XXI. São Paulo: **Revista Ciência e Cultura**, vol 57, nº 2, p. 20 – 27, abril/junho, 2005.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In Fernandes, F. (org.) **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.** São Paulo: Nacional; USP, 1973.

WELLMAN, B. Uma reformulação da questão de comunidade. In Mendes, C. (org.) **Sistemas urbanos: estrutura e mudança.** Brasília: EDUCAM, 1978.

WIRTH, L. O Urbanismo como modo de vida. In Velho, O. G. (org.) **Fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Anexo 1

Roteiro de Entrevista

Roteiro das entrevistas realizadas com moradores do Canal do Anil

Nome:

Endereço:

Idade:

Estado Civil:

Sexo:

Escolaridade:

Religião:

Nº de filhos:

1. Há quanto tempo você mora aqui?

- Em que lugar da comunidade você mora?

2. Qual o primeira idéia que vem a sua cabeça quando você pensa na comunidade?

3. Como é a comunidade ? Quais são suas características?

- O que você acha das características da comunidade?

- Você gosta de morar aqui na comunidade? Por que?

4. Quando você pensa em desenvolvimento local que palavras vem a sua cabeça?

4. Você possui muitos amigos ou parentes na localidade?

5. Como era comunidade há 10 anos atrás e como ela está hoje? O que mudou para melhor
E para pior?

6. Como você percebe a comunidade em termos de desenvolvimento?

7. Você conhece algum trabalho na comunidade que vise a melhoria da qualidade de vida?

8. O que melhorou na comunidade com o surgimento dos trabalhos que visam a melhoria
da qualidade de vida?

9. O que melhorou/mudou que faz com que você tenha essa avaliação?

10. Como você percebia a comunidade acerca do desenvolvimento antes da remoção das
casas? E agora?

11. A obra influenciou, positiva ou negativamente, na melhoria da comunidade?

12. Como você percebe o investimento das pessoas na busca da melhoria da qualidade de vida – antes da remoção e agora?
13. O que você considera que é necessário numa comunidade para que ela melhore? O que você considera que está faltando para que a comunidade se desenvolva/melhore?
14. Surgiu algum projeto conjunto entre o Canal do Anil e o Jardim Anil de melhoria da região? Caso a resposta seja negativa perguntar o por quê.
15. Desde que houve a remoção foi iniciado algum projeto de melhoramento da comunidade do Canal do Anil?
17. Como você vê a comunidade do Jardim Anil?

Anexo 2

Fotos da Comunidade do Canal do Anil e do Jardim Anil

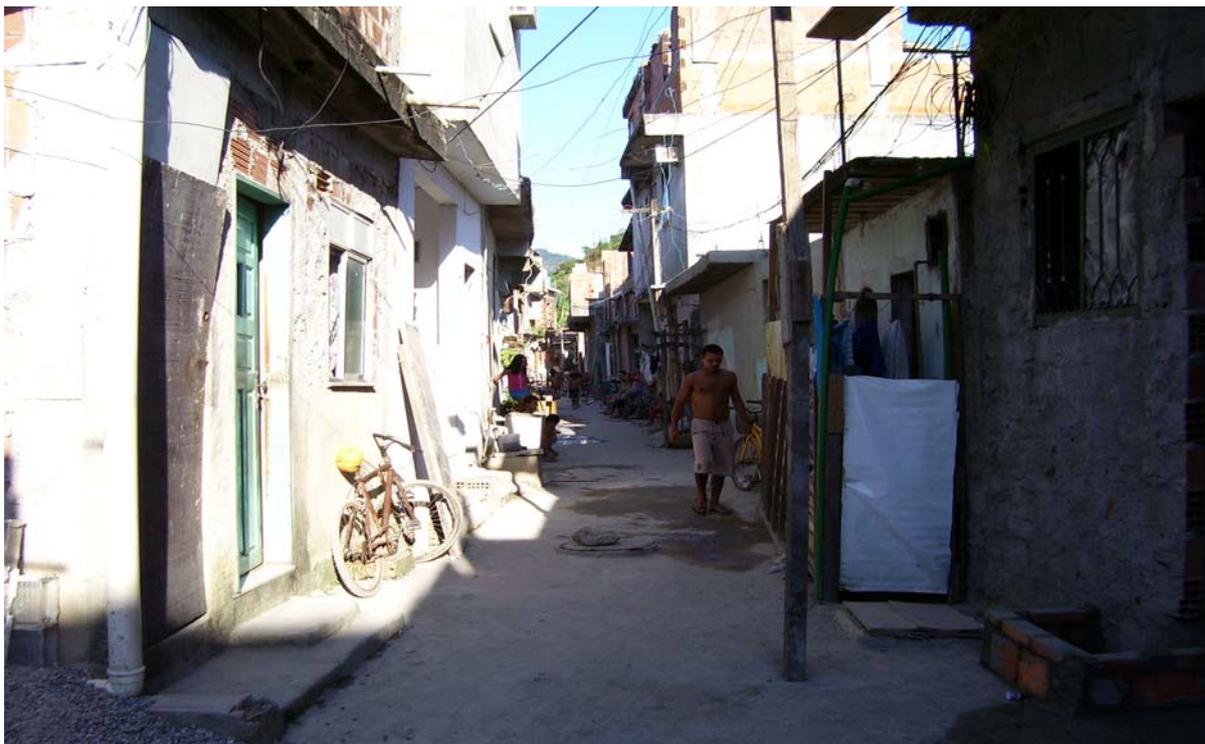


Foto do São Sebastião



Foto do São Sebastião



Foto do final do Canal do Anil



Lagoa onde deságua o Rio Anil



Quadra de esporte da comunidade do Jardim Anil

Anexo 3

Fotos aéreas da comunidade do Canal do Anil

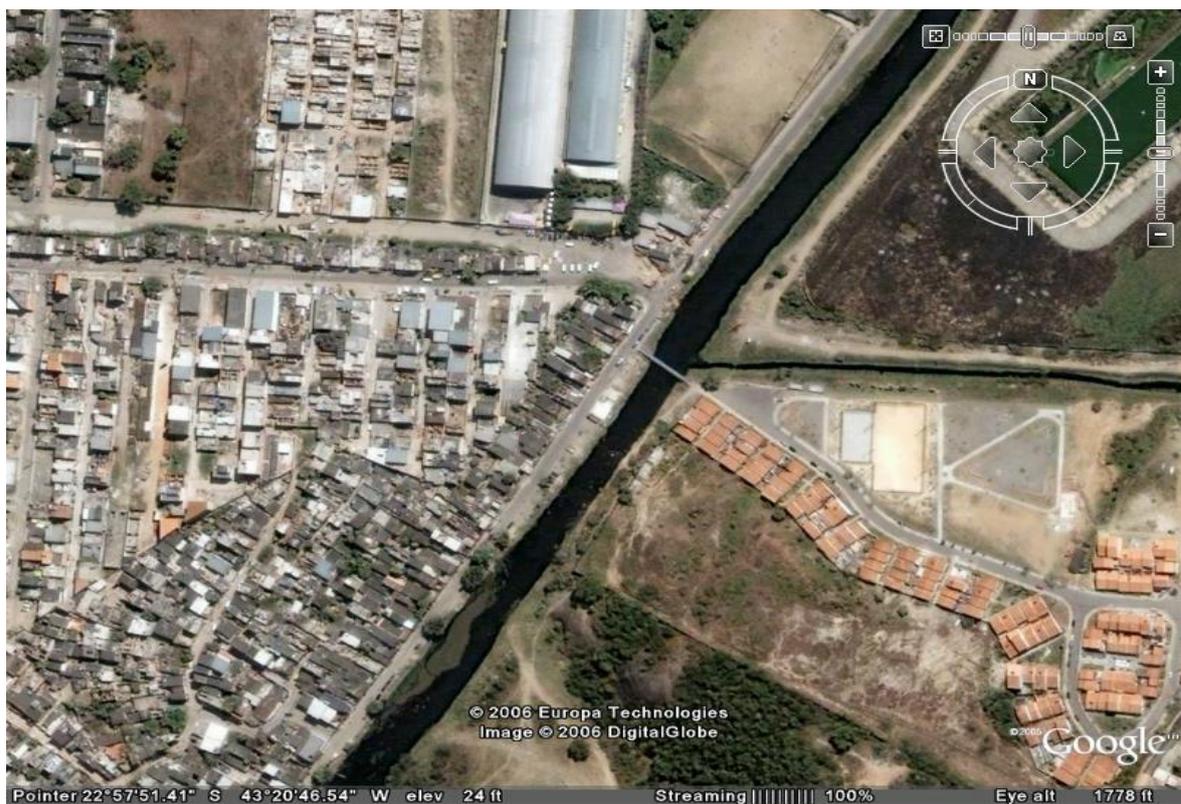


Foto aérea da parte do meio da comunidade do Canal do Anil



Foto aérea da parte final da comunidade do Canal do Anil